

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 9

Região 4

Pompéu e Curvelo

julho a setembro/2025

Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 9

Região 4 — julho a setembro/2025

—

Instituto Guaicuy

Diretoria

Diretoria Executiva:

José de Castro Procópio

Diretoria Institucional:

Marcus Vinicius Polignano

Gerências

Gerência

Organizacional:

Marcus Vinicius

Ferreira Evaristo

Gerência de Portfólio:

Júlia de Carvalho

Nascimento

Gerência de Projetos:

Jonas Veloso Santos

Assessorias

Assessoria Projetos de Mitigação

Paula de Sousa

Constante

Assessoria de Projetos Internos

Higor Gomes Pereira

Assessoria de

Projetos

Socioeconômicos

Júlia Guimarães

Barbosa

Assessoria de Relacionamento Institucional

Paula Márcia Oliveira

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Thiago de Azevedo

Morais

—

Instituto Guaicuy, 2025

Endereço: Rua Brasópolis, 109 — Floresta, Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: outubro/2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
EG	Entidade Gestora
EPA	Engenharia de Proteção Ambiental
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
FGV	Fundação Getulio Vargas
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IJs	Instituições de Justiça
IR	Instância Regional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
Nucard	Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PRSABP	Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba
PTR	Programa de Transferência de Renda
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	6
2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL	6
2.2 AFERIÇÃO DOS INDICADORES	7
2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	13
2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	14
2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas	14
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE	16
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL	20
4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE	20
4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS	23
5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO	25
5.1. ANEXO 1.1	26
5.2. ANEXO 1.3	34
5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	37
5.4. RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS	48
5.5. ANEXO 1.2	50
5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	53
5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	56
5.7.1 Revisão do Orçamento do Plano de Trabalho	67
5.7.2 Venda de Equipamentos	69
5.7.3 Auditoria Externa	71
6. MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO PLANO DE TRABALHO	74
6.1 RESULTADOS CONSOLIDADOS	74
6.2 RESULTADOS ALCANÇADOS POR EIXO DO PLANO DE TRABALHO	79
6.2.1 ANEXO 1.1	79
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	84
6.2.2 ANEXO 1.3	86
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	90
6.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	94
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	100
6.2.4 RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS	104
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	106
6.2.5 ANEXO 1.2	107
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	111
6.2.6 REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	113
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:	117
6.2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	119
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DO INDICADOR DO EIXO:	123
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à prestação de contas finalística e financeira das atividades de Assessoria Técnica Independente – ATI realizadas pelo Instituto Guaicuy, no período de julho a setembro de 2025, às populações atingidas da Região 4 (municípios de Pompéu e Curvelo).

A referida entrega cumpre o estabelecido na Cláusula Sétima (Da prestação de contas e informações) do [Termo de Compromisso](#) para ATI no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A /Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça (IJs), Assessorias Técnicas Independentes e a Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF/LATACI).

Este relatório tem como base o Plano de Trabalho entregue pelo Instituto Guaicuy às IJs e à CAMF/LATACI em setembro de 2023 e revisado a partir do atendimento a todas as recomendações e condicionantes solicitadas pela CAMF no último trimestre de 2023. Ressalta-se que o [Plano](#) foi formalmente aprovado pelas IJs a partir do parecer dado pelo LATACI em dezembro de 2023.

A prestação de contas apresenta dados referentes ao monitoramento das atividades com pessoas atingidas; ao monitoramento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; e ao monitoramento da execução financeira por rubrica. Neste relatório serão incluídos os indicadores pactuados no Plano de Trabalho, cuja medição final, de acordo com o estabelecido no referido documento, devem ser apresentados neste trimestre.

Este relatório foi organizado para possibilitar o entendimento do modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades construído pelo Guaicuy. Haverá uma contextualização institucional do trimestre, que inclui impactos políticos de decisões judiciais e das ações de outros atores que compõem o Acordo. Depois, será apresentado o contexto do território e a descrição da execução das atividades por eixo/objetivo específico. A prestação de contas financeira será apresentada no eixo de Estrutura Organizacional, e também haverá uma conclusão destacando as principais questões do terceiro trimestre de 2025.

Por fim, é importante destacar que este relatório marca o encerramento da execução finalística do Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023 e, por isso, apresentará um capítulo especial dedicado aos resultados finais alcançados pela ATI ao longo dos 27 meses de execução finalística, demonstrando os números gerais do projeto e os resultados conquistados em cada eixo.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de descrever as atualizações em relação ao monitoramento e ao acompanhamento das atividades e como será a prestação de contas finalística do terceiro trimestre de 2025. Ressalta-se, mais uma vez, que as metodologias de monitoramento e acompanhamento apresentadas nos relatórios anteriores não serão descritas novamente a cada trimestre, por se tratarem de processos recorrentes. Todavia, sempre que houver qualquer mudança e/ou atualização, elas serão apresentadas e descritas, sempre referenciando os relatórios anteriores.

Este capítulo será apresentado em quatro seções: a primeira evidencia brevemente as atualizações em relação ao último Relatório Trimestral; a segunda apresenta os indicadores pactuados; a terceira descreve os processos e os instrumentos utilizados para o acompanhamento, o registro e a geração de evidências das atividades; e a quarta informa como será a apresentação das evidências das atividades finalísticas no presente relatório.

2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL

Em relação ao monitoramento e o acompanhamento das atividades, como este relatório marca o encerramento da execução finalística do Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023, se faz necessário contextualizar questões relativas ao cronograma das mesmas.

Algumas ações estavam previstas para serem finalizadas em dezembro de 2024, mas permaneceram em execução nos três primeiros trimestres de 2025, como a atividade ID 4, do objetivo específico Anexo 1.1, e a atividade ID 20, do objetivo Reparação Socioambiental. No relatório anterior foram apresentadas as justificativas, que, em síntese, se referem ao atraso na execução do Anexo 1.1 e a demanda das pessoas atingidas, no caso da Reparação Socioambiental. Considera-se que, nas situações mencionadas, a não realização da revisão do Plano de Trabalho – prevista pela CAMF para março de 2025 – impossibilitou a adequação das atividades às necessidades atuais identificadas pelas pessoas atingidas e pela ATI.

Algumas atividades planejadas para serem concluídas em junho de 2025, como a atividade ID 2, permaneceu em execução; e a atividade ID 6 não foi iniciada, devido ao já mencionado contexto de atrasos na execução do objetivo específico Anexo 1.1 – alheio à atuação da ATI.

2.2 AFERIÇÃO DOS INDICADORES

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a avaliação – no âmbito do projeto da ATI Paraopeba no Instituto Guaicuy – pretende validar o modelo lógico do projeto, ou seja, avaliar se a metodologia e se os processos de atuação propostos ocasionaram as mudanças pretendidas. Para isso, o Guaicuy definiu que a avaliação será realizada por aferição pontual e específica de indicadores pactuados, que serão mensurados de maneira intermediária, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

Ficou definido, no Plano de Trabalho, que a mensuração do resultado final dos indicadores aconteceria após a entrega dos últimos produtos finalísticos previstos para o primeiro semestre de 2025 – entregues no Relatório Trimestral anterior, referente ao período de abril a junho de 2025. Portanto, está no escopo do presente relatório a aferição do resultado final dos indicadores.

As fontes de comprovação para mensuração dos indicadores estão relacionadas às evidências e ao conteúdo dos produtos entregues. Ao longo do trimestre, o Instituto Guaicuy se dedicou à análise dessas informações e à coleta das fontes de comprovação, com o objetivo de aferir os resultados finais relacionados a cada eixo. Alguns desses resultados dependem de atividades externas, como o caso dos eixos Anexo 1.1 e Anexo 1.3 e, por isso, ressalta-se que, desde a elaboração do Plano de Trabalho, foi proposto um mapeamento de riscos para antecipar os fatores que representavam possibilidades de interferência externa nos resultados almejados. Portanto, sempre que houver necessidade, será realizada a contextualização dos fatores que representaram limites à atuação da ATI na direção do indicador durante o desenvolvimento do projeto.

Os resultados da mensuração final dos indicadores de cada eixo serão apresentados no capítulo [6. Mensuração dos Resultados Finais do Plano de Trabalho.](#)

Ressalta-se que todos os documentos empregados como fonte de comprovação da mensuração dos indicadores estarão disponibilizados por link, na descrição de cada eixo. O quadro a seguir apresenta os indicadores pactuados, bem como suas formas de medição e comprovação:

Quadro 1 — Indicadores

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.1	Buscar paridade das regiões 4 e 5 em relação ao Anexo 1.1.	Apoio comunitário na elaboração de projetos	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no apoio à elaboração de projetos comunitários, tanto locais quanto regionais, para subsidiar o pleito de execução destes projetos junto à entidade gestora do Anexo 1.1.	(Número de Instâncias Locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	- Documento com o projeto comunitário concebidos e enviados à entidade gestora (produtos da atividade com ID 5) - Documento que descreve a organização da Instância Local (produtos das atividades com ID 10 e 11)
		Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	Procura avaliar se a implementação do programa de crédito e microcrédito, as formas de comprovação e as etapas de concessão estão adequadas à realidade das pessoas atingidas	(Número de critérios acatados pela entidade gestora / número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) X 100	- Relatório com as demandas realizadas pelas pessoas atingidas para acessar, ampliar e facilitar o acesso ao programa - Documento que formaliza as regras de crédito e microcrédito pela entidade gestora
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento, junto com as pessoas atingidas e poder público municipal, de conselhos municipais para incidência das pessoas atingidas, no acompanhamento, monitoramento e deliberação do Anexo 1.3	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	- Documento de formação dos conselhos (produtos da atividade com ID 7) - Lista de municípios atingidos contemplados no Acordo Judicial (Plano de Trabalho)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no acompanhamento em todas as etapas estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais.	(Número de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / número de comunidades de PCTs x número etapas definidas pelos Compromitentes) x 100	- Entregas de relatórios e documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos (produtos da atividade com ID 8) - Número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes (produtos das atividades com ID 8 e 9) - Documento dos Compromitentes que formaliza as etapas e as demandas (produtos das atividades com ID 8 e 9)
	Buscar consolidar a Instância Regional	Abrangência das Instâncias Regionais	Procura mensurar o trabalho da ATI no estabelecimento de Instâncias Regionais para o fortalecimento das comunidades quanto às pautas regionalizadas	(Número de Instâncias Regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	- Documento que indique o estabelecimento da Instância Regional quanto representativa para a região (produto das atividades com ID 10 e 11)
Organização Social	Buscar o fortalecimento das Instâncias Locais (comissões de pessoas atingidas e Povos e Comunidades Tradicionais)	Apoio estratégico às Instâncias Locais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento e na autonomia das Instâncias Locais em relação à ATI	(Número de planos estratégicos formulados pelas Instâncias Locais/número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	- Planos estratégicos das Instâncias Locais (produto das atividades com ID 10 e 11) - Documento que descreve a organização da Instância Local (produto das atividades com ID 10 e 11)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reconhecimento das pessoas atingidas	Buscar o reconhecimento de todas as comunidades/coletividades que se autoidentificam como atingidas, principalmente PCTs, e sua inclusão nas medidas de reparação do Acordo Judicial	Apoio à novas comunidades/coletividades	Procura mensurar o trabalho da AT no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	- Documento enviado às IJs pela ATI por comunidade autoidentificada (produto da atividade com ID 17) - Ata/registro que demonstra a autoidentificação das comunidades/coletividades que não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial (produto da atividade com ID 17)
Anexo 1.2	Buscar que as pessoas atingidas tenham respostas concretas da FGV sobre as poligonais de R4 e R5, bem como sobre deferimento ou indeferimento de acesso ao PTR	Busca por respostas sobre o PTR	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e a busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	- Documentos enviados acerca do PTR com pedidos de informações e demandas das comunidades pessoas atingidas (produto da atividade com ID 19) - Registro de comunidades que reportam problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reparação Socioambiental	Buscar fortalecer a participação e controle social das pessoas atingidas das regiões 4 e 5, no Plano de Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a inclusão da Região 5 no Plano.	Apoio no controle social da reparação socioambiental	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy na formação de lideranças sobre a Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a busca pela inclusão da Região 5 no Plano.	(Número de formações em comissões realizadas / Número de demandas por formação por comissão) x 100	- Certificações de representantes de comissão (produto da atividade com ID 20) - Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão (Análise das reuniões de comissão — evidências)
Estrutura organizacional	Busca mensurar a relação do orçamento executado com o orçamento planejado.	Desempenho finalístico-financeiro do projeto	Procura demonstrar a execução financeira de acordo com o que foi planejado buscando a economicidade e a transparência em relação aos gastos	(Valor total executado no período/valor global orçado) x 100	Relatório Financeiro (produto da atividade com ID 24)

Fonte: Instituto Guaicuy (2023).

2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

Assim como mencionado nos relatórios anteriores, o Plano de Trabalho estabelece como serão realizadas a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação pelo Instituto Guaicuy, e que esses terão como principal objeto as atividades de cunho finalístico. Ficou definido, então, que o monitoramento será feito a partir do: i) acompanhamento das atividades com pessoas atingidas; ii) acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; iii) acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação. Já a avaliação será realizada a partir da: iv) aferição intermediária dos indicadores, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados:

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

O acompanhamento do fluxo de registro das atividades realizadas com as pessoas atingidas apresentado nos relatórios anteriores segue sendo a principal forma de monitoramento das atividades com pessoas atingidas e das suas respectivas evidências. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento cotidiano de cada atividade desde seu planejamento até seu registro e arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no capítulo a seguir.

II. Acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e das suas entregas (produtos):

Assim como reportado nos relatórios anteriores, os Escritórios — unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades finalísticas do projeto — remetem à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação mensalmente o andamento de cada atividade do Plano, assim como os documentos e os possíveis produtos elaborados no período referentes às atividades em execução. Neste trimestre, conforme definido no Plano de Trabalho, não serão entregues produtos.

III. Acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação:

O orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi elaborado com base nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas. A Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas e às atividades previstas no Plano. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar e avaliar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades, assim como pela apresentação das evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no terceiro trimestre de 2025, relacionando-as às atividades do Plano de Trabalho.

Seguindo esse roteiro, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização e a situação de sua execução no trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho.

2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades. Dessa forma, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização atualizadas e a situação de sua execução no

trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho. Além disso, neste trimestre, conforme dito anteriormente, serão apresentados os produtos de cada eixo.

Em relação às evidências das atividades com pessoas atingidas, informa-se que estas são disponibilizadas para a CAMF, auditoria externa e Instituições de Justiça, sempre de forma anonimizada para proteger os dados sensíveis das pessoas atingidas.

Em relação às atividades que não envolvem pessoas atingidas, as evidências serão compostas pelos pareceres técnicos, relatórios, ofícios e/ou notas técnicas elaboradas pela equipe do Instituto Guaicuy que subsidiaram as atividades, disponibilizadas por meio de links no texto de descrição das atividades de cada eixo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE

Conforme relatado no relatório anterior, o segundo trimestre de 2025 foi marcado mais uma vez pelo cenário de incertezas e insegurança jurídica a que são constantemente submetidas as Assessorias Técnicas Independentes que atuam no caso Paraopeba. O terceiro trimestre, infelizmente, não foi diferente. As circunstâncias obrigaram o Instituto Guaicuy a medidas extremas, como, no mês de setembro, colocar grande parte de sua equipe em aviso prévio face ao não recebimento dos novos recursos para execução do Anexo 1.1, recursos que vinham sendo dialogados com as Instituições de Justiça desde o final de 2024.

No mês de julho, ATIs e IJs voltaram à mesa de negociação do Aditivo ao Termo de Compromisso de 2023, após as ATIs Guaicuy e Nacab já terem apresentado à CAMF seus novos Planos de Trabalho referentes ao Anexo 1.1 e ao que foi chamado de Plano da Participação Informada, conforme determinado pelas IJs. A construção dos mencionados planos foi extremamente desafiadora e impôs ao Guaicuy riscos institucionais relacionados à necessidade de rateio de RH e estrutura entre nada menos que seis Planos de Trabalho, a saber: Plano do Processo, do Anexo 1.1 e da Participação Informada, para as regiões 4 e 5. O rateio de forma complexa foi o único caminho encontrado para viabilizar o atendimento às pessoas atingidas a partir do orçamento subdimensionado imposto pelas Instituições de Justiça às regiões 4 e 5. O controle do novo arranjo demanda que as IJs, notadamente o Nucard, se coloquem de forma mais cooperativa na construção de controles razoáveis que não inviabilizem a operacionalização dos Planos e que, ao mesmo tempo, atendam às exigências da auditoria externa.

Este cenário foi colocado de maneira expressa para as Instituições de Justiça na reunião de 16 de julho, que culminou na assinatura do Termo Aditivo. Cumpre destacar que em diversos momentos as IJs incentivaram e demandaram o rateio de estruturas entre os Planos de Trabalho mas, quando chamadas a contribuir na viabilização desta solução, imputaram total responsabilidade à ATI, caso uma das fontes de custeio venha a ser suspensa por qualquer motivo. Desta forma, o Guaicuy assumiu a responsabilidade, ainda que a entenda completamente desproporcional, mas colocou para as Instituições de Justiça a necessidade de se reabrir o diálogo para revisão de

Plano de Trabalho e metas, caso o evento de suspensão de alguma das fontes de custeio consideradas no rateio venha a ser suspensa.

Em relação ao texto do Termo Aditivo, as ATIs levaram diversos questionamentos à minuta apresentada pelas IJs, inclusive no que tange à sobreposição de papéis de CAMF e E&Y, e problematização de algumas das metas impostas. Mas, infelizmente, as IJs se mostraram pouco flexíveis na negociação do texto, mantendo o caráter de “contrato de adesão” do mesmo. Cumpre observar que, apesar das inúmeras ressalvas e as constantes inseguranças, o Instituto Guaicuy assinou o Termo Aditivo por entender que seria a única possibilidade de continuar a prestação de serviços às pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 e que a suspensão das atividades teria como principal prejudicado justamente a população atingida, com a perda do acúmulo adquirido nos últimos 5 anos de atividade da ATI.

Em relação à quinta parcela do Termo de Compromisso de 2023, que deveria ter sido liberada em junho, a liberação ocorreu somente em 15 de julho, após diversas tratativas do Guaicuy com as IJs, demonstrando que o atraso levava a instituição ao estado de insolvência. Parte das IJs entendia que a liberação estava condicionada ao aceite do orçamento e dos termos do Aditivo apresentado, e que o Guaicuy, independentemente da expectativa que foi criada de aporte de novos recursos para o Anexo 1.1, já deveria ter desmobilizado grande parte de sua equipe, mesmo que tal medida significasse desperdício de recursos e significativo atraso na retomada de atividades caso a instituição aderisse ao termo Aditivo.

Fazendo gestão de caixa diariamente e se empenhando nas articulações visando a liberação do recurso devido, o Instituto Guaicuy conseguiu evitar, nos meses de junho e julho, a grande desmobilização, buscando a melhor gestão do recurso.

Conforme determinado pelas IJs, a quinta parcela foi convertida no orçamento do Plano de Trabalho da Participação Informada que reduz significativamente a capacidade da ATI de atuar nos demais anexos do Acordo Judicial, ao transformar o recurso financeiro destinado a custear a ATI até dezembro de 2025 em orçamento de 22 meses, a contar de agosto de 2025. E mesmo assim, a execução do Plano de Trabalho apresentado depende da liberação imediata dos recursos do novo Plano de Trabalho do Anexo 1.1.

Após a assinatura do Termo Aditivo pelo Guaicuy, as IJs o submeteram à homologação do Juízo responsável, indicando que Guaicuy (R4 e R5) e Nacab (R3) haviam aceito os termos, mas que Aedas, instituição responsável pelo assessoramento das regiões 1 e 2, não havia aceito as condições apresentadas pelas IJs, de forma que seria necessário processo de seleção de nova ATI para essas regiões. Diante de tais informações, o Juízo solicitou mais informações sobre os critérios de definição do orçamento de cada região e, ao recebê-las, entendeu que o estudo que subsidiou a definição dos orçamentos apresentava alguns pontos questionáveis e que, no máximo, refletia um orçamento aplicável ao mês de abril, e não a julho ou agosto como pretendia se impor.

Mas, considerando a necessidade de não interromper os trabalhos das ATIs e da Entidade Gestora relacionados ao Anexo 1.1, optou por não problematizar os orçamentos das regiões 3, 4 e 5, uma vez que as ATIs responsáveis apresentaram soluções de viabilidade nos seus planos de trabalho. Mas, para as regiões 1 e 2 entendeu que seria necessário ajustar os critérios do estudo, o que implicou em majoração do orçamento proposto, resultando na necessidade de ampliação do orçamento global de R\$ 62 milhões inicialmente determinado. Ocorre que as IJs não admitem a majoração do teto definido nos estudos da CAMF de março de 2025, e deram início a uma sequência de recursos judiciais, questionando o que entendem ser ingerência indevida do Juízo na gestão dos recursos do Acordo Judicial.

Face ao impasse instaurado entre Juízo e Instituições de Justiça, os novos recursos destinados às atividades do Anexo 1.1 não foram liberados e o Aditivo do Termo de Compromisso não foi homologado por conta da controvérsia acerca do orçamento global da bacia. E a não liberação do recurso previsto no mês de agosto levou novamente o Instituto Guaicuy a fazer a gestão diária do caixa para evitar estado de insolvência e tentar mais uma vez não implementar a desmobilização prevista nos Planos de Trabalho de 2023, por entender que tal medida é extremamente prejudicial ao andamento dos trabalhos com as pessoas atingidas. Mas, infelizmente, desta vez foi necessário colocar grande parte da equipe da ATI de aviso prévio no mês de setembro, incluindo todos os gestores e a diretoria do projeto.

Todavia, como o pedido de medida antecipatória de suspensão da decisão de primeira instância e homologação imediata dos Termos de Compromisso de Nacab e Guaicuy feito pelas IJs ao TJMG não foi deferido, o Juízo determinou o cumprimento de suas decisões anteriores, viabilizando a continuidade dos trabalhos das ATIs nas 5 regiões, com liberação parcial dos recursos dos novos planos de trabalho. Até o encerramento do mês de setembro, as Instituições de Justiça ainda não haviam acionado as ATIs para, nos termos da decisão judicial em vigor, retomar as tratativas de regulação do novo período de trabalho que se coloca.

Neste contexto, apesar de tantas indefinições e o estado permanente de insegurança, mesmo com a equipe de aviso prévio, o Instituto Guaicuy, dentro do possível continuou a realizar atividades relacionadas à governança do Anexo 1.1, avanços nos projetos do Anexo 1.3 aos PCTs, acompanhamento de reuniões do Anexo 1.3 com prefeituras da Região 5, acompanhamento do PTR, acompanhamento de tentativa de despejo ilegal dos pescadores da comunidade de Paraíso, em Felixlândia, dentre outros. Adicionalmente, foi dado início à execução do Plano de Trabalho do Processo Judicial, com a entrega de produtos e do Plano de Trabalho do Processo revisado ao Nucard.

Considerando que, mesmo diante de indefinições por parte das Instituições de Justiça, como já aconteceu em outros momentos, as ATIs trabalharam sem Plano de Trabalho nem Termo de Compromisso atualizados, faz-se necessário tanto a continuidade do atendimento às pessoas atingidas, quanto a busca de segurança institucional. Neste contexto, sempre em nome da transparência e responsabilidade na gestão, nos primeiros dias de outubro, o Guaicuy formalizou para as Instituições de Justiça e para o Juízo as providências tomadas à partir do recebimento dos recursos liberados pelo Juízo (como transferência de contas e medidas visando a reversão do aviso prévio da equipe) e a preocupação com a transição entre Planos de Trabalho, além da necessidade de recomposição do orçamento do Plano de Trabalho da Participação Informada que acabou sendo consumido em grande parte por atividades dos Anexos 1.1 nos meses de agosto e setembro. A pleiteada recomposição e as sugestões apresentadas pelo Guaicuy para a transição são medidas primordiais para a execução dos novos Planos de Trabalho com o mínimo de segurança institucional no que se refere à transição dos modelos de prestação de contas.

4. ATUAÇÃO TERRITORIAL

4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE

No terceiro trimestre de 2025, na Região 4, foram realizadas um total de **184** atividades, envolvendo **862** participações de pessoas atingidas identificadas¹, sendo **65** atividades coletivas (reuniões de comissão, reuniões comunitárias, dentre outras) e **119** atendimentos individuais e/ou familiares. Em relação às comunidades, entre julho e setembro foram realizadas atividades que contaram com a participação de pessoas atingidas de **20** comunidades da Região 4. Além disso, neste trimestre, participaram das atividades um total de **329** indivíduos atingidos.

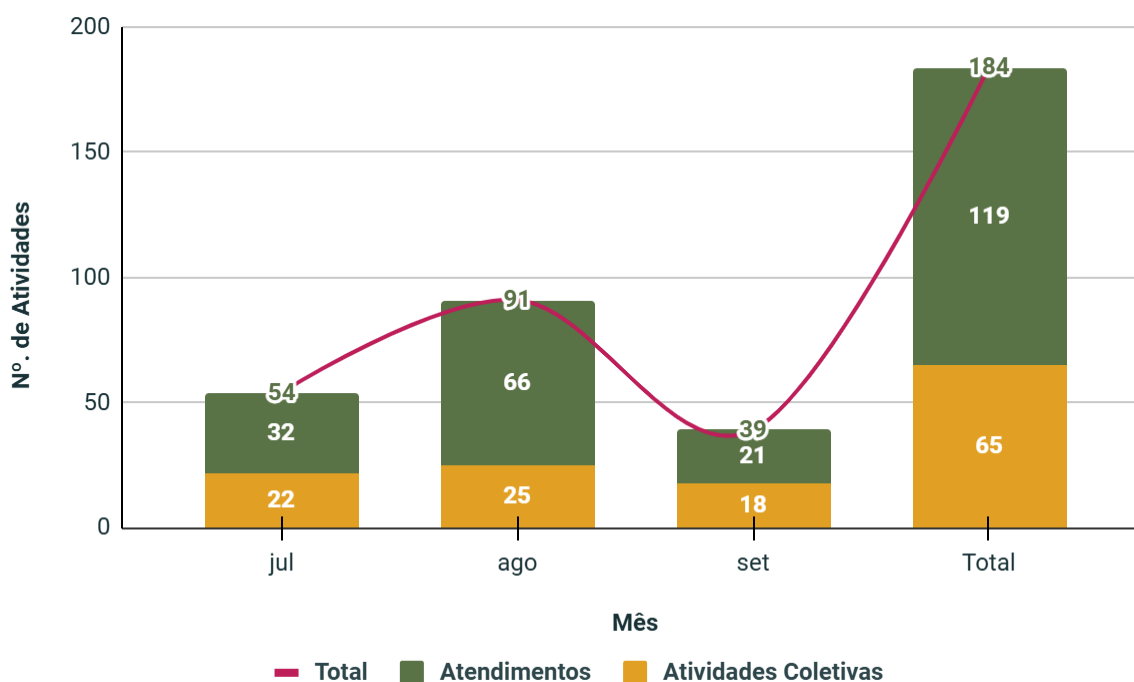
Tabela 1 – Total geral de atividades, participações, comunidades e indivíduos atendidos no trimestre - Região 4

Total no trimestre	N
Total de atividades	184
Atividades coletivas	65
Atendimentos Individuais e familiares	119
Total de Participação	862
Atividades coletivas	709
Atendimentos Individuais e familiares	153
Total de Indivíduos atendidos	329
Atividades coletivas	264
Atendimentos individuais e familiares	111
Total de comunidades atendidas	20
Atividades coletivas	20
Atendimentos individuais e familiares	16

Fonte: Elaboração própria (2025)

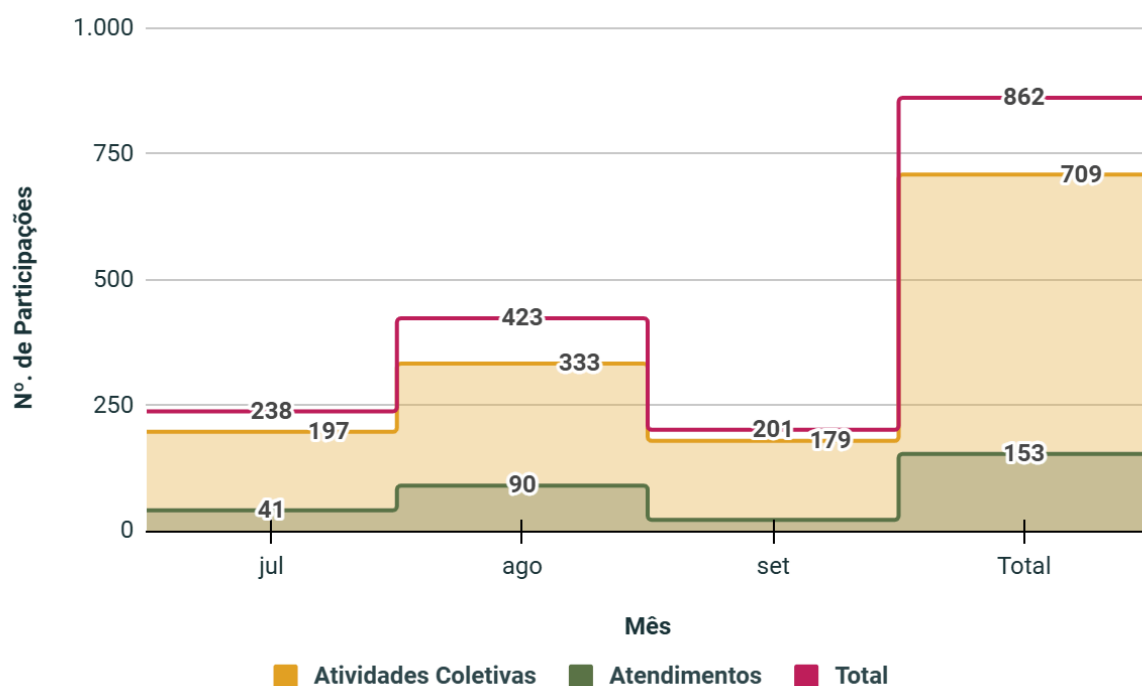
O gráfico a seguir mostra o total de atividades realizadas no mês.

¹ São contabilizadas apenas as pessoas que se identificaram nas atividades e que, assim, podem ser associadas às regiões atendidas pelo projeto. A participação total é, portanto, maior do que o número indicado.

Gráfico 1 – Total de atividades realizadas no trimestre

Fonte: Elaboração própria (2025)

Ao longo do trimestre, ocorreram atividades coletivas que mobilizaram o território. Este contexto se evidencia no número de participações nesse tipo de atividade, que neste trimestre contou com **709** participações. Já o total de participações de pessoas atingidas nas atividades de escala individual e familiar (atendimentos) no trimestre foi **153**. No gráfico abaixo é possível observar o total de participações de pessoas atingidas nas atividades coletivas e nos atendimentos por mês.

Gráfico 2 – Total de participações no trimestre

Fonte: Elaboração própria (2025)

AMPLA MOBILIZAÇÃO

Além das atividades em si, ao longo do trimestre também foram realizados diversos contatos para mobilizar as pessoas atingidas para as atividades promovidas ou apoiadas pelo Instituto Guaicuy. Destaca-se que estes dados **não** estão contabilizados nos números de atividades e atendimentos realizados no trimestre e apresentados acima. Dessa forma, neste trimestre, **2.213** pessoas atingidas foram alcançadas pelas mobilizações realizadas pelas equipes.

A análise dos dados referente às atividades com pessoas atingidas e também aos contatos realizados vem sendo aprimorada com o objetivo de qualificar o entendimento da atuação territorial e dos cenários de cada trimestre, além de demonstrar a complexidade e amplitude do trabalho executado pelo Instituto Guaicuy. O monitoramento desses dados também vem contribuindo para perceber os caminhos que estão sendo percorridos para alcançar os objetivos definidos no Plano de Trabalho e permitindo verificar o que tem se distanciado do planejado. Por fim, os dados evidenciam o esforço do Instituto Guaicuy em atuar de maneira a atender os objetivos

prioritários apontados no Termo de Compromisso e o de dar respostas para as pessoas atingidas quanto às pautas urgentes do processo de reparação.

4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS

No decorrer do trimestre, dentre as principais atividades e pautas, destacam-se as atividades relacionadas ao Anexo 1.1 e à Organização Social, que mobilizaram e contaram com a participação de um número expressivo de participantes (Tabela 2). Entre elas, merece destaque as atividades de Construção dos Regimentos Internos dos Conselho Regionais, as atividades Formativas da EG com os Conselheiros da Região 4, e atividades relacionadas a aos Projetos Comunitários.

Abaixo, na tabela 3, é possível observar com mais detalhes o número de atividades coletivas e participações nas respectivas atividades do plano de trabalho. Dentre elas, destacam-se as atividades do Anexo 1.1 ID2 - “Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1”, que contabilizaram **29** atividades coletivas e **265** participações e a atividade ID3 - “Apoio técnico na governança do Anexo 1.1”, **28** atividades coletivas que ao todo contaram com **370** participações. No objetivo da “Organização Social e Comunicação”, a maioria das atividades coletivas concentrou-se no ID10 - “Organização das comissões”, na ID 14 - “Mobilização Social”, e no ID 12 - “Apoio na participação em eventos externos”, do total de atividades coletivas no objetivo somam-se **22** com **212** participações.

Tabela 2 – Total de Atividades Coletivas e Atendimentos, por Objetivo Específico

Objetivos específicos	Atividades Coletivas		Atendimentos		Total	
	Nº Atividades	Nº Participações	Nº Atendimentos	Nº Participações	Nº Atividades	Nº Participações
Anexo 1.1	43	486	83	112	126	598
Anexo 1.3	2	12	0	0	2	12
Organização Social e Comunicação	22	212	36	53	58	265
Anexo 1.2	1	23	23	24	24	47
Reparação Socioambiental	3	14	3	5	6	19

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 3 – Total de Atividades Coletivas e Participações, por Atividades do Plano de Trabalho

ID	Atividades do plano de trabalho	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	29	265
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	28	370
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	6	60
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	8	145
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	2	12
10	Organização das comissões	6	70
11	Organização dos PCTs	3	10
12	Apoio na participação em eventos externos	5	70
13	Comunicação	3	16
14	Mobilização social	6	86
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	1	23
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	3	14

Fonte: Elaboração própria (2025)

5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO

Conforme informado no capítulo 2, sobre a metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades, a prestação de contas neste relatório apresentará uma breve descrição do que foi realizado em cada eixo do Plano de Trabalho no terceiro trimestre de 2025. O presente capítulo pretende atender a esse objetivo.

Para tanto, a seguir serão apresentados os sete eixos, ou objetivos específicos, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional. Portanto, estão organizados hierarquicamente, conforme determinação da CAMF/LATACI.

Cada eixo apresentará as atividades elencadas no Plano de Trabalho com seus respectivos IDs e cronograma de execução previsto, assim como a informação sobre a execução da atividade nos meses de julho, agosto e setembro de 2025. Os textos apresentarão uma breve discussão do que foi realizado em cada eixo, bem como possíveis dificuldades enfrentadas e justificativas, quando for o caso.

5.1. ANEXO 1.1

O objetivo do eixo Anexo 1.1, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 2 — Execução das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas para debater a proposta definitiva da Entidade Gestora e para construir e validar a proposta de governança do Anexo 1.1	13/09/2023	12/12/2023	CONCLUÍDA
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas com o objetivo de viabilizar a participação direta e informada das pessoas atingidas em todas as etapas que envolvem a implementação da governança do Anexo 1.1, de obrigação da Entidade Gestora	01/07/2023	30/06/2025	SIM
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Realizar acompanhamento técnico das pessoas atingidas nos espaços de governança do Anexo 1.1, desde a fase de planejamento até a etapa de fiscalização. Apoiar a elaboração de documentos e a realização do diálogo com atores externos, sempre que necessário	01/07/2023	30/11/2025	SIM
4	Formação sobre o Anexo 1.1	Realizar ciclos de formação para estimular a participação das pessoas atingidas na definição dos usos dos recursos do Anexo 1.1, respeitando suas particularidades e seus modos de vida e de organização comunitária	01/07/2023	31/12/2024	SIM

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, em nível local, regional e inter-regional	01/03/2024	30/11/2025	SIM
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na concepção das regras do crédito e microcrédito do Anexo 1.1	01/04/2024	30/06/2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em relação à **atividade 2 — espaços participativos para a governança do Anexo 1.1**, ao longo do terceiro trimestre de 2025 foram realizadas diversas atividades com pessoas atingidas na Região 4, além de outras que abarcam também a Região 5, conforme é possível verificar na planilha de atividades coletivas. As atividades desenvolvidas foram articulações com pessoas atingidas, reuniões de comissão, reuniões comunitárias e reuniões microrregionais, que são encontros que reúnem mais de uma comissão, com o objetivo de colaborar e fortalecer a governança do Anexo 1.1 que está sendo construída nos territórios.

As articulações com pessoas atingidas, em síntese, tiveram o objetivo de mobilizar para a formação com a Entidade Gestora e esclarecer dúvidas sobre a governança do Anexo 1.1. As reuniões de comissão realizadas no período abordaram os seguintes assuntos: i) composição do Conselho Local, indicações, definições e validações de conselheiros para o Conselho Regional e ii) Ata de Entendimentos, um documento firmado entre as IJs e a Entidade Gestora para a execução da Proposta Definitiva de parte dos recursos do Anexo 1.1. Algumas reuniões também tiveram como objetivo a comunicação com a comunidade e o estreitamento de laços comunitários. Iniciou-se, também, a apresentação sobre a confecção do Almanaque do Anexo 1.1 da Região 4, conforme será descrito no texto sobre a Atividade ID 5.

As reuniões comunitárias realizadas na Região 4 tiveram pautas voltadas para a execução do Anexo 1.1. As reuniões aconteceram em diferentes comunidades e representaram um momento significativo de escuta ativa, mobilização social e construção coletiva. As duas primeiras reuniões ocorreram na Comunidade Quilombola Saco Barreiro: a primeira teve o intuito de fortalecer a rede de mulheres Guerreiras do Quilombo, o que proporcionou a reflexão sobre as experiências dessas mulheres e como seus processos de cuidado e colaboração mútua podem ser ampliados; e a segunda retomou a estrutura de Governança do Anexo 1.1, já discutida anteriormente, e avançou-se para a definição dos representantes da comunidade no Conselho Regional e no Setor Regional. O Povo Kaxixó também se reuniu com o objetivo de avançar na construção da Governança Regional, definição da composição dos conselhos e setores regionais, no entendimento da representatividade da comunidade nesses espaços e na discussão de projetos prioritários. Também foram realizadas reuniões com as comunidades dos Recantos, São Marcos e Santa Cecília, Cachoeira do Choro e

Condomínio Encontro das Águas para tratarem da devolutiva de consulta de proposição de projetos para o Anexo 1.1 e sobre o papel da Entidade Gestora e sua responsabilidade, abordado o funcionamento dos bancos comunitários e da moeda social.

A primeira reunião dos representantes do Conselho Local da governança do Anexo 1.1 também ocorreu no trimestre, no mês de julho, reunindo representantes das Comissões: Angueretá, Assentamentos, Baú e Piau, Cachoeira do Choro e Encontro das Águas, Novilha Brava e Campo Alegre. O objetivo da reunião foi proporcionar um momento de formação para as pessoas atingidas que irão compor o Conselho Local, além de fortalecer e promover a integração entre os conselheiros para dar início às discussões para a consolidação da estrutura de governança do Anexo 1.1.

Foram realizadas também algumas reuniões microrregionais com o objetivo de dar continuidade à construção dos espaços de governança do Anexo 1.1 e também indicações de representantes para compor o Conselho Regional. Os participantes destacaram a importância da formação contínua para garantir que as decisões tomadas pelos conselhos estejam alinhadas com as necessidades locais e assegurem a efetiva reparação socioeconômica e socioambiental. Foram debatidas questões como a flexibilidade de critérios para inclusão de novos moradores, os riscos de oportunismo, a construção coletiva de critérios para acesso aos recursos, e a necessidade de limitar valores para garantir equidade no financiamento dos projetos.

No trimestre foi realizada mais uma edição do “Café com Prosa”, série de vídeos em que é realizada uma conversa leve com a participação de pessoas atingidas, apresentando informações importantes sobre o Anexo 1.1. No [terceiro vídeo da série](#), que foi divulgado no dia 4 de setembro, a ATI foi recebida por uma representante da Comissão Cachoeira do Choro e Encontro das Águas, de Curvelo, que também é representante do Conselho Regional da Região 4. Os assuntos tratados foram o processo de levantamento de possíveis projetos comunitários, as formações com a Entidade Gestora e dúvidas sobre a Câmara de Demandas.

Além das atividades já destacadas, ocorreram duas reuniões regionais com a participação das/os conselheiras/os e suplentes do Conselho Regional da Região 4, com o objetivo de iniciar a construção do regimento interno do Conselho Regional da R4.

Por fim, destaca-se que a atividade ID 2, do eixo Anexo 1.1, tinha previsão de ser encerrada em junho de 2025. Entretanto, devido aos atrasos no início do trabalho da EG, a atividade permaneceu em execução pela necessidade da realização desses espaços participativos mencionados junto às pessoas atingidas, garantindo a participação informada durante o processo de organização social em torno da governança do Anexo 1.1.

As ações do período de julho a setembro, em relação à **atividade 3 – Apoio Técnico na Governança do Anexo 1.1** – foram relacionadas à elaboração do [“Guia de Trabalho sobre Crédito e Microcrédito”](#) e ao apoio à atuação da Entidade Gestora no território. O Guia sobre Crédito e Microcrédito tem como objetivo servir de material de estudos e reflexões para as pessoas atingidas. Especificamente, ele tem como foco o processo de criação das linhas de crédito e microcrédito para empréstimos. O material foi elaborado como parte do processo formativo sobre crédito e microcrédito das pessoas atingidas das regiões 4 e 5, assessoradas pelo Instituto Guaicuy.

Em relação ao apoio às ações da Entidade Gestora, a ATI apoiou a realização de atividades formativas sobre os Conselhos da Região 4, no dia 14 de agosto, e sobre os Setores, no dia 16 de agosto. As formações objetivaram preparar os Conselheiros Regionais para suas atribuições no âmbito do Anexo 1.1, abordando a proposta metodológica para o funcionamento dos conselhos e setores, e das condições de participação das comunidades atingidas. Foram mencionadas também as possibilidades de realização de formações sobre crédito e microcrédito e para executores de projetos, com o E-dinheiro como parceiro, e debatido os critérios para análise e priorização de projetos e o funcionamento das linhas de crédito. As pessoas atingidas levantaram preocupações sobre a efetividade da participação, a clareza das informações e a necessidade de apoio contínuo para o desempenho das funções. Como encaminhamento, ficou definida a continuidade do processo formativo, com devolutivas dos conselheiros à base e articulação entre EG, ATI e conselhos para organização dos próximos passos.

Em relação à **formação sobre o Anexo 1.1 – atividade 4**, no dia 22 de julho foi realizado o 23º Dois Dedos de Prosa, com o intuito de debater pontos importantes sobre a execução do Anexo 1.1, a saber: i) Ata de Entendimentos assinada no dia 28 de maio entre Instituições de Justiça e Entidade Gestora, que formalizou os entendimentos para

o cumprimento da Proposta Definitiva; ii) proposta de calendário da EG e os próximos passos para a estruturação da governança. A 23ª prosa reuniu representantes das comissões e PCTs das regiões 4 e 5 e contou com os pontos de apoio na comunidade Balneário Reino dos Lagos e nas sedes da ATI de Pompéu e Felixlândia.

No dia 9 de setembro foi realizado o 24º Dois Dedos de Prosa especificamente da Região 4, que teve como pauta a avaliação das formações realizadas pela EG e a construção do regimento do Conselho Regional. Foi esclarecido que o encontro não tinha caráter deliberativo, mas de debate e preparação para reuniões presenciais específicas sobre o regimento. Os participantes discutiram o papel dos Conselhos e Setores, a situação dos pescadores artesanais, a urgência do crédito e microcrédito frente às vulnerabilidades socioeconômicas nos territórios e a necessidade de maior protagonismo e segurança dos conselheiros. Também foram levantadas preocupações sobre prazos, sobrecarga de responsabilidades e importância da unidade entre Conselhos Locais, Regional e Inter-regional.

Em relação à **atividade ID 5 — Proposição de projetos Anexo 1.1**, como foi abordado nos relatórios trimestrais anteriores, já estão em curso reuniões com as comissões e comunidades para discussão sobre potencialidades comunitárias e proposição de projetos que poderão vir a ser indicados no Anexo 1.1. A partir desses retornos com as comissões e comunidades, conforme relato da Atividade 2, as informações das potencialidades comunitárias e de possíveis projetos identificados foram organizados no Almanaque do Anexo 1.1. Esse é um material construído coletivamente que tem como objetivo reunir e sistematizar a memória do processo de reparação a partir da perspectiva das comunidades atingidas. Ele documenta tanto os danos coletivos socioeconômicos diagnosticados quanto as potencialidades de projetos locais e regionais, trazendo histórias, fotos, depoimentos e registros das etapas de mobilização, organização e participação popular na Região 4. Esse instrumento busca valorizar a voz das pessoas atingidas, mostrando como o Anexo 1.1 representa uma esperança de reconstrução e dignidade, e destacando a importância da participação comunitária nas decisões sobre os projetos. O Almanaque também cumpre o papel de registrar a relação entre danos e propostas de reparação, servindo como referência para as comunidades, conselhos e instituições que acompanharão a execução do Anexo 1.1.

Destaca-se que algumas atividades de articulação com pessoas atingidas e reuniões realizadas no período tiveram o objetivo de colher depoimentos sobre os projetos em discussão no Anexo 1.1, para que também pudessem compor o Almanaque. Em agosto, foram realizadas reuniões com as lideranças da Região 4 para a construção e validação do texto de apresentação do Almanaque. As reuniões contaram com a participação ativa de membros das comunidades, que discutiram o levantamento de 98 danos coletivos, a seleção de projetos e a importância da participação comunitária. As entrevistas ocorreram no mês de agosto e duraram cerca de 30 minutos cada, podendo ser visualizadas nos links dos vídeos organizados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Entrevistas gravadas para elaboração do Almanaque do Anexo 1.1 (Região 4)

Comissão	Link do vídeo com a entrevista
Kaxixó	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Kaxixó
Novilha Brava e Campo Alegre	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Novilha Brava e Campo Alegre
Assentamentos	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Assentamentos
São Marcos e Santa Cecília	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão São Marcos e Santa Cecília
Balneário Reino dos Lagos	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Balneário Reino dos Lagos
Cachoeira do Choro e Encontro das Águas	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Cachoeira do Choro e Encontro das Águas
Quilombo Saco Barreiro	Projetos para o Anexo 1.1 - Quilombo Saco Barreiro
Baú e Piauí	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Baú e Piauí
Recantos	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Recantos
Angueretá	Projetos para o Anexo 1.1 - Comissão Angueretá

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em relação às **atividades 6, Crédito e Microcrédito**, levando em consideração a finalização da construção da Proposta Definitiva para o Anexo 1.1 e no início das atividades da Entidade Gestora somente no dia 5 de junho de 2025, ainda não foi possível iniciar o trabalho com as Comissões de pessoas atingidas sobre o acesso ao

crédito e microcrédito. De acordo com o cronograma elaborado pela EG, as definições sobre crédito e microcrédito serão realizadas na Etapa 4 de seu planejamento, após a inauguração dos conselhos e setores e priorização dos danos. Contudo, até o final do trimestre julho a setembro de 2025, foram definidos apenas os representantes do Conselho Regional, estando em fase de elaboração seu regimento interno. Os setores e os demais conselhos ainda não foram estruturados, tampouco inaugurados; portanto, esta mudança de cronograma impossibilitou o início da execução da Atividade ID 6 do Plano de Trabalho da ATI. Apesar disso, o tema do crédito e microcrédito vem sendo debatido com as pessoas atingidas, em diferentes atividades e momentos. A exemplo disso, tem-se a elaboração do Guia de Trabalho, já apresentado neste relatório quando tratou-se da Atividade ID 3 – Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.

5.2. ANEXO 1.3

O objetivo do eixo Anexo 1.3, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada e o controle social nos Anexos 1.3 e 1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A seguir, apresenta-se um quadro contendo as atividades previstas e a execução destas no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 4 — Execução das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Promover espaços participativos visando à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais que permitam a atuação autônoma das pessoas atingidas no acompanhamento dos projetos do Anexo 1.3 e no controle social do processo de reparação, junto às entidades competentes	01/01/2024	30/06/2025	CONCLUÍDA
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Assessorar tecnicamente os PCTs na produção técnica de documentos, no encaminhamento de demandas e na elaboração de protocolos, buscando favorecer a participação informada e manifestação das comunidades em todas as etapas na execução dos projetos do Anexo 1.3	01/07/2023	30/11/2025	SIM
9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Acompanhar os PCTs, quando requisitado, nas etapas de detalhamento e execução dos projetos do Anexo 1.3, assegurando o envio de manifestações aos Compromitentes, quando solicitado	01/07/2023	30/06/2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

A atividade ID 7 – **Espaços participativos para o Anexo 1.3**, de acordo com o cronograma do Plano de Trabalho, foi concluída no mês de junho de 2025, portanto, no presente trimestre não foram realizadas ações com as pessoas atingidas referentes à atividade. Entretanto, o Anexo 1.3 segue sendo monitorado, principalmente, no suporte de informações de andamentos dos projetos que são mais próximos às comunidades atingidas. Muitos destes projetos estão atrasados, de acordo com as informações do sistema de acompanhamento disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas. Dessa forma, o envio das atualizações do Anexo 1.3 são realizadas sob demanda das Comissões de Pessoas Atingidas, tendo em vista a dificuldade do acesso à informação de interesse, já que em muitas das vezes a informação é sobre as obras convertidas em execução municipal.

Em relação à atividade ID 8 – **Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3**, a pedido do Comitê Pró-Brumadinho, o Instituto Guaicuy realizou uma reunião com os representantes do [Quilombo Saco Barreiro](#) e outra reunião com os da [Aldeia Kaxixó](#) para apresentar as propostas dos Termos de Compromisso a serem assinados por estas comunidades para o início das obras dos poços artesianos, o projeto escolhido por essas comunidades durante o processo de consulta. **Estas reuniões fazem parte da “Etapa 8 – em caso de parecer favorável, compromitentes autorizam o início da execução da iniciativa”², das Etapas da Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes³.** Nas ocasiões, foram discutidas as cláusulas do documento, esclarecendo a necessidade de assinatura pelas associações, a atuação da comunidade para facilitar a execução da obra e a duração do termo, que é de três anos e nove meses. Os participantes destacaram a urgência do acesso à água, a importância de criar uma rotina de acompanhamento da obra e o histórico das etapas já concluídas, incluindo análise de documentos, avaliações dos compromitentes e validações governamentais. Foi produzida uma ata de cada reunião que, junto às listas de presença, foi encaminhada do Comitê Pró-Brumadinho, na qual as comunidades indicam um representante,

² As 8 etapas da consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes estão disponíveis no [site do Comitê Pró Brumadinho](#).

³ As atividades que ocorreram em fevereiro de 2025, referentes ao acompanhamento das devolutivas da proposta inicial de projeto para perfuração dos poços nos territórios do Quilombo Saco Barreiro e da Aldeia Kaxixó, apresentadas e evidenciadas no [Relatório Trimestral 07](#), configuram a “Etapa 6 - Devolutiva do conteúdo dos projetos às comunidades, para ajustes e validação”, das Etapas da Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes. Dessa forma, conclui-se que o Instituto Guaicuy realizou o acompanhamento da Etapa 6, conforme demandado.

conforme solicitado pelo Termo de Compromisso. A ATI mantém diálogo constante com as partes para o acompanhamento da execução da obra.

Em relação à **atividade ID 9 – acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3**, nos meses de julho, agosto e setembro de 2025 não ocorreram atividades externas diretamente com pessoas atingidas de PCTs sobre o Anexo 1.3. Considerando que essa atividade está sujeita à demanda e que, neste trimestre, os representantes dos PCTs não realizaram nenhuma solicitação de acompanhamento em reuniões externas sobre o Anexo 1.3, também não ocorreram atividades a serem detalhadas. Todavia, apesar do cronograma da atividade ID 9 no Plano de Trabalho prever o seu encerramento em junho de 2025, a atividade não foi considerada finalizada no trimestre, pois a equipe do Guaicuy se manteve à disposição para atender às possíveis demandas dos PCTs.

5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O objetivo do eixo Organização Social e Comunicação, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 5 — Execução das atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
10	Organização das comissões	Promover reuniões, presenciais ou virtuais, com as comissões de pessoas atingidas, em escala local e regional, direcionadas ao seu desenvolvimento organizacional, à avaliação da ATI, ao planejamento coletivo e à discussão das condições materiais necessárias às instâncias participativas, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social, bem como apoiar a atuação de representantes nos espaços de bacia direcionados à tomada de decisão sobre assuntos relativos à reparação integral dos danos	01/07/2023	30/11/2025	SIM
11	Organização dos PCTs	Construir espaços participativos para Povos e Comunidades Tradicionais aprofundarem o entendimento sobre seus direitos específicos, de maneira a fortalecer a autonomia no Sistema de Participação	01/07/2023	30/11/2025	SIM
12	Apoio na participação em eventos externos	Apoiar a participação das pessoas atingidas em eventos externos promovidos por atores envolvidos no processo de reparação, visando à formação cidadã, à representatividade das pessoas atingidas das regiões 4 e 5 e ao envolvimento delas nos processos de tomada de decisão relativos aos seus direitos específicos	01/07/2023	30/11/2025	SIM

13	Comunicação	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação — formativos, informativos e mobilizadores — sobre temas e ações relativos ao processo de reparação para as populações atingidas das regiões 4 e 5, em diversos formatos e suportes, com linguagem acessível e informações seguras. Divulgar o trabalho da assessoria técnica do Projeto Paraopeba de forma responsável e eficiente para as partes interessadas	01/07/2023	30/12/2025	SIM
14	Mobilização social	Promover atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação	01/07/2023	30/09/2025	SIM
15	Operacionalização regional	Realizar gestão e manutenção dos escritórios, aquisição e gestão de materiais e equipamentos, organizar e produzir eventos institucionais, planejar e operacionalizar a logística para a realização de atividades	01/07/2023	31/11/2025	SIM
16	Suporte logístico	Conduzir veículos transportando equipes, pessoas atingidas e equipamentos, contribuir com a organização das atividades de campo, apoiar as equipes na execução das atividades	01/07/2023	31/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em relação à **atividade 10 — organização das comissões**, no período de julho a setembro as comissões e instância regional estiveram envolvidas nas atividades da pauta do Anexo 1.1 — especialmente a construção da governança desse anexo — como processos formativos, reuniões comunitárias e de comissões, entre outras atividades.

Considerando o início dos trabalhos da Entidade Gestora do Anexo 1.1 em 5 de Junho de 2025, um ano após os 90 dias de elaboração e aprovação da Proposta Definitiva, o trimestre foi iniciado com agendas de revisão do Anexo 1.1, com o objetivo de realizar nivelamento coletivo sobre conteúdo da Proposta Definitiva junto aos Conselheiros Locais da Governança indicados pelas Comissões de Pessoas Atingidas da Região 4, a fim de prepará-los para a formação com a EG.

Além disso, também se mostrou necessário uma nova rodada de Reuniões de Comissão para indicação dos Conselheiros Regionais, em virtude do prazo exíguo imposto pela EG e cronograma de ações que estabeleceu a inauguração do Conselho Regional antes dos Conselhos Locais. Sobre estas, importa mencionar o esforço de mediação de conflitos que a equipe da ATI na Região 4 precisou empregar diante das questões que surgiram a partir da rodada de indicações, especialmente junto à Comissão de Cachoeira do Choro e Encontro das Águas e à Comissão de São Marcos e Santa Cecília.

Agosto foi o mês da Formação de Conselheiros com a Entidade Gestora, conforme já destacado no texto do objetivo específico Anexo 1.1. A espera dos representantes indicados Conselheiros para este momento era grande, contudo, em virtude dos limites de agenda da EG, dos feriados do mês de agosto e das festas locais, a formação precisou ocorrer numa quinta-feira à tarde, prejudicando a ampla participação. No que tange ao desenvolvimento da atividade, a maioria daqueles que compareceram demonstraram segurança e desenvoltura em suas falas, mas também grande expectativa em relação às definições pendentes na Proposta Definitiva.

Ainda em agosto, as reuniões comunitárias virtuais de devolutiva do levantamento de projetos, também do Anexo 1.1, conduzidas pelas comissões de Cachoeira do Choro e Encontro das Águas, dos Recantos e de São Marcos e Santa Cecília, junto à ATI, com o objetivo de ampliar o diálogo comunitário, foram o destaque no que se refere à organização das Comissões. Houve ainda uma tentativa da ATI de realizar formação

conjunta de novos membros de comissões, mas em virtude do baixo quórum esta foi cancelada.

Em setembro, iniciou-se o ciclo de reuniões para construção da proposta de Regimento Interno do Conselho Regional 4 e dos Conselhos Locais, a partir das orientações da EG e das resoluções da Proposta Definitiva. Em virtude do processo de desmobilização e encerramento do Projeto ATI Paraopeba que estava posto no início do mês de setembro, foi necessário estabelecer prioridade institucional para as agendas relacionadas ao Anexo 1.1 e sua governança, especialmente o Regimento Interno, a ser validado na primeira reunião de inauguração dos conselhos.

Entre os meses de julho e setembro não houve atividades ordinárias referentes à organização da Instância Regional 4. O início do trimestre, contudo, foi marcado por uma grande agenda de articulação com atores externos por iniciativa própria dos representantes da IR4. Em 2 de setembro ocorreu uma reunião de apresentação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) mobilizada e mediada pela IR4. Na ocasião, firmou-se o compromisso de fundar um grupo de base do MAB na Região 4.

Considerando que o Sistema de Participação é o guarda-chuva que ampara a Governança do Anexo 1.1 e que, portanto, são as Comissões de Pessoas Atingidas a informarem todo o processo de indicações para a composição da Governança, é razoável compreender os avanços organizativos do Anexo 1.1 na Região 4 como um reflexo da força, estabilidade e continuidade do trabalho da ATI junto às Comissões.

Entretanto, esse trabalho não acontece sem desafios. Assim, atualmente ocorre o processo de fortalecimento dos membros das comissões e IR4, por meio de manutenção de vínculos e formações. Contudo, o amadurecimento político e a articulação com atores externos são eixos fundamentais e que precisam ser desenvolvidos para além da iniciativa bem sucedida junto ao MAB, inclusive para evitar a tendência ao isolamento e a disputa com outras regiões da Bacia, manifesta na postura de alguns representantes. Cabe mencionar que, apesar dos avanços significativos no nível regional, a organização interna de parte considerável das comissões da Região 4 ainda depende da intervenção da ATI.

No que se refere às comissões, o esforço de mobilização e engajamento de novos membros tem encontrado limites, especialmente, num cenário de finalização do

Programa de Transferência de Renda. Tem-se a expectativa de que a materialização do Anexo 1.1 nas comunidades e, em especial, do crédito e microcrédito, seja esse elemento mobilizador. Até lá, o desgaste dos membros ativos é uma preocupação e pode, em grande parte, comprometer a organização social estabelecida na Região 4.

Sobre a **atividade 11 — organização dos PCTs**, durante o trimestre os povos e comunidades tradicionais da Região 4 concentraram suas atividades no Anexo 1.1 e no controle social do Anexo 1.3. Em julho, foi realizada reunião de consolidação do levantamento de projetos e potencialidades na Aldeia de Fundinho, em Pompéu, com a presença do cacique, do vice cacique e demais indígenas residentes na Aldeia. A atividade foi uma oportunidade para que as lideranças identificassem as especificidades de cada aldeia e dialogassem sobre as propostas de projetos mais adequadas para cada parte do território, considerando a diversidade do povo Kaxixó. Representantes do povo Kaxixó também participaram de reunião do Conselho Local 2 da governança do Anexo 1.1, junto às comissões de pessoas atingidas de São Marcos e Santa Cecília, Balneário Reino dos Lagos, Recantos e comunidade quilombola de Saco Barreiro para nivelamento coletivo sobre a Proposta Definitiva do Anexo 1.1.

No Quilombo Saco Barreiro, o grupo de mulheres Guerreiras do Quilombo, mulheres que trabalham na produção e no beneficiamento de farinha, se reuniram com o apoio da ATI, também em julho, para discutir e fomentar as potencialidades do grupo. Os temas discutidos foram a reflexão sobre a importância das mulheres na luta pelo território, na organização social e manutenção dos modos de vida tradicionais, bem como nos espaços de governança do Anexo 1.1. Após pré-exibição e aprovação de documentário etnográfico, gravado pelo Instituto Guaicuy junto à comunidade, metodologias como a “teia de barbante” e “escalda pés do cuidado” foram centrais no desenvolvimento da atividade.

Em agosto, o mês se iniciou com a aprovação da diagramação do Protocolo de Consulta do povo Kaxixó em duas fases, primeiro junto às lideranças indicadas pelo Cacique e, posteriormente, em reunião comunitária na Aldeia de Capão do Zezinho. Nesta ocasião, também foi ponto de pauta a indicação de representantes para a governança do Anexo 1.1. Como premissa geral, o povo Kaxixó definiu que o Setor Local

será composto por toda a coletividade, e que oito representantes ocuparão os demais espaços nas Regiões 4 e 5, divididos entre titulares e suplentes.

Em reunião comunitária de mesma pauta, a comunidade quilombola de Saco Barreiro propôs a indicação de seis representantes para a governança do Anexo 1.1, devendo-se obedecer a premissa de um titular e um suplente da Irmandade, da Gestão da Associação Comunitária e da Comunidade em geral.

Outras três agendas relacionadas ao Anexo 1.1 aconteceram em agosto. Primeiro, a atividade de mobilização para estimular a participação dos indígenas na formação dos setores do Anexo 1.1 junto à Entidade Gestora. Participaram, na ocasião, tanto os indígenas Kaxixó quanto os Quilombolas de Saco Barreiro. Além de oportunizar a troca de saberes entre os povos e comunidades tradicionais da Região 4, o espaço foi o primeiro contato dos PCTs com a EG, após o início dos trabalhos em junho de 2025. No final do mês, uma atividade de avaliação presencial permitiu levantar as principais impressões e demandas da comunidade. Estas foram sistematizadas e encaminhadas pela ATI à EG.

Ainda no mês de agosto, as lideranças do Quilombo Saco Barreiro obtiveram uma conquista relevante no âmbito do controle social das políticas de saúde do município de Pompéu. Após um processo amplo de debate e articulações políticas, conseguiram ocupar duas vagas, na representação da sociedade civil organizada dentro do Conselho Municipal de Saúde.

Em setembro, foram realizadas reuniões com a comunidade indígena Kaxixó e com o quilombo Saco Barreiro no âmbito do Anexo 1.3, uma vez que a auditoria (FGV) e o Comitê de Compromitentes aprovaram a proposta de projeto para construção de poços artesianos e sistema de rede hidráulica em ambas comunidades pela empresa Vale, conforme destacado no objetivo específico Anexo 1.3.

Ainda no trimestre ocorreram a participação dos PCTs em reunião microrregional para a construção do Regimento Interno do Conselho Local junto à outras Comissões, conforme destacado no objetivo específico do Anexo 1.1, além do acompanhamento da ATI de representantes da Associação Comunitária do Quilombo Saco Barreiro em agenda no Centro Administrativo do Município de Pompéu. Esse encontro objetivou a entrega de cópias do Protocolo de Consulta da comunidade aos Secretários e outros

representantes do poder público local. O cronograma de entrega dos protocolos continuará sendo acompanhado pela equipe, salvo os limites impostos pelo encerramento do Projeto ATI Paraopeba, com o objetivo de fortalecer a articulação com atores externos na defesa dos direitos da comunidade. No caso do povo Kaxixó, a impressão dos Protocolos de Consulta foi finalizada e entregue pela gráfica, e a equipe da ATI realizou atividade coletiva junto às lideranças indígenas para dar início ao planejamento de lançamento.

Em relação à **atividade 12 – apoio na participação em eventos externos**, no mês de julho ocorreram três eventos. No dia 1º de julho, foi realizada a [Comitiva das Instâncias Regionais às IJs](#), no Ministério Público Estadual, em Belo Horizonte, com quatro representantes da IR4. Na ocasião, as pessoas levaram para debate as seguintes questões: a) O que é o Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres (Nucard)?; b) Há possibilidade de participação das pessoas atingidas na governança do Anexo 2.2, que trata da universalização do saneamento básico nos municípios atingidos?; c) Como será a definição das comunidades elegíveis aos projetos e crédito do Anexo 1.1?; d) Como foi a definição das metas de participação que impactam no orçamento das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs)?; e) Solicitação, das pessoas atingidas, de revisão das metas para números que correspondam melhor à realidade dos territórios.

No dia 2 de julho ocorreu o acompanhamento de uma reunião do MAB com pessoas atingidas, em que o representante do MAB realizou a apresentação do movimento à Instância Regional 4 e trouxe informações solicitadas pelas pessoas atingidas sobre qual o apoio pode ser oferecido por ele às pessoas da Região 4. Já no dia 11 de julho, a ATI acompanhou as pessoas atingidas em um [Ato organizado pelo MAB](#), em Belo Horizonte, em manifestação às Instituições de Justiça (IJs), que pautou a defesa da continuação da ATI, o novo auxílio emergencial e a garantia da reparação integral. Durante o ato, as pessoas atingidas se reuniram com representantes do TJMG, do MPMG e com o juiz Dr. Murilo Silvio de Abreu.

No mês de agosto, a ATI operou a logística de transporte para duas pessoas atingidas da Região 4, de suas respectivas comunidades até o ponto de encontro do ônibus do MAB, que as levou para o II Encontro Nacional do MAM, em Fortaleza (CE),

ocorrido entre os dias 24 e 28 do mesmo mês. Ainda no mês de agosto, no dia 29, a ATI apoiou uma das representantes da Região 4 em deslocamento até a sede de Pompéu, para acompanhar a Reunião Virtual do GT da Política Estadual em Saúde de Populações Atingidas pela Mineração.

No dia 25 de setembro, ocorreu em Belo Horizonte outro [Ato organizado pelo MAB](#), conforme destacado no objetivo Anexo 1.2, com a pauta sobre o fim do PTR, em que participaram 23 pessoas atingidas da Região 4, com apoio técnico e logístico da ATI.

O fomento à participação das pessoas atingidas em eventos externos tem adquirido relevância crescente, ainda que a demanda não se configure de maneira contínua. A presença e a atuação dessas pessoas, assim como de suas representações, em iniciativas promovidas, tanto por distintos agentes do processo de reparação quanto por elas próprias, contribuem para a ampliação dos espaços de participação, aprimorando a participação informada e o fortalecimento do controle social. As dificuldades observadas na execução da atividade estão relacionadas à mobilização e à mobilidade das pessoas atingidas. Quando se trata de eventos realizados fora das regiões de origem, os desafios logísticos e organizacionais tornam-se mais complexos. Além disso, vinculado ao processo de mobilização, evidencia-se a questão da representatividade nos espaços externos, o que exige um diálogo amplo e criterioso entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas para a definição das participações presenciais nas atividades.

Em relação à **atividade 13 – Comunicação**, ocorreu intensa produção de conteúdos e ações de comunicação para a Região 4 entre julho e setembro. Foram realizadas coberturas comunitárias, publicações em site e redes sociais, vídeos no YouTube e materiais impressos, destacando tanto a luta das comunidades quanto temas de organização e monitoramento da reparação. Alguns destaques:

- Produção de matérias no site sobre temas relevantes, como: impactos do rompimento no turismo, revitalização dos rios urbanos, denúncias sobre falsas ideias de mineração sustentável, decisões judiciais sobre recursos da Vale e atrasos no Plano de Recuperação Socioambiental.

- Divulgação em redes sociais de conteúdos que reforçaram as mobilizações locais (como o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, e coberturas da Mídia Jovem).
- Fortalecimento da Mídia Jovem da Região 4, com coberturas audiovisuais de eventos, como quermesses comunitárias, encontros de comissões, oficinas de comunicação e formações da entidade gestora.
- Produção de vídeos no YouTube com forte presença da Região 4, incluindo: projetos das comissões locais (Kaxixó, Baú e Piau, Quilombo Saco Barreiro, Novilha Brava, entre outras), coberturas da Mídia Jovem e o lançamento de vídeos-retratos.
- Materiais impressos de destaque: o Protocolo de Consulta Prévia do Povo Kaxixó, ferramenta importante de defesa de direitos.
- Internacionalização das denúncias, com a participação de advogada do Guaicuy na Semana das Defensoras de Direitos Humanos, na Suíça.

No seguinte [documento](#), é possível acessar todas as produções da Comunicação da ATI Paraopeba referentes ao período do relatório, referente à Região 4.

Em relação à **atividade 14 — mobilização social**, considerando o período do relatório, foram realizadas mobilizações para as atividades realizadas junto às comunidades e comissões de pessoas atingidas em diversos temas da reparação, com destaque para o Anexo 1.1. Nos meses de julho e agosto, a equipe se dedicou constantemente à mediação de conflitos que surgiram em virtude do processo de indicação de representantes para composição dos Conselhos Locais e Regional da governança deste Anexo. Pela natureza pessoal da interação, as atividades realizadas para atender a mediação de conflitos são, geralmente, individuais, como as articulações com pessoas atingidas, o atendimento na sede, virtual ou, ainda, por meio de contato telefônico.

Outras agendas vinculadas ao Anexo 1.1 também exigiram mobilização individual, como foi o caso da elaboração coletiva do texto de apresentação do “Almanaque do Anexo 1.1”, contextualizado no capítulo referente a esse objetivo específico. As agendas,

divididas em dois dias para a elaboração e validação final do produto, contaram com grande engajamento dos representantes.

Atividades fora do território atingido, como é o caso das Manifestações do MAB, em Belo Horizonte, que ocorreram nos meses de julho e de setembro geralmente envolvem um grande esforço de mobilização e de planejamento logístico da ATI. O processo envolve: (i) alinhamento de informações da ATI com a organização da manifestação e com as pessoas atingidas; (ii) avaliação institucional acerca do suporte; (iii) organização e disparo de mensagem de mobilização com principais informações, inclusive o prazo limite para confirmações; (iv) contatos individuais e mediação junto aos grupos de comissão e/ou grupos regionais em virtude do limite de vagas; (v) preenchimento de planilha com nomes de pessoas confirmadas e demais dados necessários para o processamento logístico; (vi) informe sobre rotas por meio de contatos individuais.

Ainda no que se refere ao esforço de mobilização e planejamento logístico, agendas regionais e microrregionais que aconteceram no território neste trimestre também foram expressivas, como aquelas voltadas para a revisão de conteúdo do Anexo 1.1 e para a construção de proposta do Regimento Interno dos Conselhos Locais e Regional, mediadas pela ATI, ou de Formação dos Conselheiros, mediadas pela EG. Outra agenda regional importante, fruto da articulação e planejamento das próprias pessoas atingidas, foi a reunião de apresentação do MAB à Instância Regional 4. Diferentemente das agendas relacionadas ao Anexo 1.1, nesta a ATI ofereceu apoio logístico e técnico na construção de roteiro, mas todo o processo de mobilização foi autônomo das pessoas atingidas.

Com o aumento da demanda de esclarecimentos sobre andamento processual e indenizações individuais, como nas Reuniões Comunitárias em Fazendinhas Baú e Recanto do Piau, nos P.As Queima Fogo e Chácara Choriós, em agosto, ou em São Marcos e Santa Cecília, em setembro, foram realizadas mobilizações de listas inteiras de contatos por meio de disparo de mensagens no *Whatsapp*. Esse formato de contato também foi utilizado para a mobilização de reuniões comunitárias virtuais de devolutiva do levantamento de projetos, conduzidas pela Comissão de Cachoeira do Choro e

Encontro das Águas, pela Comissão dos Recantos e pela Comissão de São Marcos e Santa Cecília junto à ATI, com o objetivo de ampliar o diálogo comunitário.

Mencione-se, por fim, as atividades mobilizadoras realizadas em agosto nas comunidades de Recanto do Laranjo, São Marcos e Santa Cecília com o objetivo de realizar devolutiva do levantamento de projetos por meio de distribuição de panfleto informativo. Esta estratégia buscou, portanto, complementar as agendas virtuais até então conduzidas.

Alguns desafios para a mobilização social do período foram a dificuldade ou desafio a imposição de prazos externos à ATI que, por vezes, aceleram e comprometem um processo de mobilização efetivo; as complexidades de oferta de suporte para atividades que acontecem fora do território atingido e são organizadas por terceiros; o limite de vagas que, como mencionado em relatórios trimestrais anteriores, pode ser objeto de disputa entre as pessoas atingidas; e as limitações advindas do momento atual da ATI.

No que se refere às atividades **ID 15 – Operacionalização regional** e **ID 16 – Suporte logístico**, destacou-se o apoio e suporte logístico da ATI para viabilizar a participação das pessoas atingidas nas atividades já mencionadas anteriormente. No dia 11 de julho, foi viabilizada a participação de 11 pessoas da Região 4, além de 30 da Região 5, para a participação do ato organizado pelo MAB em Belo Horizonte em defesa da continuação da ATI. Foram disponibilizados transporte e alimentação das pessoas atingidas em Belo Horizonte e utilizada a van da frota própria do Instituto Guaicuy. No dia 25 de setembro, também foi viabilizada a participação de pessoas atingidas em outro ato do MAB em Belo Horizonte, que reivindicou a continuidade do PTR. Na oportunidade, a ATI disponibilizou a logística necessária para a participação de 25 pessoas atingidas da Região 4 e 23 pessoas da Região 5, fornecendo transporte e alimentação.

5.4. RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O objetivo do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é viabilizar o reconhecimento e o autorreconhecimento de pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução da atividade no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 6 – Execução da atividade do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Identificar e caracterizar comunidades atingidas não reconhecidas, em especial as auto identificadas como PCTs, e viabilizar o atendimento, pela ATI, de pessoas atingidas ainda não assessoradas, assegurando a inclusão nas atividades participativas implementadas e o respeito a seus modos de vida. Construir processos de reconhecimento dessas pessoas, grupos e comunidades atingidas por parte dos atores da reparação (IJs, Estado de Minas Gerais, Vale S.A., FGV, AECOM, Grupo EPA, etc.)	01/07/2023	31/12/2024	CONCLUÍDA

Fonte: Elaboração própria (2025).

Considera-se que a **atividade 17 – mapeamento de Comunidades não reconhecidas** – está concluída. Nos últimos trimestres não foram reconhecidas novas comunidades e também não houve solicitação para mapeamento de comunidades não reconhecidas por parte das pessoas atingidas. É possível afirmar, por meio dessa atividade, que a integralidade das comunidades atingidas dentro dos atuais critérios de atendimento no âmbito do Acordo Judicial de Reparação foram identificadas e caracterizadas, recebendo atendimento da ATI.

É possível, porém, que com o início do trabalho da Entidade Gestora do Anexo I.1 desde junho de 2025, comunidades rurais que não se encaixavam nos critérios de acesso de outras medidas de reparação demandem acompanhamento e sinalizem danos coletivos.

5.5. ANEXO 1.2

O objetivo do eixo Anexo 1.2, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 7 — Execução das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas na identificação, no reconhecimento dos meios de obtenção e na organização das documentações necessárias para acesso ao PTR	01/07/2023	30/09/2025	SIM
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas no encaminhamento de demandas, denúncias e reclamações relacionadas ao Anexo 1.2 à FGV e aos Compromitentes e, quando solicitado, intermediar reuniões com os atores envolvidos no processo de reparação	01/07/2023	30/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025).

As duas atividades do eixo do Anexo 1.2 têm como objetivo viabilizar informações e apoiar as pessoas atingidas em relação ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e ambas foram executadas no terceiro trimestre de 2025.

Em 19 de setembro foi anunciado pela entidade gestora do PTR, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que o programa será encerrado em outubro de 2025. A decisão surpreendeu as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que contavam com esse recurso e se preparavam para o término do programa apenas no início do ano de 2026. Desse modo, o PTR na Região 4, assim como nas outras regiões do Paraopeba, está em fase de finalização e diante desse contexto, as demandas individuais, familiares e coletivas da Região 4 diminuíram consideravelmente.

Em relação à **atividade 18 — apoio técnico e/ou familiar no Anexo 1.2**, neste trimestre, foi encaminhado o [Ofício 55/25-IG](#), referente a dois casos individuais de problemas documentais e questionamentos sobre análise do cadastro pela FGV. O ofício foi respondido pela entidade gestora por meio do documento FGV ACB – CE No 75/2025, na data de 25 de setembro.

Em relação à **atividade 19 — apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2**, no terceiro trimestre de 2025 não foram enviados ofícios ou documentos à FGV ou aos Compromitentes, devido ao contexto já informado de diminuição da demanda. Contudo, a ATI prestou apoio para o [Ato](#) do Movimento dos dos Atingidos por Barragens (MAB) realizado no dia 25 de setembro. O Ato foi realizado em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte, com a participação de atingidos das cinco regiões, que reivindicaram, entre outros pleitos, a continuidade do PTR. O Instituto Guaicuy prestou apoio às pessoas atingidas das regiões 4 e 5. Na parte da manhã, ocorreu uma reunião entre lideranças regionais, representantes das ATIs, do MAB e a juíza auxiliar da Presidência do TJMG, Marcela Maria Pereira Amaral Novais. Nesse encontro, foi solicitado que haja celeridade no julgamento do novo auxílio, que tramita há mais de seis meses e se encontra atualmente em segunda instância. Embora já tenham obtido uma decisão favorável em primeira instância, um impasse quanto à definição de competência para julgar o caso tem atrasado o processo. Destaca-se que os movimentos sociais e organizações, incluindo o Instituto Guaicuy, vêm lutando pela

criação de um novo Auxílio Emergencial para as pessoas atingidas, enquanto a reparação definitiva não é efetivada. Esse direito encontra respaldo na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O objetivo do eixo Reparação Socioambiental, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 8 – Execução das atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Realizar ciclos de formação para as lideranças das comissões sobre o conteúdo dos planos e os estudos relacionados à reparação socioambiental	01/09/2023	31/12/2024	SIM
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Acompanhar as reuniões da auditoria (AECOM), além de reuniões externas entre comissões e outros atores, como Arcadis, ATIs e Compromitentes, para compartilhamento de informações e esclarecimento das pessoas atingidas	01/07/2023	30/09/2025	SIM
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Organizar e divulgar para as comissões e outros grupos interessados, a partir de critérios preestabelecidos para o acesso, dados socioambientais e de saúde coletados pelo Instituto Guaicuy. A intenção é facilitar o controle social sobre a execução dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental produzidos pelo Instituto	01/09/2023	30/09/2025	CONCLUÍDA

Entre julho e setembro de 2025, a atividade **ID 20 – Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental** – permaneceu em andamento, não tendo sido concluída no prazo inicialmente previsto de dezembro de 2024. Conforme já informado no relatório anterior, a prorrogação da atividade se justifica pela continuidade das etapas do Anexo 2.1 e pelos desdobramentos do Anexo 2.2 que mantêm elevadas as demandas das pessoas atingidas por informações e formações qualificadas.

Neste trimestre, a ATI deu continuidade à atualização do mapeamento das demandas das comissões por formações, sendo os registros listados em uma planilha interna com temas surgidos em reuniões coletivas, reuniões com comissão, atendimento individual, dentre outros encontros com as pessoas atingidas.

Um resultado positivo das formações em temas socioambientais e consolidação do controle social ocorreu com o Povo Kaxixó, que resgatou seu espaço de representatividade e participação junto ao Comitê de Bacia do Rio Pará e do São Francisco para discutir temas de interesse desta comunidade, como a outorga, disponibilidade e segurança hídrica no Rio Pará, proteção de áreas de nascentes entre outros. As comunidades ocuparam novamente as cadeiras de representação dos Povos e Comunidades Tradicionais nos comitês de bacias do Rio Pará e do Rio São Francisco.

Em relação à **atividade 21 – acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental**, a participação nas reuniões mensais da AECOM tem se mantido com regularidade, conforme os trimestres anteriores. Atualmente, a AECOM mantém um portal para acesso aos documentos produzidos pela auditoria e, talvez por isso, tem-se presenciado um esvaziamento considerável do conteúdo tratado durante essas reuniões que, em tese, constituem um dos únicos canais onde era possível o acompanhamento pelas ATIs dos debates entre compromitentes, Vale e auditoria. Entretanto, atualmente esses diálogos públicos entre os atores não acontecem mais e a reunião se resume a um repasse sucinto das ações que estão sendo implementadas pela Vale no eixo da Reparação Socioambiental. Assim, o acompanhamento das reuniões tem gerado menor volume de elementos e informações – em comparação com trimestres anteriores – para publicação de materiais de divulgação sobre temas relevantes da reparação socioambiental, como por exemplo, a dragagem do Rio Paraopeba, ou mesmo outras informações sobre os estudos de risco.

Com relação à [dragagem do rio Paraopeba para pesquisas minerárias](#), o desdobramento foi uma solicitação (após reuniões para devolutivas sobre esse assunto) por parte da Comissão de Atingidos da Comunidade de Cachoeira do Choro e Condomínio Encontro das Águas, município de Curvelo, para acesso às informações completas do processo e a resposta enviada pela Gerência Regional da ANM (Agência Nacional de Mineração) no estado. No entanto, o solicitado ainda não foi consolidado, pois a comissão não conseguiu pleno acesso às informações até a presente data.

Com relação a Reparação Socioambiental (Anexo 2.1) no que se refere ao trecho do Rio Paraopeba compreendido na Região 4, os avanços são de modo geral pouquíssimos, já que a dragagem do rio principal avança de forma insatisfatória e seria essa a etapa básica da recuperação ambiental. Em vista desse cenário, foi produzida uma nota técnica da AECOM por solicitação das Instituições de Justiça, [publicada no site da ATI](#), que faz uma avaliação do atraso do Anexo 2.1. Os avanços são, portanto, inexpressivos em termos práticos.

5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O objetivo do eixo Estrutura Organizacional é garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e a segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 9 — Execução das atividades do eixo Estrutura Organizacional

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
23	Departamento pessoal e recursos humanos	Realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades de departamento pessoal	01/07/2023	31/12/2025	SIM
24	Gestão financeira e de prestação de contas	Realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos	01/07/2023	31/12/2025	SIM
25	Assessoria jurídica administrativa	Realizar assessoria jurídica relativa a questões administrativas do Projeto Paraopeba e a impactos indiretos dele ao Instituto	01/07/2023	31/12/2025	SIM
26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Acompanhar atividades finalísticas, assim como monitorar atividades realizadas com as pessoas atingidas, visando à prestação de contas da execução finalística do Plano de Trabalho do Projeto Paraopeba	01/07/2023	30/11/2025	SIM
27	Gestão da tecnologia da informação	Gerenciar as tecnologias da informação (TI), aliando as iniciativas tecnológicas com os objetivos estratégicos do Projeto Paraopeba. Realizar planejamento, implementação, monitoramento e manutenção de sistemas, redes, hardwares, softwares e recursos humanos ligados à área de TI	01/07/2023	30/11/2025	SIM
28	Gestão de projeto	Gerir o Projeto Paraopeba garantindo o cumprimento do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho, planejar e realizar orientações organizacionais, garantir segurança institucional e relacionamento institucional	01/07/2023	31/12/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

As atividades do eixo de Estrutura Organizacional são entendidas como aquelas que fornecem as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI. A apresentação de sua execução neste relatório tem por objetivo promover a transparência quanto à alocação de recursos, além de possibilitar uma melhor compreensão da complexidade envolvida na viabilização das atividades finalísticas.

É importante destacar que este é um eixo transversal, voltado a garantir as condições necessárias para a execução financeira e técnica do projeto, com vistas ao alcance dos resultados esperados. Todas as ações descritas foram executadas conforme previsto no Plano de Trabalho.

Conforme estabelecido no referido plano, a prestação de contas apresentada neste relatório tem como foco principal as atividades finalísticas. Dessa forma, a execução detalhada das ações do eixo de Estrutura Organizacional — por se tratarem de atividades-meio e processuais, desenvolvidas de forma contínua ao longo do projeto — não será descrita individualmente. Considera-se, assim, que este capítulo evidencia de forma consolidada a execução do eixo. Na sequência, são apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira no **período de julho a setembro de 2025**.

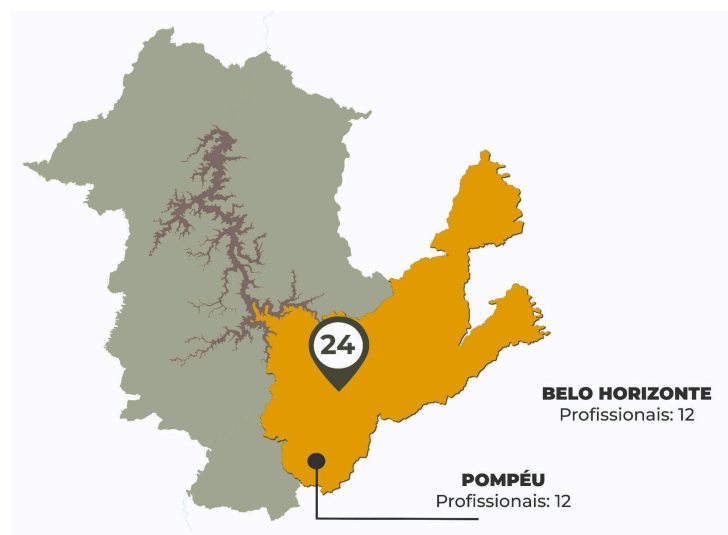
No que se refere à área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, cabe esclarecer que suas atribuições englobam o recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, além da gestão da saúde no trabalho. Tais ações são conduzidas por meio de planejamento, execução e organização de dados, com o objetivo de formar uma equipe técnica capacitada e em condições adequadas de saúde e trabalho, assegurando o suporte necessário à assessoria técnica prestada às pessoas atingidas.

Em 30 de setembro de 2025, o Instituto Guaicuy contava com 24 profissionais atuando na Região 4, sendo 23 contratados sob o regime da CLT e 1 jovem aprendiz. A maior parte dessa equipe foi incorporada à instituição por meio de processos seletivos públicos, conforme editais divulgados no portal de transparência. A listagem analítica da

força de trabalho na Região 4, atualizada para a data mencionada, está disponível no [arquivo linkado](#).

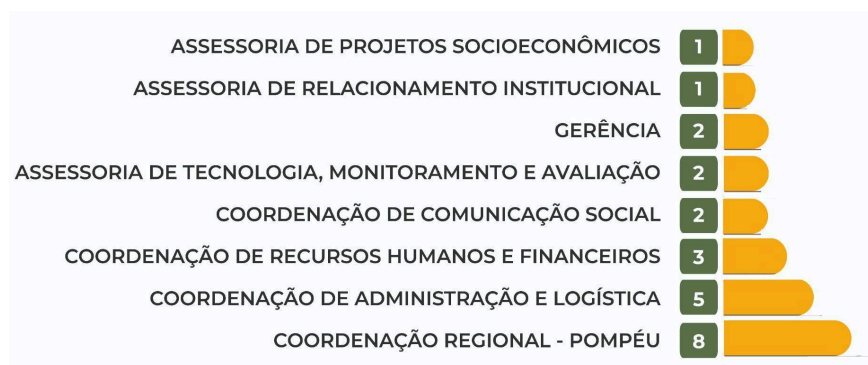
A seguir, apresentamos a distribuição do quadro de trabalhadoras/es por localidade e por equipe:

Figura 1 — Profissionais ativos/os — Região 4 (em 30/09/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2 — Profissionais por equipe — Região 4 (em 30/09/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

No trimestre foram realizados quatro desligamentos, e o valor total despendido com verbas rescisórias no período foi de R\$ 72.447,63 (setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), conforme a Figura 3, a seguir.

Figura 3 — Rescisões realizadas no trimestre — Região 4

Fonte: Elaboração própria (2025).

A contratação de profissionais e estagiárias/os via CLT e lei do estágio garante o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido no trimestre com férias foi de R\$ 88.529,87 (oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos).

Figura 4 — Custeio de férias — Região 4

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os detalhamentos de valores auferidos relacionados à folha de pagamento de salário das/os profissionais, encargos previstos por lei, profissionais desligadas/os no trimestre e trabalhadoras/es que gozaram de férias no período podem ser conferidos por meio dos arquivos [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

O primeiro repasse de recursos relativo ao Termo de Compromisso pactuado em julho de 2023 foi realizado em 04/08/2023 e o depósito de novos valores foi previsto para acontecer conforme o cronograma apresentado no Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023, que pode ser verificado na figura a seguir:

Figura 5 – Cronograma de repasse de recursos

SEMESTRE	1 2°/2023	2 1°/2024	3 2°/2024	4 1°/2025	5 2°/2025
REPASSE (R\$)	5.518.115,14	4.725.000,00	2.400.542,00	1.650.214,29	1.715.451,76
PREVISÃO DE DEPÓSITO	Recebido	Recebido	Recebido	Recebido	Recebido

Fonte: Elaboração própria (2025).

Apresentam-se neste relatório as informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários, diante das competências de julho, agosto e setembro de 2025.

Tabela 4 – Movimentação financeira na Região 4: julho/25 a setembro/25

SALDO INICIAL em (01/07/2024)	RENDIMENTO LÍQUIDO DE APLICAÇÕES	Venda Imobilizado	Depósito Judicial	Empréstimo entre contas	EXECUTADO	SALDO DISPONÍVEL EM 01/10/2025	
R\$ 1.840.117,99	R\$ 74.868,76	R\$ 7.538,00	R\$ 1.715.451,76	R\$ 50.000,00	(R\$ 1.746.766,34)	Saldo em Conta	R\$ 164.729,06
						Fundo Rescisório	R\$ 1.725.769,13
						Fundo Reserva	R\$ 50.711,98
						Total	R\$ 1.941.210,17

Fonte: Elaboração própria (2025).

O presente relatório apresenta a execução das atividades realizadas no período de **julho a setembro de 2025**, durante o qual foram desembolsados aproximadamente R\$1,7 milhão, correspondendo a 79,61% do orçamento atualizado para o 2º semestre de 2025.

Em 01 de outubro de 2025, o saldo disponível em conta corrente era de **R\$ 164.729,06** (cento e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e seis centavos), valor imediatamente acessível para as despesas operacionais. Além deste, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, o restante do saldo refere-se ao **fundo rescisório** que totaliza **R\$ 1.725.769,13** (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e treze centavos), valor reservado para cobrir eventuais despesas relacionadas à desmobilização futura.

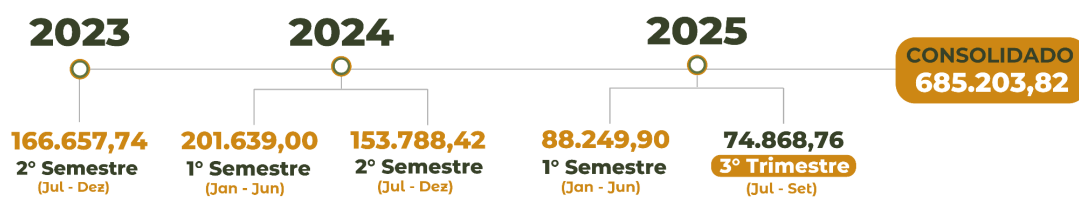
Adicionalmente, o montante de **R\$ 50.711,98** (cinquenta mil, setecentos e onze

reais e noventa e oito centavos) compõem o **fundo de reserva**, destinado à cobertura de possíveis custos indiretos, despesas imprevistas e extraordinárias, contingências e eventuais indenizações a terceiros, conforme previsto no Termo de Compromisso.

Esses valores refletem a política de gestão financeira responsável da instituição, que mantém reservas específicas para garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas e institucionais.

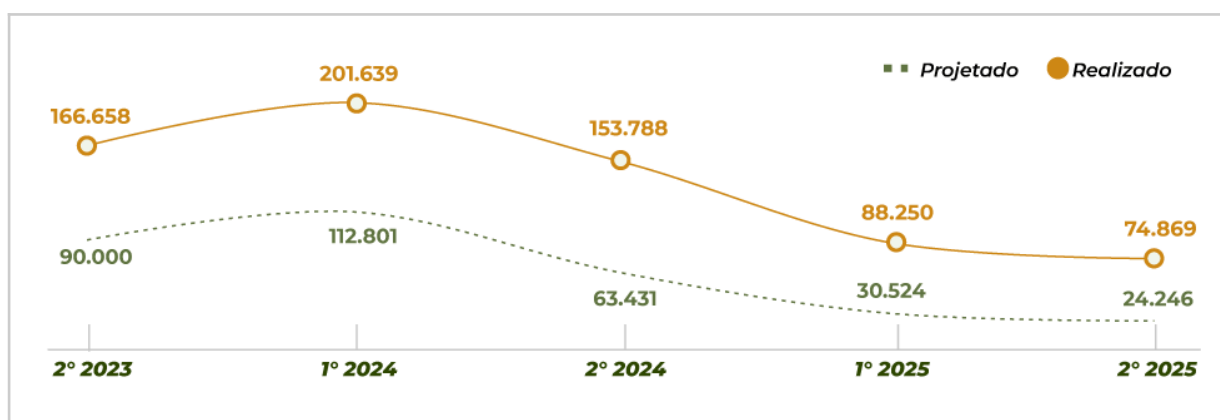
Ainda de acordo com o Termo de Compromisso, os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy, para a execução do Plano de Trabalho, deverão ser mantidos em aplicações financeiras conservadoras, com remuneração e liquidez imediata. Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF):

Figura 6 — Rendimento de aplicações financeiras



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 7 — Rendimento de aplicações financeiras - Previsto x Realizado



Fonte: Elaboração própria (2025).

O rendimento das aplicações superou o valor inicialmente previsto em função de

fatores macroeconômicos e de gestão ativa dos recursos. O aumento da taxa Selic ao longo do período elevou a rentabilidade das aplicações vinculadas a indicadores de juros, refletindo diretamente em maiores ganhos financeiros. Além disso, houve acompanhamento mensal das contas, permitindo a avaliação constante do desempenho das aplicações e a tomada de decisões estratégicas quanto à manutenção ou substituição dos investimentos, de forma a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a maximização dos rendimentos.

Ainda de acordo com o termo de compromisso, todo rendimento obtido por meio dessas aplicações poderá ser integralmente revertido à execução das atividades previstas no referido Plano de Trabalho.

A seguir, apresentamos o detalhamento da execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 5 — Execução financeira Região 4 por rubrica

ID	RUBRICA	07/2025	08/2025	09/2025	TOTAL
1	ALIMENTAÇÃO	R\$ 3.324,33	R\$ 5.601,58	R\$ 4.568,72	R\$ 13.494,63
2	ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 3.145,35	R\$ 3.024,13	R\$ 446,50	R\$ 6.615,98
6	SERVIÇOS	R\$ 28.003,15	R\$ 27.180,64	R\$ 29.969,99	R\$ 85.153,78
7	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 180.623,05	R\$ 201.956,92	R\$ 136.180,64	R\$ 518.760,61
8	TRANSPORTE	R\$ 40.182,17	R\$ 10.803,37	R\$ 26.593,47	R\$ 77.579,01
9	VIAGENS	R\$ 1.867,50	R\$ 2.881,00	R\$ 5.509,00	R\$ 10.257,50
10	PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 228.881,69	R\$ 244.726,10	R\$ 153.595,37	R\$ 627.203,16
11	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - EMPREGADO E PATRONAL	R\$ 43.290,97	R\$ 37.173,35	R\$ 24.219,19	R\$ 104.683,51
15	COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 842,96	R\$ 1.053,63	R\$ 1.121,57	R\$ 3.018,16
18	OUTROS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	CONSOLIDADO	R\$ 530.161,17	R\$ 534.400,72	R\$ 382.204,45	R\$ 1.446.766,34

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os custos relacionados à folha de pagamento e aos benefícios representaram 86,44% da execução total do trimestre. Os custos com serviços e contratações representaram 5,89% e os custos com transporte, viagens e alimentação, 7%. Os demais

custos representam 0,67% do total.

Em seguida, apresentamos o detalhamento da execução financeira por semestre e por rubrica em relação ao orçado:

Tabela 6 — Orçado x Realizado por Rubrica - Região 4

	ORÇADO					REALIZADO					
	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	%
ALIMENTAÇÃO	R\$ 53.300	R\$ 67.332	R\$ 55.432	R\$ 57.649	R\$ 8.424	R\$ 25.900	R\$ 21.183	R\$ 62.742	R\$ 61.160	R\$ 13.495	76,2%
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 3.510	R\$ 10.450	R\$ 3.650	R\$ 3.796	R\$ 0	R\$ 4.000	R\$ 0	R\$ 8.550	R\$ 3.904	R\$ 0	76,9%
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 78.605	R\$ 19.504	R\$ 700	R\$ 2.472	R\$ 0	R\$ 210	R\$ 23.368	R\$ 34.822	R\$ 781	R\$ 0	58,4%
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 24.196	R\$ 11.823	R\$ 15.563	R\$ 8.199	R\$ 221	R\$ 4.334	R\$ 11.142	R\$ 17.338	R\$ 4.408	R\$ 6.616	73,1%
SERVIÇOS	R\$ 263.693	R\$ 257.885	R\$ 259.919	R\$ 256.761	R\$ 208.473	R\$ 199.077	R\$ 219.439	R\$ 193.560	R\$ 231.167	R\$ 85.154	74,5%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.499.967	R\$ 1.403.575	R\$ 1.166.193	R\$ 1.459.855	R\$ 547.912	R\$ 1.284.955	R\$ 1.406.495	R\$ 1.518.665	R\$ 1.241.760	R\$ 518.761	98,2%
TRANSPORTE	R\$ 198.192	R\$ 205.059	R\$ 213.559	R\$ 135.702	R\$ 66.346	R\$ 146.393	R\$ 118.660	R\$ 186.220	R\$ 169.949	R\$ 77.579	85,3%
VIAGENS	R\$ 79.800	R\$ 82.992	R\$ 94.892	R\$ 43.156	R\$ 5.489	R\$ 22.896	R\$ 25.466	R\$ 47.279	R\$ 42.369	R\$ 10.258	48,4%
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 2.011.678	R\$ 1.879.542	R\$ 1.539.823	R\$ 1.914.455	R\$ 714.406	R\$ 1.937.156	R\$ 2.026.112	R\$ 2.076.393	R\$ 1.628.551	R\$ 627.203	102,9%
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 309.329	R\$ 286.000	R\$ 229.248	R\$ 284.721	R\$ 103.560	R\$ 296.328	R\$ 339.156	R\$ 312.492	R\$ 280.828	R\$ 104.684	109,9%
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ³	R\$ 43.050	n/a	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 44.257	R\$ 12.947	R\$ 8.515	R\$ 6.248	R\$ 3.018	n/a
OUTROS	R\$ 900	R\$ 10.116	R\$ 5.526	R\$ 5.563	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.478	R\$ 1.295	R\$ 1.653	R\$ 0	20,0%
FUNDO DE RESERVA ¹	R\$ 6.000	R\$ 6.000	R\$ 6.000	R\$ 5.400	R\$ 22.082	R\$ 0	R\$ 45.703	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	n/a
PROVISIONAMENTO RESCISÃO ²	R\$ 625.234	R\$ 625.234				R\$ 671.980	R\$ 1.052.039	-R\$ 38.119	-R\$ 124.914	R\$ 0	n/a
CONSOLIDADO	R\$ 5.197.455	R\$ 4.865.512	R\$ 3.590.505	R\$ 4.177.729	R\$ 1.676.914	R\$ 4.637.487	R\$ 5.303.187	R\$ 4.429.752	R\$ 3.547.864	R\$ 1.446.766	99,3%

No período, houveram pagamentos de impostos referentes aos serviços como de terceiros, INSS, FGTS, PIS, etc., sendo despendido o valor de R\$488.750,30 (quatrocentos e oitenta oito mil, setecentos e cinquenta reais e trinta centavos). O detalhamento mensal poderá ser acessado por meio dos links: impostos de [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

As informações elencadas na Tabela 7, a seguir, apresentam a movimentação da conta corrente inicial, detalhamento das despesas ocorridas no período, pagamento de salários, encargos, rescisões contratuais, férias e impostos (serviços de terceiros e demais impostos).

Tabela 7 – Extrato de movimentação em conta corrente – Região 4

MÊS	MOVIMENTAÇÃO - R4				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
Saldo em 01/07/2023					R\$ 1.661.616,52
julho 2023	18.626,33	-R\$ 581.528,98	-R\$ 562.902,65	R\$ 1.979,28	R\$ 920.693,15
	Transferência entre regiões – 28/07/2023	-R\$ 180.000,00			
agosto 2023	16.643,86	-R\$ 655.584,15	-R\$ 638.940,29	R\$ 20.567,60	R\$ 6.000.435,60
	5.518.115,14	Depósito Judicial – 04/08/2023			
	180.000,00	Transferência entre regiões – 07/08/2023			
setembro 2023	R\$ 9.249,32	-R\$ 595.754,83	-R\$ 586.505,51	R\$ 52.090,42	R\$ 5.466.020,51
outubro 2023	R\$ 11.575,54	-R\$ 536.274,01	-R\$ 524.698,47	R\$ 47.167,83	R\$ 4.988.489,87
novembro 2023	R\$ 637,99	-R\$ 756.911,01	-R\$ 756.273,02	R\$ 13.128,43	R\$ 4.245.345,28
dezembro 2023	R\$ 26.176,09	-R\$ 922.362,91	-R\$ 896.186,82	R\$ 31.724,18	R\$ 3.380.882,64
janeiro 2024	R\$ 11.832,78	-R\$ 705.573,94	-R\$ 693.741,16	R\$ 24.949,17	R\$ 2.712.090,65
fevereiro 2024	R\$ 7.500,31	-R\$ 661.247,81	-R\$ 653.747,50	R\$ 46.885,36	R\$ 6.830.228,51
	R\$ 4.725.000,00	Resgate Depósito Judicial – 05/02/2024			
março 2024	R\$ 6.465,26	-R\$ 719.595,27	-R\$ 713.130,01	R\$ 48.666,14	R\$ 6.165.764,64
abril 2024	R\$ 5.086,04	-R\$ 731.937,90	-R\$ 726.851,86	R\$ 39.976,25	R\$ 5.478.889,03
maio 2024	R\$ 5.073,46	-R\$ 767.762,93	-R\$ 762.689,47	R\$ 8.666,93	R\$ 4.724.866,49
junho 2024	R\$ 10.712,22	-R\$ 665.996,79	-R\$ 655.284,57	R\$ 32.495,15	R\$ 4.102.077,07
julho 2024	R\$ 1.181,90	-R\$ 660.058,42	-R\$ 658.876,52	R\$ 30.792,59	R\$ 3.473.993,14
agosto 2024	R\$ 13.937,28	-R\$ 665.869,74	-R\$ 651.932,46	R\$ 34.936,04	R\$ 5.257.538,41
	R\$ 2.400.541,69	Resgate Depósito Judicial – 09/08/2024			
setembro 2024	R\$ 7.387,58	-R\$ 706.551,34	-R\$ 699.163,76	R\$ 34.743,67	R\$ 4.593.118,32
outubro 2024	R\$ 6.753,60	-R\$ 771.472,97	-R\$ 764.719,37	R\$ 34.838,71	R\$ 3.863.237,66
novembro 2024	R\$ 7.282,72	-R\$ 759.698,11	-R\$ 752.415,39	-R\$ 0,96	R\$ 3.110.821,31
dezembro 2024	R\$ 9.895,10	-R\$ 950.659,13	-R\$ 940.764,03	R\$ 18.478,37	R\$ 2.188.535,65

janeiro 2025	R\$ 8.920,08	-R\$ 666.921,31	-R\$ 658.001,23	R\$ 16.929,73	R\$ 1.547.997,48
	R\$ 533,33	Venda Imobilizado			
fevereiro 2025	R\$ 4.531,75	-R\$ 643.877,75	-R\$ 639.346,00	R\$ 15.679,42	R\$ 2.574.545,19
	R\$ 1.650.214,29	Resgate Depósito Judicial – 26/02/2025			
março 2025	R\$ 5.218,99	-R\$ 612.802,02	-R\$ 607.583,03	R\$ 19.329,33	R\$ 1.986.291,49
abril 2025	R\$ 3.366,99	-R\$ 588.852,97	-R\$ 585.485,98	R\$ 17.823,01	R\$ 1.841.828,91
	R\$ 298.200,39	Incorporação Reserva 30%			
	R\$ 125.000,00	Venda Imobilizado			
maio 2025	R\$ 2.875,94	-R\$ 553.790,59	-R\$ 550.914,65	R\$ 91,90	R\$ 1.843.907,66
	R\$ 51.010,00	Venda Carro ATI's			
	R\$ 501.891,50	Incorporação Reserva 30%			
junho 2025	R\$ 3.165,27	-R\$ 634.612,26	-R\$ 631.446,99	R\$ 18.396,51	R\$ 1.840.117,99
	R\$ 250.000,00	Empréstimo entre regiões – 27/06/2025			
	R\$ 359.260,81	Incorporação Reserva 30%			
julho 2025	R\$ 2.599,54	-R\$ 832.760,71	R\$ 887.995,59	R\$ 25.959,11	R\$ 2.804.072,69
	R\$ 50.000,00	Empréstimo entre regiões – 02/07/2025			
	R\$ 1.715.451,76	Resgate Depósito Judicial – 15/07/2025			
	R\$ 2.705,00	Venda Imobilizado			
agosto 2025	R\$ 6.380,20	-R\$ 540.780,92	-R\$ 529.567,72	R\$ 26.273,44	R\$ 2.300.778,41
	R\$ 4.833,00	Venda Imobilizado			
setembro 2025	R\$ 10.780,74	-R\$ 392.985,19	-R\$ 382.204,45	R\$ 22.636,21	R\$ 1.941.210,17
TOTAL ACUMULADO	R\$ 19.718.230,31	(18.462.223,96)	(16.335.377,32)	R\$ 685.203,82	R\$ 1.941.210,17

Fonte: Elaboração própria (2025).

Até o mês de setembro de 2025, a **Região 4** apresentou um movimento financeiro total de **R\$16.335.377,32** (dezesseis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

O **saldo remanescente**, considerando os rendimentos das aplicações financeiras e o saldo em conta na data de **1º de outubro de 2025**, é de **R\$ 1.941.210,17** (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e dez reais e dezessete centavos).

É importante destacar que, desse valor, **R\$ 1.725.769,13** (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e treze centavos) estão **reservados para o fundo rescisório**. Além disso, **R\$ 50.711,98** (cinquenta mil, setecentos e onze reais e noventa e oito centavos) correspondem ao **fundo de reserva**, destinado à cobertura de eventuais despesas imprevistas, custos indiretos e

contingências.

O detalhamento da execução orçamentária, despesas, valores, tipos de pagamento e extrato bancário, ocorrida no trimestre, pode ser visualizado por meio dos seguintes documentos: [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

Foram apresentadas, neste relatório, as informações referentes aos dispêndios realizados no trimestre na Região 4. A prestação de contas financeiras constitui uma das obrigações previstas no Termo de Compromisso celebrado entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça, tendo como principal finalidade subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira, com vistas à comprovação da correta aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os documentos comprobatórios relacionados aos gastos efetuados no período — incluindo contratos, notas fiscais, relatórios, processos de aquisição de bens e serviços, entre outros — foram devidamente organizados e disponibilizados para análise da auditoria externa, assegurando a transparência e a rastreabilidade das despesas realizadas.

5.7.1 Revisão do Orçamento do Plano de Trabalho

Durante o período analisado, foi registrado um aumento no valor total do orçamento do Projeto, decorrente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras dos recursos repassados pelas Instituições de Justiça.

Conforme estabelecido no Termo de Compromisso, os valores são mantidos em aplicações de perfil conservador, com liquidez imediata e remuneração compatível com o mercado. Em razão dos sucessivos aumentos da Selic pelo Banco Central, os rendimentos auferidos superaram as estimativas inicialmente previstas, resultando em um acréscimo significativo no orçamento disponível para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Esse desempenho positivo das aplicações contribui para o fortalecimento da capacidade financeira do Projeto, possibilitando a ampliação do escopo de ações, a cobertura de eventuais imprevistos e o reforço das reservas estratégicas, sempre em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão

dos recursos públicos.

Parte dos recursos foi proveniente da venda de equipamentos adquiridos originalmente com recursos do próprio projeto. Conforme previsto no Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, tais bens poderiam ser revertidos ao projeto por meio de alienação legalmente prevista, desde que os valores arrecadados fossem integralmente aplicados na execução do objeto pactuado.

Além dos rendimentos, outros fatores também impactaram diretamente o valor total do orçamento do projeto. Entre eles, repasses realizados a maior em função dos rendimentos financeiros, recursos obtidos com a venda de equipamentos e a utilização da reserva técnica dos 30%.

Conforme ofício 05/2025, enviado às Instituições de Justiça, o Instituto Guaicuy incorporou ao orçamento do plano de trabalho os recursos acumulados referentes à reserva dos 30%, utilizando-os sem previsão de recomposição futura⁴. O saldo acumulado com rendimentos bancários referente a região 4 era de **R\$1.159.352,70** (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).

Assim, o montante total incorporado ao plano de trabalho é de **R\$1.914.955,91** (um milhão, novecentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), conforme demonstrativo a seguir.

Tabela 8 – Valores incorporados ao Orçamento do Plano de Trabalho – Região 4

	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025 ⁵	TOTAL
Repasse com Rendimentos			R\$ 38.042,00	R\$ 75.214,29	R\$ 140.451,76	R\$ 253.708,05
Rendimento das Aplicações acima do orçado	R\$ 76.657,74	R\$ 88.838,00	R\$ 90.357,00	R\$ 57.725,90	R\$ 50.623,00	R\$ 364.201,64
Venda Equipamentos				R\$ 130.155,52	R\$ 7.538,00	R\$ 137.693,52
Reserva 30% ⁴				R\$ 1.159.352,70		R\$ 1.159.352,70
Total a acrescentar no orçamento	R\$ 76.657,74	R\$ 88.838,00	R\$ 128.399,00	R\$ 1.422.448,41	R\$ 198.612,76	R\$ 1.914.955,91

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dessa forma, apresentamos a seguir o valor total do orçamento atualizado, bem

⁴Conforme [ofício](#) enviado às IJ's em 30 de janeiro de 2025: (...)utilizará o recurso previamente provisionado, equivalente a 30% do repasse financeiro recebido em dezembro de 2022 (...)esse recurso será utilizado de forma definitiva, sem previsão de recomposição futura. (...).

⁵ Período Parcial: Julho à setembro.

como a distribuição do orçamento por rubricas, já considerando os ajustes mencionados.

Tabela 9 — Orçamento Total Revisado — Região 4

	PTR	Valor Atualizado
Saldo Conta 01/07/2023	R\$ 1.661.616,00	R\$ 1.661.616
Entrada Recursos pelas IJs	R\$ 15.755.615,14	R\$ 16.009.323
Projeção Rendimento	R\$ 321.002,00	R\$ 685.204
Venda Imobilizado	R\$ 0,00	R\$ 137.694
Utilização Reserva 30%	R\$ 0,00	R\$ 1.159.353
Orçamento Total Projeto	R\$ 17.738.233,14	R\$ 19.653.189
<i>Reposição do Fundo Rescisório</i>	<i>R\$ 1.250.468,00</i>	<i>R\$ 1.250.468</i>
<i>Fundo de Reserva</i>	<i>R\$ 45.482,00</i>	<i>R\$ 50.712</i>
Orçamento para Custeio e RH	R\$ 16.442.283,14	R\$ 18.352.009

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 10 — Orçamento por Rubricas Revisado — Região 4

	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	R\$ 53.300	R\$ 67.332	R\$ 55.432	R\$ 57.649	R\$ 8.424	R\$ 242.137
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 3.510	R\$ 10.450	R\$ 3.650	R\$ 3.796	R\$ 0	R\$ 21.406
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 78.605	R\$ 19.504	R\$ 700	R\$ 2.472	R\$ 0	R\$ 101.281
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 24.196	R\$ 11.823	R\$ 15.563	R\$ 8.199	R\$ 221	R\$ 60.002
SERVIÇOS	R\$ 263.693	R\$ 257.885	R\$ 259.919	R\$ 256.761	R\$ 208.473	R\$ 1.246.731
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.499.967	R\$ 1.403.575	R\$ 1.166.193	R\$ 1.461.698	R\$ 603.898	R\$ 6.135.330
TRANSPORTE	R\$ 198.192	R\$ 205.059	R\$ 213.559	R\$ 135.702	R\$ 66.346	R\$ 818.858
VIAGENS	R\$ 79.800	R\$ 82.992	R\$ 94.892	R\$ 43.156	R\$ 5.489	R\$ 306.329
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 2.011.678	R\$ 1.879.542	R\$ 1.539.823	R\$ 1.916.876	R\$ 787.981	R\$ 8.135.899
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 309.329	R\$ 286.000	R\$ 229.248	R\$ 285.080	R\$ 114.453	R\$ 1.224.110
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 43.050	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 43.050
OUTROS	R\$ 900	R\$ 10.116	R\$ 5.526	R\$ 5.563	R\$ 0	R\$ 22.105
FUNDO DE RESERVA	R\$ 6.000	R\$ 6.000	R\$ 6.000	R\$ 5.400	R\$ 22.082	R\$ 45.482
PROVISIONAMENTO RESCISÃO	R\$ 625.234	R\$ 625.234				R\$ 1.250.468
CONSOLIDADO	R\$ 5.197.455	R\$ 4.865.512	R\$ 3.590.505	R\$ 4.182.351	R\$ 1.817.366	R\$ 19.653.189

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.7.2 Venda de Equipamentos

Conforme previsto no Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de

2023, o Instituto Guaicuy conduziu um processo de venda de bens patrimoniais adquiridos para execução das atividades da Assessoria Técnica Independente nas Regiões 4 e 5. A iniciativa seguiu integralmente os critérios estabelecidos pela CAMF por meio do Ofício nº 24/2023 e sua Nota Complementar, incluindo a obrigatoriedade de oferecer os bens às demais ATIs antes de qualquer outra forma de destinação. Diante da ausência de interesse das instituições consultadas, foi lançado o *Instrumento Convocatório para Venda Direta de Bens Particulares nº 001/2024*, com ampla divulgação, critérios objetivos e prioridade para pessoas atingidas. Nesse processo⁶, foram vendidos dois tablets Samsung 4G Galaxy TAB A T295 ao trabalhador de matrícula 214, por R\$533,33 cada, conforme valor médio de mercado.

Em 2025, com o encerramento da vigência do instrumento convocatório, o Instituto Guaicuy deu continuidade à venda de outros itens a pessoas físicas e jurídicas previamente interessadas. A avaliação das propostas seguiu os mesmos princípios, admitindo valores entre o preço médio de mercado e o valor contábil, sempre com deliberação interna. Foram vendidos: um fogão Atlas 4 bocas (R\$ 316,67) para o trabalhador de matrícula 384; quatro vans Fiat Ducato Maxicargo customizadas para uma empresa Hag Vans Utilitários Ltda, no valor total de R\$ 500.000,00 – parte em dinheiro e parte em permuta por outra van de passageiros com capacidade para 16 pessoas; e um Fiat Siena 2021 para o trabalhador de matrícula 205, por R\$ 51.010,00.

Adicionalmente, no período abarcado por este relatório, ocorreram vendas de novos equipamentos, sendo: 2 notebooks Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 600,00 cada) adquiridos pelo trabalhador de matrícula 205; 1 notebook Dell Latitude 14 3410 (R\$ 905,00) pelo trabalhador de matrícula 208; 1 notebook Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 600,00) pelo trabalhador de matrícula 131; 1 notebook Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 593,00), 1 refrigerador Electrolux 240L branco (R\$ 812,00) e 1 fogão Atlas 4 bocas (R\$ 317,00) pelo trabalhador de matrícula 248; 2 notebooks Dell Latitude 14 3410 (R\$ 900,00 cada) pelo trabalhador de matrícula 465; 1 notebook

⁶ O resultado final do Instrumento Convocatório para Venda Direta foi publicado no [site do Guaicuy](#) em 12/02/2025

Dell Latitude 14 3410 (R\$ 911,00) pelo trabalhador de matrícula 136; 1 celular Samsung Galaxy A31 – SM-A013M (R\$ 400,00) pelo trabalhador de matrícula 165; e 2 notebooks Dell Latitude 14 3410 (R\$ 900,00 cada) pelo trabalhador de matrícula 205.

O processo observou os princípios de legalidade, economicidade e transparência, com toda documentação comprobatória arquivada e disponível para consulta.

5.7.3 Auditoria Externa

O processo da prestação de contas junto à Ernst & Young tem o propósito de avaliar e certificar periodicamente a consistência quanto à aplicação dos recursos transferidos, além de comprovar a execução do objetivo pactuado pelas partes, de modo a garantir **transparência e responsabilidade** na administração dos recursos financeiros e das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Paraopeba.

Todas as informações e documentações mensais referentes aos dispêndios realizados até janeiro de 2025 foram devidamente disponibilizadas à auditoria.

Foram concluídas as análises da auditoria e protocoladas nos autos do processo as cartas de representação referente aos dispêndios incorridos no período compreendido entre agosto de 2019 a janeiro de 2024. Na tabela a seguir é apresentado o histórico dos resultados das análises consolidadas pela EY, obtidos a partir dos relatórios de asseguarção dos meses supracitados:

Tabela 11 — Histórico de Análise dos Dispêndios (Regiões 4 e 5)

Ano	Dispêndios Assegurados		Dispêndios Não Assegurados		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 561.595,11	85,20%	R\$ 97.275,82	14,80%	R\$ 658.870,93
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 8.731.558,10	99,70%	R\$ 25.279,16	0,30%	R\$ 8.756.837,26
2021	R\$ 32.710.225,63	99,70%	R\$ 89.343,90	0,30%	R\$ 32.799.569,53
2022	R\$ 34.886.467,96	99,90%	R\$ 30.591,74	0,10%	R\$ 34.917.059,70
2023	R\$ 27.671.863,97	99,83%	R\$ 48.075,39	0,17%	R\$ 27.719.939,36
2024 (janeiro)	R\$ 2.039.415,19	100,00%	R\$ 7,37	0,00%	R\$ 2.039.422,56
Total	R\$ 106.601.125,96	99,73%	R\$ 290.573,38	0,27%	R\$ 106.891.699,34

Fonte: Elaboração própria (2025).

A variação do percentual de 85,2% de assegurar no ciclo de estruturação do projeto contra 99,9% nos anos subsequentes, indica o amadurecimento institucional, resultante das adequações e estruturações organizacionais realizadas ao longo do tempo, além da ampliação e aperfeiçoamento das políticas, normas, processos internos e de gestão da instituição.

Em resposta ao Ofício nº 05/2025 recebido da Ernst & Young (EY) em 27 de março, o Instituto Guaicuy encaminhou manifestação formal através do [ofício 21/2025](#) no dia 29 de abril de 2025 apresentando justificativas detalhadas sobre os valores não assegurados no período de agosto de 2019 a janeiro de 2024, no âmbito do Projeto ATI Paraopeba. O documento buscou contextualizar os desafios enfrentados na ausência inicial de diretrizes formais, a complexidade da governança do processo e a falta de tempestividade na emissão de relatórios pela auditoria, aspectos que contribuíram para inconsistências pontuais nas prestações de contas.

Do total de R\$107.053.991,33 executados no período, R\$290.568,88 (0,27%) não foram assegurados inicialmente. No entanto, após a devolução de R\$ 37.739,86 e o envio de justificativas com documentação comprobatória referente a R\$ 229.355,53 (90,71% do saldo ajustado), o Instituto defende que o valor efetivamente não justificado seria de apenas R\$ 23.473,49, o que representa 0,022% do total executado. Ressaltando sua atuação em boa-fé, o Instituto reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a correta aplicação dos recursos públicos, destacando que eventuais falhas decorreram de limitações operacionais, ausência de taxa administrativa e lacunas regulatórias no início do projeto.

Ainda empenhado na redução do montante não assegurado, o Instituto vem buscando sanar as inconsistências identificadas pela auditoria externa, agregando esforços para restituir parte dos valores às contas do projeto Paraopeba. A Tabela a seguir apresenta os valores recuperados até o primeiro trimestre de 2024.

Tabela 12 – Valores Não Assegurados Recuperados (Regiões 4 e 5)

Ano	Não assegurado	Valores Reembolsados	Total real não assegurado
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 97.275,82	R\$ 0,00	R\$ 97.275,82
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 25.279,16	R\$ 710,35	R\$ 24.568,81
2021	R\$ 89.343,90	R\$ 14.759,47	R\$ 74.584,43
2022	R\$ 30.591,74	R\$ 12.079,30	R\$ 18.512,44
2023	R\$ 48.075,39	R\$ 10.188,14	R\$ 37.887,25
2024	R\$ 7,37	R\$ 2,60	R\$ 4,77
Total	R\$ 290.573,38	R\$ 37.739,86	R\$ 252.833,52

Fonte: Elaboração própria (2025).

É importante mencionar a economia orçamentária alcançada a partir dos esforços empregados para o resgate dos valores. Além de amenizar os impactos da não asseguração, esse empenho contribui para o maior fortalecimento da governança, colabora para a confiabilidade na gestão, bem como para o aperfeiçoamento dos controles internos e metodológicos.

6. MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO PLANO DE TRABALHO

O presente relatório marca a finalização da execução do Plano de Trabalho nº 06, formalmente aprovado pelas IJs em dezembro de 2023, cuja execução foi prevista para um período de 30 meses, com início em julho de 2023. Nesse desenho, parte das atividades finalísticas foi programada para ser finalizada até setembro de 2025, reservando-se o último trimestre (outubro a dezembro de 2025) para o encerramento administrativo do projeto. Todavia, devido aos diversos atrasos no andamento dos Anexos do Acordo Judicial – sempre descritos nos Relatórios Trimestrais entregues – o período de 30 meses não foi suficiente para que o trabalho de assessoramento técnico às pessoas atingidas cumprisse todas as etapas necessárias. Diante deste contexto, encontra-se em negociação a continuidade do trabalho da ATI – conforme detalhado no capítulo de [3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE](#) – e foi definido pelas IJs e CAMF que este Plano de Trabalho teve sua execução finalizada no dia 30 de setembro de 2025.

Assim, este capítulo dedica-se a apresentar os resultados alcançados ao longo de 27 meses de atuação da ATI Paraopeba através de um panorama consolidado dos números do projeto, dos resultados finais de cada objetivo específico, com os principais avanços e desafios enfrentados, os produtos entregues e, por fim, a aferição final dos indicadores de cada eixo.

6.1 RESULTADOS CONSOLIDADOS

Ao longo dos últimos 27 meses de atuação a ATI Paraopeba realizou um trabalho intenso junto às comunidades da Região 4 para promover a participação informada e apoiar as pessoas atingidas na estruturação da organização social no processo de reparação. Para isso, a equipe lançou mão da metodologia de atuação territorial do Instituto Guaicuy, que organiza os espaços participativos com pessoas atingidas em categorias divididas em escala individual/familiar e coletiva.

As **atividades individuais e familiares (atendimentos)** realizadas ao longo da execução deste Plano de Trabalho fortaleceram os vínculos entre a equipe e as pessoas atingidas, proporcionaram momentos acolhedores e possibilitaram discussões mais

aprofundadas, além da solução de dúvidas e encaminhamentos a respeito do processo de reparação. Com o foco na organização social e no protagonismo das pessoas atingidas, as **atividades coletivas** se mostraram a principal ferramenta de participação da ATI, realizadas sempre com metodologias participativas e inclusivas, que privilegiaram o diálogo e a convivência.

Entre julho de 2023 e setembro de 2025, na Região 4, foram realizadas um total de **2.343** atividades e atendimentos, envolvendo **8.024** participações de pessoas atingidas identificadas, sendo **542** atividades coletivas e **1.801** atendimentos individuais e/ou familiares. Em relação às comunidades, ao longo da execução deste Plano de Trabalho, foram realizadas atividades que contaram com a participação de pessoas atingidas de **22** comunidades da Região 4. Além disso, ao todo, um total de **1.457** indivíduos atingidos participaram das atividades promovidas pela ATI.

Tabela 13 – Total geral de atividades, participações, comunidades e indivíduos atendidos no período de julho/2023 a setembro/2025 - Região 4

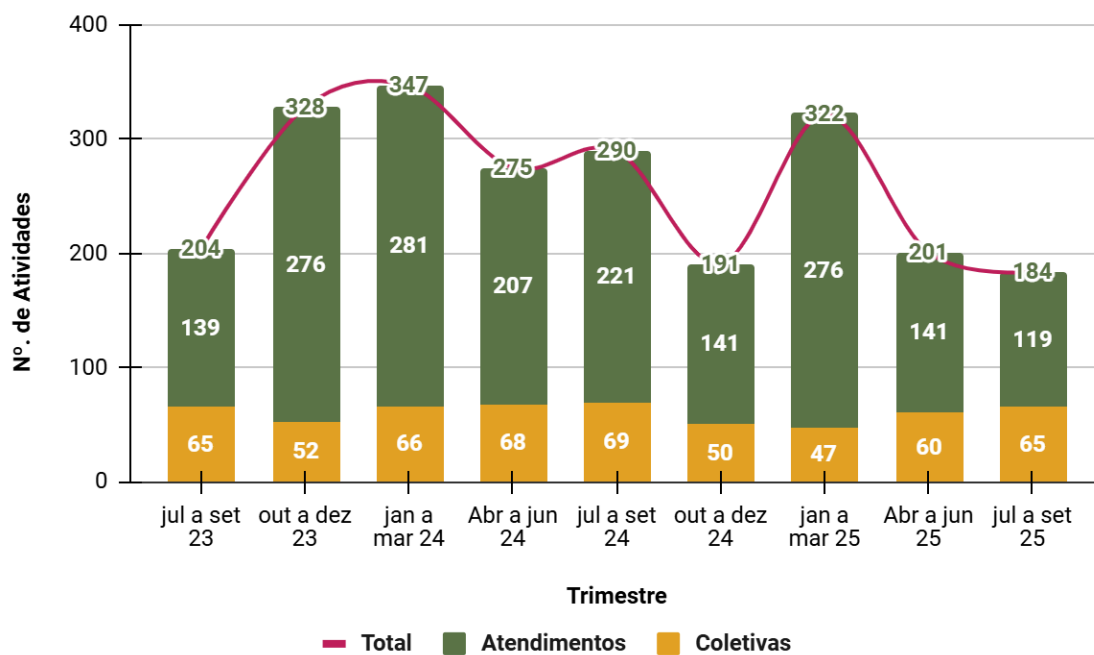
Trimestre	Total Geral
Total de atividades	2.343
Atividades coletivas	542
Individuais e familiares	1.801
Total de Participação	8.024
Atividades coletivas	5.609
Individuais e familiares	2.415
Total de Indivíduos atendidos⁷	1.457
Atividades coletivas	999
Atendimentos individuais e familiares	780
Total de comunidades atendidas	22
Atividades coletivas	21
Atendimentos individuais e familiares	22

Fonte: Elaboração própria (2025).

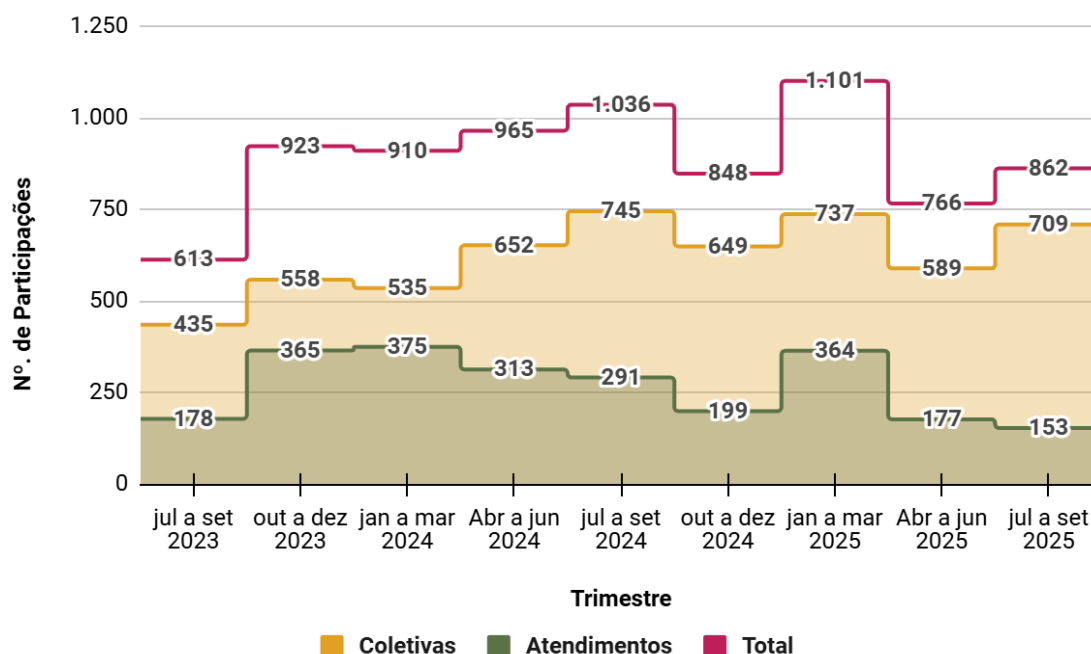
⁷ O cálculo corresponde ao número de IDs únicos de indivíduos participantes em cada tipo de atividade. Ao final, o **total de indivíduos atendidos** considera apenas os IDs únicos que aparecem tanto nas atividades coletivas quanto nos atendimentos individuais e familiares.

Os gráficos a seguir apresentam o volume de atividades realizadas e participações registradas na Região 4 entre julho de 2023 e setembro de 2025.

Gráfico 3 – Total de atividades realizadas por trimestre (Julho/2023 a Setembro/2025).



Fonte: Elaboração própria (2025)

Gráfico 4 – Total de participações por trimestre (Julho/2023 a Setembro/2025).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os gráficos demonstram que, de modo geral, o período foi caracterizado por certa estabilidade no número de atividades coletivas e atendimentos, com algumas oscilações em função do contexto institucional e territorial, e das demandas específicas de cada eixo – especialmente o Anexo 1.1, que concentrou momentos de intensa mobilização das comunidades.

Observa-se um aumento progressivo nas participações das atividades coletivas, o que é um reflexo do amadurecimento da organização social das pessoas atingidas e do fortalecimento do Sistema de Participação na região. Esse crescimento também está relacionado à adequação metodológica e logística da ATI, que aprimorou a forma de planejar e executar atividades em territórios rurais de difícil acesso, garantindo maior presença e engajamento das comunidades.

Com a readequação do orçamento e a necessidade de maior economicidade na aplicação dos recursos, a ATI priorizou a realização de atividades coletivas em relação aos atendimentos individuais e familiares, conforme previsto no próprio Plano de Trabalho. Assim, a redução no número de atendimentos foi uma consequência esperada

e planejada, buscando maximizar o alcance e a representatividade das ações no território.

É importante destacar que, ao longo de todo o período, a ATI manteve sua presença territorial e o acompanhamento contínuo das comunidades, mesmo diante das restrições operacionais e da instabilidade institucional que marcaram o último trimestre de execução. A manutenção da equipe de campo nos escritórios regionais, conforme diretriz da CAMF, foi fundamental para assegurar a continuidade do trabalho junto às pessoas atingidas e minimizar os impactos da redução de atividades provocada pela conjuntura institucional.

A tabela a seguir apresenta o total de atividades e participações registradas por objetivo específico ao longo dos últimos 27 meses⁸, permitindo observar a distribuição das ações da ATI entre os diferentes eixos de atuação. Entre os destaques da tabela, observa-se o elevado número de atividades e participações nos eixos de Organização Social e Comunicação e Anexo 1.1, evidenciando o protagonismo das pessoas atingidas e o alto grau de envolvimento com uma pauta que segue sendo a mais mobilizadora da região. Também demonstra o cumprimento do Termo de Compromisso no qual destaca que as ATIs deveriam priorizar a participação informada e o Anexo 1.1. Outro destaque é o volume expressivo de atendimentos vinculados ao Anexo 1.2 (Programa de Transferência de Renda), resultado da alta demanda por orientações sobre acesso ao benefício, documentação necessária e atrasos nos pagamentos – questões que historicamente representaram um dos principais focos de atendimento da equipe. O que fica evidente é que o atendimento ao Anexo 1.2 não era residual, e sim, uma grande demanda das pessoas atingidas.

Tabela 14 – Total de Atividades e Participações, por Objetivo Específico do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

Objetivos específicos	Atividades Coletivas		Atendimentos		Total	
	Nº Atividades	Nº Participações	Nº Atendimentos	Nº Participações	Nº Atividades	Nº Participações
Anexo 1.1	247	2.639	514	850	761	3.489

⁸ Destaca-se que, conforme mencionado em todos os Relatórios Trimestrais entregues, uma única atividade com pessoas atingidas (atendimento e/ou coletiva) pode estar vinculada a mais de um objetivo específico e/ou atividade do Plano de Trabalho.

Anexo 1.3	42	289	68	107	110	396
Organização Social e Comunicação	281	2.775	588	863	869	3.638
Reconhecimento das pessoas atingidas	13	75	90	119	103	194
Anexo 1.2	62	527	723	905	785	1.432
Reparação Socioambiental	40	335	33	46	73	381

Fonte: Elaboração própria (2025)

6.2 RESULTADOS ALCANÇADOS POR EIXO DO PLANO DE TRABALHO

A seguir serão apresentados os resultados finalísticos do trabalho realizado ao longo dos últimos 27 meses em cada um dos objetivos específicos pactuados, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2 e Reparação Socioambiental.

Cada eixo apresentará uma breve discussão dos resultados alcançados, apontando os avanços e as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho planejado, bem como os produtos entregues ao longo da execução do Plano de Trabalho e os respectivos dados relativos às atividades realizadas com pessoas atingidas. Por fim, serão apresentados os resultados finais dos indicadores de cada eixo.

6.2.1 ANEXO 1.1

O Anexo 1.1 do Acordo Judicial trata dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e das Linhas de Crédito e Microcrédito, com o objetivo de abranger iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda, ao acesso à cultura, esporte e lazer, à melhoria da qualidade de vida e à saúde, como forma de reparar os danos sofridos após o rompimento da barragem da Vale. É o único eixo do Acordo que prevê a participação ativa das pessoas atingidas em todas as etapas, o que faz dele o mais aguardado pela população, por representar uma concreta esperança de reparação, e, ao mesmo tempo, o que atribui maior responsabilidade às Assessorias Técnicas Independentes. Cabe às ATIs apoiar as comunidades em todas as etapas, como na organização da governança do Anexo, na definição das iniciativas prioritárias e no

monitoramento da sua execução. No entanto, como a gestão do Anexo 1.1 não está sob responsabilidade das ATIs, mas sim da Entidade Gestora, das Instituições de Justiça e do juiz, eventuais atrasos ou impasses entre esses atores repercutem diretamente no ritmo e na abrangência do trabalho da ATI.

A [homologação da EG](#) se deu em agosto de 2023 e, no mês seguinte, a entidade apresentou sua [Petição de Aceite](#). Contudo, em dezembro de 2023, diante da alteração da proposta financeira da EG, as Instituições de Justiça suspenderam sua escolha através do [Comunicado Nº 12](#). Após meses de negociação, apenas em março de 2024, foi firmado o [Termo de Colaboração Técnica Nº 01/2024](#) entre a EG e as IJs, permitindo o início do processo participativo de elaboração da Proposta Definitiva para gestão dos recursos do Anexo 1.1. Portanto, a expectativa para o começo das atividades da EG estava previsto para setembro de 2023, mas seu trabalho só se iniciou em março de 2024, ou seja, com 6 meses de atraso. Entre março e maio de 2024, foram realizados diversos espaços participativos nas regiões atingidas – com o apoio das ATIs –, que culminaram no Encontro Inter-regional, em julho de 2024, que aprovou resoluções para a Proposta Definitiva.

A análise da Proposta pelas IJs se estendeu de julho a outubro de 2024, com sucessivas prorrogações, até sua aprovação em escopo e orçamento, homologada pelo juiz em outubro. Após esse período, novas discussões ganharam as atenções dos atores envolvidos nesse processo, com destaque para o Termo de Compromisso que seria celebrado entre IJs e EG. Em abril de 2025, esse Termo foi substituído pela [Deliberação das Instituições de Justiça](#), na qual foi determinado o início imediato da execução do Anexo 1.1, homologado pelo juiz em 27 de abril e [aceito pela EG](#) em maio.

Tal deliberação também apresentou direcionamentos sobre a atuação das ATIs no âmbito do Anexo 1.1, fixando um teto de recurso e condicionando sua continuidade à assinatura de um Termo Aditivo – já que se aproximava o fim do recurso e do cronograma dos Planos de Trabalho aprovados em 2023. Assim, desde abril de 2025, o Guaicuy tem atuado para viabilizar a continuidade das atividades, participando de negociações com as IJs, CAMF, ATIs e juiz sobre o Termo Aditivo e realizando a elaboração e revisão dos novos Planos de Trabalho. Todavia, a homologação do Termo Aditivo ainda não foi formalmente concluída e, até a elaboração do presente relatório,

não houve uma definição sobre a continuidade do trabalho das ATIs.

Apesar dos diversos impasses externos que retardaram o andamento do Anexo 1.1, a ATI dedicou os últimos 27 meses a manter as comunidades mobilizadas e bem informadas, exercendo um papel decisivo para consolidar a participação da Região 4 na execução desse Anexo. Destacam-se as principais realizações no período:

- **Realização de espaços participativos** como o “[Dois Dedos de Prosa](#)”, que mobilizaram, esclareceram dúvidas e mantiveram as comunidades atualizadas sobre o andamento do Anexo 1.1. *Entre julho de 2023 e setembro de 2025 ocorreram 17 edições dos “Dois Dedos de Prosa”, que contaram com 376 participações;*
- **Produção de relatórios, notas técnicas e materiais de apoio** que subsidiaram decisões das Instituições de Justiça e da Entidade Gestora;
- **Produção de materiais informativos**, incluindo uma [série de vídeos](#) com entrevistas com pessoas atingidas, **com o objetivo de manter a população atualizada e provocar discussões sobre os projetos do Anexo 1.1;**
- **Realização, sistematização e devolutiva do diagnóstico de danos coletivos** às comunidades, fortalecendo a legitimidade da sua participação;
- **Apoio às pessoas atingidas na elaboração de cartas coletivas** direcionadas à EG e às IJs, com dúvidas e reivindicações a respeito da governança do Anexo 1.1, do apoio às comissões e propostas para as câmaras temáticas e de demandas;
- **Apoio às comissões e comunidades na realização de diálogos e atividades** para identificar necessidades locais e potencialidades que podem ser traduzidas em projetos comunitários;
- **Apoio técnico, logístico e metodológico às pessoas atingidas**, assegurando sua participação qualificada **em todas as atividades promovidas pela Entidade Gestora**, com a realização de encontros preparatórios que potencializaram o aproveitamento e a efetividade de sua atuação nesses espaços;

- **Apoio técnico e metodológico para a estruturação da governança do Anexo 1.1**, principalmente a partir da **composição dos dois (02) Conselhos Locais** que representam as comissões e comunidades da Região 4 e **do Conselho Regional 4**, assegurando representatividade e diversidade;
- **Realização de processos formativos** com as conselheiras e conselheiros locais e regionais, com destaque para os conteúdos de governança e regimentos internos;
- **Produção do Almanaque do Anexo 1.1**, um material construído coletivamente com as comissões e comunidades da Região 4, reunindo diagnósticos de danos, potencialidades locais e proposições de projetos, transformando-se em um instrumento de memória e consulta que valoriza a voz das pessoas atingidas e fortalece sua participação na reparação.

Tais realizações e as demais ações da ATI no âmbito do Anexo 1.1, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 10 – Produtos entregues referente às atividades do eixo Anexo 1.1

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1.	Documento com o planejamento do acompanhamento da ATI da construção da Governança do Plano de Recuperação Socioeconômica PROD_ID1_R4.pdf	Não se aplica	Documento com as propostas regionais para a governança do Anexo 1.1 PROD_ID 1_R4.pdf	Não se aplica
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1 PROD_ID2_Compilado_R4.pdf	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1, respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da EG PROD_ID2_Compilado e listagem_R4.pdf	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1 PROD_ID 2_R4.pdf	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1, respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da EG ID2_Prod_R4.pdf
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID3_Compilado_R4.pdf	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID3_Compilado_R4.pdf	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID 3_R4.pdf	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre ID 3_Prod_R4.pdf
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	Plano de formação sobre o Anexo 1.1 PROD_ID4_Plano.pdf	Relatório de execução do semestre anterior PROD_ID4_Relatório_R4.pdf	Formação sobre o Anexo 1.1 Relatório de execução do 2o semestre de 2024 PROD_ID 4_R4.pdf	Formação sobre o Anexo 1.1 Relatório de execução do 1o semestre de 2025 ID 4_Prod_R4.pdf
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Não se aplica	Não se aplica	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projeto PROD_ID 5_R4.pdf	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projeto ID 5_Prod_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **761** atividades e atendimentos com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico do Anexo 1.1 na Região 4, sendo **247** atividades coletivas e **514** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.1 contaram com **3.489** participações, sendo **2.639** nas atividades coletivas e **850** nas individuais. A tabela a seguir apresenta os dados de atividades coletivas, por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.1.

Tabela 15 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.1	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		247	2.639
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1.	55	544
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	149	1.424
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	75	865
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	59	702
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	36	556

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

Em relação à mensuração dos resultados finais, os indicadores previstos para o eixo estão relacionados ao apoio da ATI à elaboração de projetos comunitários e à definição de regras para o crédito e microcrédito, conforme objetivos das atividades IDs 5 e 6 do Plano de Trabalho. Porém, o atraso para o início da atuação da EG comprometeu o andamento do objetivo específico, que não chegou a alcançar a etapa de elaboração desses projetos nem de definição das regras de acesso ao crédito.

Ao analisar o contexto, verifica-se que alguns riscos já mapeados na elaboração do Plano de Trabalho – em especial aqueles relacionados a fatores externos à ATI, como: *i) Atrasos ou não execução da atividade pela entidade gestora do Anexo; ii) Não resolução de entraves jurídicos dos Compromitentes em relação aos operadores do Anexo* – materializaram-se e impactaram diretamente o alcance dos resultados esperados.

Nesse sentido, os indicadores inicialmente definidos para o Anexo 1.1 não puderam ser aferidos, pois buscavam medir resultados de etapas que sequer foram iniciadas em razão dos atrasos mencionados, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 11 — Indicadores do objetivo específico Anexo 1.1

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio comunitário na elaboração de projetos	(Número de Instâncias Locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao atraso no cronograma da atividade)	Não se aplica
Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	(Número de critérios acatados pela entidade gestora) / número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao atraso no cronograma da atividade)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em síntese, embora os resultados finais do Anexo 1.1 não puderam ser plenamente aferidos pelos indicadores originalmente pactuados, a atuação da ATI na Região 4 garantiu que as comunidades permanecessem mobilizadas, informadas e aptas a exercer seu protagonismo no processo de reparação. As ações desenvolvidas possibilitaram a participação organizada das pessoas atingidas nas instâncias decisórias, conferindo legitimidade à governança do Anexo e fortalecendo o caráter participativo previsto no Acordo Judicial. A articulação comunitária e a sistematização dos danos coletivos foram fundamentais para subsidiar a elegibilidade das comunidades e a definição de projetos prioritários, enquanto a produção de diagnósticos, relatórios e formações reforçou a autonomia das comissões e sua capacidade de interlocução com a Entidade Gestora e as Instituições de Justiça. Dessa forma, ainda que alguns dos produtos tenham sido concluídos parcialmente, **a meta central do Plano de Trabalho foi efetivamente alcançada: assegurar a participação informada e qualificada das pessoas atingidas na gestão democrática do Anexo 1.1.**

6.2.2 ANEXO 1.3

O Anexo 1.3 do Acordo Judicial estabeleceu que os municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale receberiam recursos destinados ao fortalecimento dos serviços públicos. Desde a assinatura do Acordo, as definições sobre a destinação, execução e o monitoramento desses valores têm sido objeto de debates, mas, em grande parte, sem a participação das comunidades atingidas. Em linhas gerais o diálogo e as definições sobre a utilização dos recursos ficam restritas às prefeituras e aos compromitentes.

Nesse contexto, a atuação da ATI teve como objetivo central assegurar que as pessoas atingidas tivessem acesso às informações sobre os projetos escolhidos, as alterações de obrigação de fazer da Vale em obrigação de pagar, com a execução de alguns projetos pelas próprias prefeituras. Desde o início dos trabalhos, até os dias atuais, a ATI trabalha para fomentar que as pessoas atingidas criem mecanismos de acompanhamento e fiscalização, exercendo assim o controle social previsto no Acordo.

Importante observar que há duas linhas de atuação em relação ao Anexo 1.3: uma direcionada ao acompanhamento global das iniciativas, sejam elas do Pacote de Respostas Rápidas, da Consulta Popular (convertidos ou não) ou de Projetos Regionais, em todos os municípios onde o Guaicuy atua; outra, com acompanhamento específico e qualificado da iniciativa direcionada aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e que, no caso concreto, se restringe ao município de Pompéu.

Dessa forma, o andamento da atuação da ATI no eixo Anexo 1.3 em relação ao acompanhamento global das iniciativas esteve diretamente condicionado à atualização das informações pela FGV enquanto auditora do Anexo, assim como a transparência das gestões municipais e abertura de estabelecer diálogo com as pessoas atingidas. Já em relação à iniciativa direcionada aos PCTs, a atuação da ATI está condicionada ao andamento das etapas estabelecidas pelos Compromitentes junto aos PCTs e à execução da Vale. Essas limitações representaram grandes desafios enfrentados pela ATI ao longo dos 27 meses de execução do Plano de Trabalho.

Nesse contexto, a atuação da ATI foi orientada por três grandes atividades que buscaram a promoção de espaços participativos voltados à criação de comitês,

conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais, visando ao fortalecimento do controle social sobre os projetos do Anexo 1.3 (ID 7); o assessoramento técnico aos PCTs para a produção de documentos, encaminhamento de demandas e elaboração de protocolos (ID 8); e o acompanhamento dos PCTs em reuniões externas relacionadas ao Anexo, de acordo com a sua demanda, assegurando a manifestação das comunidades e o envio de posicionamentos aos comprometentes sempre que necessário (ID 9).

Ao longo desse período, a ATI também trabalhou para construir pontes de diálogo com as prefeituras municipais de Curvelo e Pompéu, com o objetivo de ampliar o acesso às informações e criar condições para que as comunidades atingidas pudessem exercer algum nível de controle social. Nesse sentido, foram realizados espaços participativos com as comissões e comunidades para debater estratégias de acompanhamento dos projetos, bem como para discutir os limites impostos pela escassez de informações.

Apesar das dificuldades, a atuação da ATI na Região 4 gerou resultados expressivos:

- **Apoio técnico na elaboração e divulgação do [protocolo de consulta da comunidade quilombola Saco Barreiro](#)**, um dos PCTs assessorados pela ATI na Região 4. Este documento estabelece as regras para que esses povos sejam consultados em caso da realização de projetos que interfiram em seus territórios ou modos de vida, como é o caso do Anexo 1.3;
- **Apoio técnico na elaboração do Documento Orientativo**, definido pelo Comitê de Compromitentes como uma etapa essencial para a realização das obras do poço artesiano nas comunidades tradicionais de Saco Barreiro e Aldeia Kaxixó, escolhidas pelas comunidades para serem contempladas com recursos do Anexo 1.3;
- **Fortalecimento do controle social na saúde em Pompéu**: com o apoio da ATI, representantes das comissões da Região 4 passaram a participar das reuniões do Conselho Municipal de Saúde, discutindo a falta de transparência na aplicação dos recursos e a necessidade de ampliar o acesso à Atenção Primária à Saúde na área rural. Esse movimento resultou na **criação do**

Comitê de Saúde das Pessoas Atingidas de Pompéu, composto por membros das comissões e representantes da Secretaria Municipal de Saúde, que apresentou requerimentos formais à prefeitura solicitando informações sobre a movimentação financeira dos projetos da saúde financiados pelo Anexo 1.3;

- **Produção e publicação do [Painel de Acompanhamento dos Projetos do Anexo 1.3](#)**, que reuniu e sistematizou as informações atualizadas sobre valores previstos e executados, tipos de projetos e cronogramas de execução nas Regiões 4 e 5. A iniciativa buscou enfrentar a dificuldade de acesso a dados oficiais, oferecendo às comunidades uma ferramenta de consulta pública para subsidiar o controle social;
- **Elaboração e distribuição do [Manual do Anexo 1.3](#)**, instrumento pedagógico que reuniu conceitos, explicações e orientações sobre esse eixo do Acordo. O material foi construído para facilitar a compreensão das iniciativas em andamento e ampliar a participação informada das comunidades, sendo acompanhado pela produção de materiais de comunicação, como vídeos, podcasts e matérias de divulgação;
- **Apoio técnico às pessoas atingidas na participação de audiências públicas e reuniões** com as prefeituras sobre os projetos do Anexo 1.3;
- **Apoio técnico às comunidades atingidas na inscrição e no acompanhamento das etapas do projeto de regularização fundiária de terras devolutas**, previsto no Anexo 1.3, e na participação das audiências públicas sobre o assunto. Em 2024, foram definidos os lotes selecionados para a fase de levantamento georreferenciado: **134 lotes na Região 4**, representando um marco no acesso a direitos fundiários pelas comunidades atingidas.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do Anexo 1.3, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 12 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Anexo 1.3

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Não se aplica	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais PROD_ID7_Relatório_R4.pdf	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais PROD_ID7_Relatório_R4.pdf	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais ID 7_Prod_R4.pdf
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Compilado dos relatórios e documentos enviados ao Comitê de Compromitentes construídos no semestre com as comunidades a cada etapa dos projetos PROD_ID8_Compilado_R4.pdf	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
9	Acompanhamento de PCTs em de reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI PROD_ID9_Compilado_R4.pdf	Não se aplica	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI PROD_ID 9_R4.pdf	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI ID 9_Prod_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **110** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico do Anexo 1.3 na Região 4, sendo **42** atividades coletivas e **68** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.3 contaram com **396** participações, sendo **289** nas atividades coletivas e **107** nas individuais. A tabela a seguir apresenta os dados das atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.3.

Tabela 16 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.3	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		42	289
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3.	35	238
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	4	26
9	Acompanhamento de PCTs em de reuniões externas sobre o Anexo 1.3	3	25

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

Em relação à mensuração dos resultados finais, o indicador “apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais” visa informar como se deu o apoio da ATI à formação dos conselhos, comitês ou órgãos de acompanhamento municipais dos projetos do Anexo 1.3. Na Região 4, ocorreu a formação do Comitê de Saúde das Pessoas Atingidas de Pompéu. A descrição de como ocorreu a formação do Comitê e qual foi o apoio dado pela ATI no processo encontra-se no produto da atividade ID 7 do primeiro semestre de 2024. A partir daí, a ATI realizou ações de acompanhamento do referido comitê, conforme o produto ID 7 referente ao segundo semestre de 2024. Desse modo, considera-se a formação de 1 (um) comitê em um dos dois municípios pertencentes à Região 4.

Quadro 13 – Indicadores do objetivo específico Anexo 1.3

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	$(1 / 2) \times 100 = 50\%$	PROD_ID7_Relatório R4.pdf PROD_ID 7_R4.pdf ID 7_Prod_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

O objetivo específico Anexo 1.3 também se propôs a mensurar o trabalho da ATI no acompanhamento de todas as etapas do Anexo 1.3 estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com as informações disponíveis no site do Comitê Pró-Brumadinho, as etapas da consulta de projetos para Povos e Comunidades Tradicionais⁹ que ocorreram dentro do cronograma do Plano de Trabalho da ATI foram as Etapas 4, 5, 6, 7 e 8. A participação das ATIs foi definida pelos Compromitentes nas Etapas 4 (Comunidades elaboram documentos orientativos sobre as iniciativas), Etapa 6 (Devolutiva do conteúdo dos projetos às comunidades, para ajustes e validação) e Etapa 8 (Em caso de parecer favorável, compromitentes autorizam início da execução da iniciativa). Desse modo, o indicador foi medido com base nessas três etapas. As evidências para cada uma delas são:

- Etapa 4: os documentos orientativos que foram elaborados junto à Comunidade Quilombola Saco Barreiro e ao Povo Kaxixó, que compõem o produto da atividade ID 8 entregue no segundo semestre de 2023, além do ofício dos Compromitentes 320/2023 – que formaliza a etapa e a demanda.
- Etapa 6: as evidências do acompanhamento das reuniões de devolutiva dos projetos realizadas pela Vale com a Comunidade Saco Barreiro e com o Povo Kaxixó, que compõem o produto da atividade ID 9 entregue no primeiro semestre de 2025; e a ata dessas reuniões disponibilizadas pela Vale.
- Etapa 8: a ata das reuniões realizadas pelo Instituto Guaicuy com a Comunidade Saco Barreiro e com o Povo Kaxixó para apresentação da

⁹ As 8 etapas da consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes estão disponíveis no [site do Comitê Pró Brumadinho](#).

proposta dos Termos de Compromisso a serem assinados por estas comunidades para o início das obras dos poços artesianos, apresentadas no Relatório do terceiro trimestre de 2025.

Para a comprovação do número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes, indica-se a consulta ao ofício citado, que traz, como anexo, a listagem dos projetos do Anexo 1.3 de Povos e Comunidades Tradicionais por município. Será possível observar que, nas áreas atendidas pela ATI Instituto Guaicuy, listam-se a Comunidade Quilombola Saco Barreiro (Região 4) e o Povo Indígena Kaxixó (Regiões 4 e 5)¹⁰.

Quadro 14 — Indicadores do objetivo específico Anexo 1.3

¹⁰ Quando o Plano de Trabalho de 2023 foi elaborado e aprovado, o povo Kaxixó era assessorado pela ATI da Região 5, porém, a partir do último trimestre de 2024 esse grupo PCTs está sendo assessorado também pela ATI da Região 4. Essa demanda partiu do próprio grupo PCT e se justifica pelo fato de parte do Povo Kaxixó se localizar na Aldeia Fundinho, no município de Pompéu. Desse modo, o indicador referente ao Acompanhamento de PCTs em todas as etapas dos projetos do Anexo 1.3 também fará parte do escopo do Relatório da Região 4.

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	(Número de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / número de comunidades de PCTs x número etapas definidas pelos Compromitentes) x 100	$(6 / 2 \times 3) \times 100 = 100\%$	Ofício Compromitentes 320_2023_Doc. orientativo Consulta PCTs.pdf Etapa 4: DOCUMENTO ORIENTATIVO_Saco Barreiro.pdf 8_DOCUMENTO ORIENTATIVO_Kaxixós_12.09.2023.pdf Etapa 6: ID 9_Prod_R4.pdf 9_ATA_DEVOLUTIVA VALE_KAXIXO_2025 0220.pdf 9_ATA_DEVOLUTIVA VALE_SACO BARREIRO_2025022 1.pdf Etapa 8: 8_Ata Kaxixos_18.09.2025.pdf 8_Ata Saco Barreiro_19.09.2025.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em conclusão, a atuação da ATI no Anexo 1.3 cumpriu um papel fundamental ao promover a participação informada das comunidades e ao apoiar, junto às prefeituras e às pessoas atingidas, formas de favorecer o exercício do controle social sobre os projetos municipais financiados por este eixo do Acordo Judicial. No campo da formação de instâncias de acompanhamento, foi possível consolidar a criação do Comitê de Saúde das Pessoas Atingidas de Pompéu, que atuou em 2024, garantindo um espaço de interlocução entre a população atingida e o poder público local. Embora não tenha sido possível constituir estrutura semelhante no município de Curvelo, a ATI atuou de forma consistente por meio do acompanhamento das audiências públicas, da mediação de diálogos com a prefeitura e da produção de informações acessíveis às comunidades. No que se refere ao apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, a ATI

esteve presente em todas as etapas definidas pelos compromitentes, assegurando que suas manifestações fossem registradas e consideradas no processo. Assim, mesmo diante de limitações externas, a atuação da ATI consolidou avanços importantes para a organização comunitária, a transparência e a construção de mecanismos de controle social no âmbito do Anexo 1.3.

As metas desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, foram alcançadas, sendo a meta dos conselhos criados para contribuir no controle social do Anexo 1.3 do Acordo Judicial com 50%, e a meta de acompanhamento dos PCT's em todas as etapas estabelecidas pelos compromitentes com 100%.

6.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O eixo Organização Social e Comunicação teve como objetivo central, ao longo dos últimos 27 meses, promover a participação informada e mobilizar as comunidades atingidas para a consolidação de instâncias de organização social capazes de incidir diretamente no processo de reparação, de forma transversal a todos os Anexos do Acordo Judicial. O Plano de Trabalho definiu como prioridade a constituição e o fortalecimento das Comissões de Pessoas Atingidas (instâncias locais) e das Instâncias Regionais, com atenção especial aos Povos e Comunidades Tradicionais, além do desenvolvimento de estratégias de comunicação que garantissem o acesso a informações seguras e a construção da memória do processo de reparação.

Nesse percurso, para fortalecer a autonomia das pessoas atingidas no processo de reparação, a ATI promoveu espaços participativos para a criação e o consolidação das instâncias locais e regionais, apoiou os Povos e Comunidades Tradicionais na compreensão e defesa de seus direitos específicos, apoiou e viabilizou a participação das pessoas atingidas em eventos externos voltados ao processo de reparação e realizou atividades regulares de mobilização social, pautadas na escuta ativa, no diálogo direto e no fortalecimento de vínculos. Também produziu e distribuiu materiais de comunicação em diferentes formatos, assegurando que informações qualificadas chegassem às comunidades e contribuíssem para ampliar sua capacidade de acompanhamento e intervenção no processo.

O desenvolvimento desse eixo, contudo, esteve condicionado ao contexto dinâmico da reparação, que exigiu ajustes constantes na condução das atividades. As demandas das pessoas atingidas e as orientações das Instituições de Justiça variaram ao longo do tempo, exigindo da ATI flexibilidade para redirecionar seus passos. Um exemplo emblemático foi o andamento – e em alguns momentos a paralisação – do Anexo 1.1, que repercutiu diretamente no ritmo de trabalho dos territórios e demandou a readequação das ações planejadas.

Assim, desde julho de 2023, com o apoio da ATI, a organização social das comunidades atingidas na Região 4 teve importantes avanços e conquistas, como as que serão descritas a seguir:

- **Consolidação das Instâncias Locais:** foram constituídas **10 Comissões e coletividades**, que representam 19 comunidades da Região 4. *Entre julho de 2023 e setembro de 2025, foram realizadas 213 reuniões de comissão, que contaram com 1.390 participações;*
- Fortalecimento organizacional das Comissões: **apoio na construção e aprovação dos Regimentos Internos das comissões**, documentos que definem combinados e regras de funcionamento de cada instância local. **Dentre as 10 comissões e coletividades formadas na Região 4, nove possuem um Regimento Interno aprovado e em vigor** (o Quilombo Saco Barreiro optou por não formar uma comissão, e atuam enquanto Coletividade PCT, por isso não possuem um regimento);
- **Consolidação da Instância Regional 4 (IR4)**, composta por **40 representantes** das instâncias locais – entre titulares e suplentes; e apoio na organização da IR4, como a escrita e aprovação do Regimento Interno e definições das funções dos participantes (mediação, secretariado, relatoria e comunicação externa);
- **Organização dos PCTs:** **apoio técnico na elaboração e divulgação do protocolo de consulta da comunidade quilombola Saco Barreiro**, um dos PCTs assessorados pela ATI na Região 4;
- **Realização de 4 Encontros Regionais de Comissões**, que contaram com **192 participações**, eventos que reúnem representantes das comissões para discutir e deliberar sobre assuntos de impacto regional:
 - **2º Encontro Regional de Comissões:** construção do Planejamento Estratégico da comissões para o Anexo 1.1, a partir dos temas Simulação da conversa com a Entidade Gestora - Cáritas; Potencialidades e Danos; Mapeando Atores; Construindo o planejamento regional; PCTs; e Sistematização e Carta.
 - **3º Encontro Regional de Comissões:** construção de diretrizes para que as comissões definissem seus objetivos de atuação e discutissem

caminhos para alcançá-los. Além da instituição da Instância Regional 4 e aprovação e aclamação do texto final do seu Regimento;

- **4º Encontro Regional de Comissões:** construção de canais de diálogo com atores externos, para discutir a melhoria da comunicação com as Instituições de Justiça (IJs) e Comitê Pró-Brumadinho (CPB);
 - **5º Encontro Regional de Comissões:** validação do desenho da modulação dos Conselhos Locais da Governança do Anexo 1.1 e construção de uma visão de futuro junto às instâncias de participação a ser considerada na proposta de novo Plano de Trabalho para continuidade da atuação da ATI.
- **Produção de materiais formativos e orientadores** sobre a organização social, como a “Cartilha para Construção e Organização da Instância Regional” e a cartilha “Construindo o Regimento Interno da Instância Regional”;
 - **Fortalecimento da autonomia das instâncias locais e regionais**, com apoio na elaboração de cartas e ofícios, articulação com movimentos sociais e prefeituras e acompanhamento das comissões em audiências públicas e manifestações.
 - **Mobilização e suporte às comissões**, garantindo a convocação e presença dos representantes em reuniões por meio de diferentes canais de comunicação e fornecendo a infraestrutura necessária para sua realização.
 - **Apoio técnico e administrativo às reuniões conduzidas pelas próprias comissões junto às suas comunidades**, com organização das pautas, registro de evidências, produção de relatórios e suporte secretarial para assegurar a efetividade das decisões e o controle social.
 - **Disponibilização de suporte logístico – transporte, hospedagem e alimentação – para garantir a presença dos membros das comissões e instâncias regionais** em reuniões e eventos externos, viabilizando sua participação efetiva no processo de reparação;

- **Garantia da infraestrutura necessária para as atividades**, incluindo escolha e cessão de espaços (como a sede regional da ATI), fornecimento de transporte, lanche, materiais impressos e equipamentos (flip chart, projetor, tela, computador);
- **Formação da juventude em comunicação popular**, com a realização de **sete oficinas** que resultaram no coletivo **Mídia Jovem pela Reparação**;
- **Produção de mais de 600 materiais de comunicação**, entre matérias, reportagens, documentários, vídeos-retratos, podcasts, materiais impressos, publicações em redes sociais e comunicados via WhatsApp. Esses produtos garantiram a circulação de informações estratégicas para as comunidades e o registro da luta por reparação. Um destaque foi a divulgação de documentários de fôlego, que retrataram a vida das comunidades atingidas e amplificaram denúncias, inclusive em projeções destinadas à sociedade civil e às autoridades.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do eixo de Organização Social e Comunicação, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 15 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
10	Organização das comissões	Cartilha de Orientação sobre Regimento Interno	Instância local - Organização Interna das Comissões; Instância regional - Construção e organização do Regimento Interno	Organização Interna das Comissões; Construção e Organização do Regimento Interno	Organização, Execução e Planejamento
		PROD_ID10_Cartilha_R4.pdf	PROD_ID10_1_Compilado Local_R4.pdf PROD_ID10_2_Compilado Regional_R4.pdf	PROD_ID10_1_Compilado Local_R4.pdf PROD_ID10_2_Compilado Regional_R4.pdf	ID 10_Prod_R4.pdf
11	Organização dos PCTs	Cartilha de Orientação sobre Regimento Interno	Instância local - Organização Interna PCTs - R4; Instância regional - Construção e Organização do Regimento Interno - PCTs	Organização Interna PCTs - R4; Construção e Organização do Regimento Interno - PCTs	Organização, Execução e Planejamento - PCTs
		PROD_ID10_Cartilha_R4.pdf	PROD_ID11_1_Compilado Local_R4 PROD_ID11_2_Compilado Regional_R4	PROD_ID11_1_Compilado Local_R4 PROD_ID11_2_Compilado Regional_R4	ID 11_Prod_R4.pdf
12	Apoio na participação em eventos externos	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas
		PROD_ID12_Relatório_R4.pdf	PROD_ID12_R4.pdf	PROD_ID12_R4.pdf	ID 12_Prod_R4.pdf
13	Comunicação	Não se aplica	Plano de Comunicação da AT1 Paraopeba	Monitoramento do Plano de Comunicação	Monitoramento do Plano de Comunicação
			PROD_ID13_Plano de comunicação 2024.pdf PROD_ID13_Plano_R4.pdf	PROD_ID 13_R4 e R5.pdf	ID 13_Prod_R4 e R5.pdf

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
14	Mobilização social	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho
		PROD_ID14_Extrato_R4.pdf	PROD_ID14_Extrato_01_2024_R4.pdf	PROD_ID14_Extrato_01_2024_R4.pdf	ID_14_Prod_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **869** atividades e atendimentos com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico e Organização Social e Comunicação na Região 4, sendo **281** atividades coletivas e **588** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre Organização Social e Comunicação contaram com **3.618** participações, sendo **2.775** nas atividades coletivas e **863** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Organização Social e Comunicação.

Tabela 17 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Organização Social e Comunicação	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
	Total	281	2.775
10	Organização das comissões	156	1.683
11	Organização dos PCTs	37	590
12	Apoio na participação em eventos externos	37	343
13	Comunicação	27	157
14	Mobilização social	106	1.015

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

Os indicadores previstos para o eixo Organização Social estão relacionados à consolidação das Instâncias de Participação Local e Regional e serão aferidos por meio dos produtos gerados pelas atividades com ID 10 (organização das comissões) e 11 (organização dos PCTs). As etapas e produtos necessários para a aferição intermediária do indicador “Abrangência das Instâncias Regionais”, foram concluídos no segundo semestre de 2024, desse modo, apresentam-se um dos Produtos das atividades ID 10 e 11 referentes ao período e o Regimento Interno da Instância Regional (IR4). Esses produtos comprovam a realização das etapas do processo de consolidação da IR4 como representativa das comunidades, comissões e PCTs da Região 4.

Quadro 16 – Indicadores do objetivo específico Organização Social

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Abrangência das Instâncias Regionais	(Número de Instâncias Regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	$(1 / 1) \times 100 = 100\%$	PROD_ID 10 e 11_Instância Regional_R4.pdf ID 10_Prod_R4.pdf ID 11_Prod_R4.pdf R4_Regimento_IR4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

Já o indicador “Apoio Estratégico às Instâncias Locais” não pôde ser mensurado conforme o planejamento realizado no Plano de Trabalho. Durante o ano de 2024, algumas atividades do Plano sofreram impactos no cronograma devido à mobilização da ATI para atender às demandas do Anexo 1.1 naquele momento, conforme foi discutido em vários relatórios trimestrais ao longo daquele ano. Entretanto, a atividade permaneceu em execução e, ao fim do 1º semestre de 2024 foi apresentado um compilado de informações que descrevem os processos de apoio da ATI à organização interna das Instâncias Locais da Região 4, como produto das atividades IDs 10 e 11.

Considerando, assim, a continuidade do trabalho da ATI junto às Instâncias Locais, teve início no segundo semestre de 2024 o trabalho relacionado à discussão e construção de suas diretrizes de planejamento estratégico. Um dos momentos centrais desse processo foi o 3º Encontro de Comissões da R4, que ocorreu nos dias 24 e 25 de agosto de 2024. Os representantes das comissões e PCTs presentes no Encontro se dividiram em quatro grupos de trabalho para tratar das seguintes categorias de temas que fariam parte de seus planejamentos estratégicos: 1. Diálogo com Atores Externos; 2. Comunicação Comunitária; 3. Participação Ativa e, 4. Diálogo com Atores Externos. Os produtos das atividades ID 10 e 11 do segundo semestre de 2024 descrevem como ocorreu essa construção e seus encaminhamentos.

As circunstâncias e dinâmicas do território indicaram que a construção dos planejamentos estratégicos das comissões/instâncias locais deveria se dar de forma integrada com a consolidação da Instância Regional (IR), que por sua vez passou a se configurar como eixo estruturante do processo de planejamento coletivo. A IR, nesse

contexto, tornou-se o espaço central de articulação e planejamento, permitindo que as comissões construíssem conjuntamente estratégias e prioridades.

Desse modo, os produtos das atividades IDs 10 e 11 do primeiro semestre de 2025 “Instância Regional 4: Organização, Execução e Planejamento” refletiram a readequação da estratégia inicialmente prevista no Plano de Trabalho, que indicava a entrega dos “Planejamentos estratégicos das instâncias locais”. Outro elemento importante foi a expectativa de saída da ATI do território, prevista para setembro de 2025. Essa alteração impactou diretamente o foco das ações do semestre, reforçando a necessidade de aprofundar a estruturação da IR como uma instância capaz de sustentar e qualificar a atuação das comissões no médio e longo prazo.

Por fim, vale destacar que a priorização da IR não representou uma ruptura com os planejamentos locais, mas sim uma via de fortalecimento mútuo. As comissões contribuíram com a consolidação da IR entendendo que esse processo fazia parte de seus próprios planejamentos estratégicos. A IR, uma vez constituída, passou também a operar como um espaço de retroalimentação, apoio e qualificação para o planejamento interno das instâncias locais, gerando um ciclo de fortalecimento coletivo entre os níveis local e regional.

Depreende-se, desse processo, que a opção pela não elaboração dos Planejamentos Estratégicos das comissões passa pela forma como as próprias comissões e pessoas atingidas decidiram conduzir sua organização social. No caso da concretização dos resultados planejados para essa atividade, observou-se a materialização do risco mapeado no Plano de Trabalho, que diz respeito à possibilidade de *Proposição das pessoas atingidas por outro instrumento de planejamento*, o que se consolidou como uma mudança de estratégia, e não num instrumento. Por isso, não foi possível realizar a aferição desse indicador da Organização Social conforme planejado no Plano de Trabalho.

De todo modo, apresentam-se a seguir os produtos das atividades IDs 10 e 11, que descrevem o percurso da ATI junto às comissões no apoio ao planejamento coletivo, tanto internamente – com a criação dos Regimentos Internos e organização da comissão, quanto externamente – com a orientação, discussão e sistematização de diretrizes para o seu planejamento estratégico, e, por fim, no fortalecimento da Instância

Regional. Os resultados e produtos apresentados evidenciam os avanços obtidos e comprovam a execução das atividades IDs 10 e 11.

Quadro 17 – Indicadores do objetivo específico Organização Social

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio estratégico às Instâncias Locais	(Número de planos estratégicos formulados pelas Instâncias Locais/número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao contexto do processo de organização das Instâncias Locais)	PROD_ID 10_Instância Local_R4.pdf
			PROD_ID 11_Instância Local PCTs_R4.pdf
			ID 10_Prod_R4.pdf
			ID 11_Prod_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

Para o objetivo específico da Organização social, foram estabelecidas duas metas no Plano de Trabalho: “100% do indicador de Abrangência das Instâncias Regionais”, o que foi alcançado e “80% do indicador de Apoio Estratégico às Instâncias Locais”, que não pôde ser mensurado, conforme informado. **Importante destacar que pelos resultados alcançados e narrados anteriormente, evidencia que o objetivo de promover a participação informada de forma a mobilizar as pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, foi alcançado de maneira satisfatória.**

6.2.4 RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas teve como objetivo assegurar o reconhecimento e o autorreconhecimento de pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), como condição fundamental para o acesso às medidas de reparação. No período de julho de 2023 a setembro de 2025, o Instituto Guaicuy cumpriu esse objetivo dentro dos limites impostos pelo Acordo Judicial, que estabelece critérios territoriais de reconhecimento. Assim, todas as comunidades da Região 4 contempladas por esses critérios foram identificadas, caracterizadas e assessoradas pela ATI.

O trabalho da ATI nesse eixo consistiu em apoiar as comunidades na compreensão dos critérios de reconhecimento e no fortalecimento de suas instâncias representativas, de modo a ampliar sua autonomia frente ao processo de reparação. A equipe promoveu atendimentos coletivos junto às comissões e às instâncias regionais, acompanhou as demandas apresentadas por comunidades já mapeadas e buscou garantir que elas tivessem acesso às informações e aos encaminhamentos necessários para reivindicar seus direitos. Essa atuação foi essencial para dar clareza ao perfil territorial da Região 4 e, ao mesmo tempo, para consolidar a presença das comunidades reconhecidas no Sistema de Participação.

Entretanto, alguns limites se impuseram. O Plano de Trabalho em vigor a partir de julho de 2023 direcionou a atuação da ATI para a assessoria às instâncias representativas do Sistema de Participação (instâncias locais e regionais), restringindo o atendimento individualizado a pequenos núcleos familiares, muito comuns no território, em razão das limitações de recursos humanos e logísticos. Além disso, parte das comunidades mapeadas em etapas anteriores não realizou movimento de autorreconhecimento como atingidas — condição política e coletiva necessária para que sejam formalmente assessoradas. É o caso de comunidades como o Assentamento 26 de Outubro, que chegou a buscar acesso a programas de reparação como o Programa de Transferência de Renda (PTR), mas não formalizou a demanda à ATI e às IJs; e de comunidades de matriz africana localizadas nas sedes urbanas de Pompéu e Curvelo, mapeadas pela consultoria contratada, mas que não oficializaram o pedido de assessoramento para a ATI.

Apesar de não ter havido o reconhecimento de novas comunidades após o início do Plano de Trabalho, a atuação da ATI contribuiu para estabilizar o número de comunidades atingidas assessoradas na Região 4, garantindo maior clareza sobre o perfil territorial e social da população acompanhada. Essa estabilidade foi um marco importante para a consolidação do trabalho de base, ainda que não encerre a possibilidade de futuras ampliações, sobretudo com o início efetivo das atividades do Anexo 1.1, que poderá gerar novas demandas de reconhecimento.

Por fim, é importante destacar que o reconhecimento das pessoas atingidas é um processo político contínuo, que pode se dar a qualquer tempo, especialmente em função da evolução dos danos. Nesse sentido, o papel da ATI foi fundamental para consolidar informações territoriais, apoiar comunidades que buscaram se organizar coletivamente e ampliar o alcance da reparação, ainda que limitado por fatores externos e pela desmobilização gradual da equipe a partir de 2023.

As ações da ATI no âmbito do Reconhecimento das Pessoas Atingidas, viabilizaram o desenvolvimento da “Listagem e Localização de Comunidades Auto Identificadas como Atingidas”, produto entregue no segundo semestre de 2023 que sistematiza o monitoramento da inserção das medidas de reparação nas comunidades assessoradas pela ATI. O quadro a seguir apresenta tal entrega.

Quadro 18 – Produto entregue referente à atividade do eixo de Reconhecimento

ID	Atividade	Produto entregue - 2º semestre/2023	Link
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Listagem e Localização de Comunidades auto identificadas como atingidas	PROD_ID17_Listagem_R4.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **103** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico de Reconhecimento na Região 4, sendo **13** atividades coletivas e **90** atendimentos

(atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades contaram com **194** participações, sendo **75** nas atividades coletivas e **119** nas individuais. A tabela a seguir apresenta os dados de atividades coletivas.

Tabela 18 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Reconhecimento das pessoas atingidas	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	13	75

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

O indicador previsto para o eixo Reconhecimento procura mensurar o trabalho da ATI no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação. De julho de 2023 a setembro de 2025, entretanto, não houve reconhecimento de novas comunidades na Região 4. Neste caso, verificou-se a concretização do risco identificado no Plano de Trabalho associado ao desenvolvimento da atividade, no que diz respeito a *Problemas no território que inviabilizam a execução da atividade*, especificamente o fato da ATI não ter recebido, durante o desenvolvimento do projeto, a demanda por reconhecimento de novas comunidades ou PCTs a serem atendidas enquanto atingidas na Região 4.

Quadro 19 – Indicador do objetivo específico Reconhecimento

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio à novas comunidades/coletividades	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	(Não foi possível mensurar pela não ocorrência de reconhecimento de novas comunidades na R4)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025).

6.2.5 ANEXO 1.2

O Anexo 1.2 do Acordo Judicial estabeleceu o Programa de Transferência de Renda (PTR) como medida reparatória emergencial para garantir condições mínimas de subsistência às famílias atingidas. O Plano de Trabalho da ATI previu que a atuação nesse eixo teria caráter residual, ou seja, voltado apenas ao acompanhamento pontual da implementação do PTR, viabilizando informações e prestando apoio eventual às comunidades. **No entanto, a realidade dos territórios mostrou-se muito mais complexa: entre julho de 2023 e setembro de 2025, aproximadamente 40% dos atendimentos realizados pela ATI na Região 4 estiveram relacionados ao PTR, tornando esse eixo um dos mais demandados no trabalho da equipe.**

O período foi marcado por grandes desafios. Nos anos de 2023 e 2024, uma parcela significativa das famílias ainda não havia acessado o benefício, enfrentando dificuldades relacionadas à compreensão das poligonais (delimitações cartográficas do PTR), à documentação comprobatória de residência, a problemas de cadastro e à ausência de respostas da FGV, entidade gestora responsável pelo programa. Além disso, foram registradas diversas situações de negativas de acesso ao benefício que exigiram intervenção técnica da ATI. Nesse contexto, a equipe atuou de forma ampla e contínua, realizando atendimentos e atividades coletivas junto às pessoas atingidas, e produzindo documentos técnicos para dar visibilidade às demandas e assegurar que as famílias atingidas tivessem condições de reivindicar seus direitos.

O assessoramento técnico ocorreu em diferentes níveis. No plano individual e familiar, a ATI ofereceu análise documental, orientação sobre comprovação de residência e encaminhamento de casos de exclusão indevida, com base no Termo de Referência da entidade gestora. No plano coletivo, apoiou comissões e comunidades na construção de documentos e manifestações formais, organizando reuniões, ofícios e cartas, e atuando como mediadora em encontros com o poder público e instituições envolvidas no processo de reparação.

O trabalho também foi fundamental para apoiar comunidades em processos de revisão de poligonais. A ATI identificou inconsistências nas delimitações territoriais publicadas pela FGV e, a partir da mobilização das comunidades, elaborou notas

técnicas e ofícios que subsidiaram pleitos de revisão. Esse esforço resultou em conquistas significativas, como o **reconhecimento integral da Comunidade Cachoeira do Choro (Curvelo) e da Comunidade Fazendinhas Baú (Pompéu)**, que inicialmente estavam parcialmente excluídas das poligonais.

Portanto, a atuação da ATI no Anexo 1.2 não se limitou a esclarecer dúvidas ou realizar encaminhamentos pontuais: ela se consolidou como um espaço de escuta qualificada, análise técnica e mediação política, fortalecendo a capacidade organizativa das comunidades e seu papel no controle social sobre a reparação. Alguns dos principais resultados do trabalho desempenhado nos últimos 27 meses serão apresentados a seguir:

- **Realização de 723 atendimentos individuais e familiares** (presenciais e remotos) na Região 4, com escuta qualificada, análise documental e orientação técnica, encaminhando casos de erro ou negativa para revisão pela FGV;
- **Realização de 62 atividades coletivas**, na Região 4, para esclarecer dúvidas sobre critérios de inclusão, documentação necessária, cadastros, respostas da gestora e negativas de acesso;
- **Elaboração de notas técnicas e ofícios** fundamentando demandas coletivas, com base no Termo de Referência do programa, que foram enviados às Instituições de Justiça e à FGV;
- **Reconhecimento integral dos limites das comunidades Cachoeira do Choro (Curvelo) e Fazendinhas Baú (Pompéu)**, após atuação da ATI que identificou incongruências nas poligonais divulgadas pela FGV e subsidiou o pedido de revisão, acatado pelas Instituições de Justiça;
- **Apoio técnico às comissões e comunidades na elaboração de cartas, documentos e manifestações**, fortalecendo sua capacidade de reivindicação e de controle social sobre a implementação do PTR;

- **Participação e mediação em reuniões institucionais com a FGV e Instituições de Justiça**, assegurando que as demandas apresentadas pelas comunidades fossem debatidas em instâncias formais de decisão;
- **Ampliação do acesso à informação e dos canais de interlocução das pessoas atingidas**, com divulgação de materiais explicativos, esclarecimento de dúvidas sobre o PTR e acompanhamento dos processos junto aos campos volantes da FGV.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do eixo do Anexo 1.2, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 20 — Produtos entregues referentes às atividades do eixo Anexo 1.2

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Apoio Técnico Individual e/ou Familiar	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Atendimentos Anexo 1.2; Consolidado de ofícios e documentos enviados
		PROD_ID18_Planilha_R4.pdf	PROD_ID18_Compilado_R4.pdf	PROD_ID18_Compilado_R4.pdf	ID 18 Prod_R4.pdf
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Apoio Técnico às Comunidades e Comissões	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Consolidado de ofícios e documentos enviados
		PROD_ID19_Consolidado_R4.pdf	PROD_ID19_Compilado_R4.pdf	PROD_ID19_Compilado_R4.pdf	ID 19 Prod_R4

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **785** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico Anexo 1.2 na Região 4, sendo **62** atividades coletivas e **723** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.2 contaram com **1.432** participações, sendo **527** nas atividades coletivas e **905** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.2.

Tabela 19 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.2	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		62	527
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	4	52
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	59	481

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

O indicador previsto para o eixo Anexo 1.2 procura mensurar o trabalho da ATI quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e à busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas sobre o Programa de Transferência de Renda – PTR.

O conhecimento das demandas que são formalizadas pela ATI ocorre de diversas formas, entre as tantas atividades realizadas junto às pessoas atingidas. Ao longo dos trabalhos, realiza-se o registro dos atendimentos, das demandas e dos documentos produzidos por ou com o assessoramento da ATI. Desse modo, as evidências que comprovam o indicador são os documentos que materializam esse acompanhamento: as planilhas dos produtos das atividades IDs 18 e 19, registrados semestralmente entre julho de 2023 e junho de 2025 e os documentos que formalizam as demandas identificadas (cartas, ofícios, e-mails, notas técnicas, entre outros). Registra-se que, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alguns ofícios enviados e respostas recebidas não serão compartilhados por conter dados pessoais dos indivíduos

atingidos. Assim, as informações do produto 18, especificamente, se referem a um consolidado com os comprovantes de envio, bem como das respostas dos documentos relativos a demandas individuais e/ou familiares.

Ademais, alguns desses documentos são originados de solicitações, questionamentos e demandas recolhidas de modo coletivo, podendo representar pleitos semelhantes originados de diversos indivíduos, comunidades ou comissões espalhadas no território atingido. Ocasionalmente, os documentos de formalização dessas demandas representam toda a região. Desse modo, o número de comunidades que solicitam respostas às IJs ou FGV, bem como o número de comunidades atingidas que reportam problemas de acesso ao PTR à ATI, está sendo considerado como o número total de comunidades que são elegíveis ao PTR na Região 4.

Quadro 21 — Indicador do objetivo específico Anexo 1.2

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Busca por respostas sobre o PTR	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	(21 / 21) x 100 = 100%	PROD_ID18_Planilha_R4.pdf
			PROD_ID19_Consolidado_R4.pdf
			PROD_ID18_Compilado_R4.pdf
			PROD_ID19_Compilado_R4.pdf
			PROD_ID 18_R4.pdf
			PROD_ID 19_R4.pdf
			Documentos
			ID 18_Prod_R4.pdf
			ID 19_Prod_R4

Fonte: Elaboração própria (2025).

A meta desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, era de 80% do indicador “busca por respostas sobre o PTR”. Desse modo, verifica-se o atingimento da meta estabelecida para a Região 4.

6.2.6 REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O eixo Reparação Socioambiental tem como objetivo promover a participação informada, a organização comunitária e o controle social sobre as ações de reparação ambiental e de saúde previstas no Acordo Judicial, assegurando que as pessoas atingidas compreendam, acompanhem e busquem formas de incidir sobre o processo. Nesse contexto, a atuação da ATI concentrou-se em três frentes principais: a formação de lideranças sobre o conteúdo dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental; o acompanhamento de reuniões externas e audiências realizadas por instituições responsáveis pelos estudos e auditorias; e o compartilhamento de dados socioambientais e de saúde produzidos pelo próprio Instituto Guaicuy, como forma de fomentar transparência e facilitar o controle social.

Entre julho de 2023 e setembro de 2025, o eixo alcançou os objetivos e metas previstos no Plano de Trabalho, consolidando-se como um espaço de diálogo técnico e político entre as comunidades atingidas e os diversos atores institucionais envolvidos na reparação ambiental da Bacia do Paraopeba. Nesse período, a ATI realizou atividades formativas voltadas às lideranças das comissões, aprofundando o entendimento sobre a reparação socioambiental. Essas ações buscaram traduzir os conteúdos técnicos dos planos e estudos para uma linguagem acessível, permitindo que as pessoas atingidas compreendessem seu significado e pudessem acompanhar criticamente sua execução.

A ATI também manteve presença contínua nas reuniões e audiências públicas promovidas por instituições externas — como EPA, Aecom, Arcadis e Instituições de Justiça — garantindo que as informações discutidas nesses espaços fossem repassadas às comunidades e convertidas em materiais informativos e notas de esclarecimento. Essa mediação contribuiu para reduzir a assimetria de informações entre os diferentes atores do processo e reforçou o papel da população atingida como sujeito ativo da reparação.

Outro destaque importante foi o esforço contínuo de sistematização, organização e divulgação dos dados primários socioambientais e de saúde produzidos pelo Instituto Guaicuy desde o início do trabalho como ATI nas Regiões 4 e 5. O banco de dados foi disponibilizado de forma aberta, assegurando o livre acesso às informações

(resguardados os dados sensíveis) por pessoas atingidas, órgãos públicos, pesquisadores, estudantes, organizações da sociedade civil e instituições de justiça. Essa abertura não apenas ampliou a transparência e o controle social, mas também incentivou o uso das informações produzidas pela ATI para fins de pesquisa, formulação de políticas públicas e acompanhamento técnico dos processos de reparação.

O encerramento desse ciclo de trabalho foi marcado pela realização de um evento público e pelo lançamento de um e-book, que reuniu os principais dados, análises e reflexões construídas ao longo do período. Esses produtos sintetizaram o esforço do Instituto Guaicuy em transformar o conhecimento acumulado em instrumento de fortalecimento social, de ampliação da transparência e de valorização do protagonismo das pessoas atingidas no acompanhamento da reparação socioambiental.

Ao longo dos últimos 27 meses, destacam-se os principais feitos da ATI em relação ao eixo de Reparação Socioambiental:

- **Realização de dois ciclos formativos para lideranças das Regiões 4 e 5** – a partir das demandas mapeadas – abordando temas como o PRSABP, os ERSHRE, o Plano de Manejo de Rejeitos, o Anexo 2.2 (saneamento básico) e as relações entre os anexos socioeconômicos e ambientais. Os ciclos de formação envolveram comissões, Povos e Comunidades Tradicionais e jovens e crianças da Ciranda da Reparação;
- **Produção e divulgação de materiais de formação popular e comunicação socioambiental**, incluindo vídeos, textos, boletins, manuais, tutoriais e notas técnicas em linguagem acessível, além da publicação do material impresso *Travessia*, que se tornou referência informativa sobre o andamento do PRSABP e dos ERSHRE;
- **Acompanhamento técnico e político contínuo das reuniões e audiências** realizadas por Aecom, Arcadis, Compromitentes, órgãos públicos e Instituições de Justiça, com presença ativa da ATI em espaços de discussão sobre os estudos ambientais, a dragagem do Paraopeba, os planos de saneamento e as outorgas de água. As informações debatidas foram

sistematizadas em boletins, relatórios e ofícios, fortalecendo a interlocução das comunidades com os órgãos responsáveis;

- **Apoio direto às comissões e coletivos locais** em temas como o monitoramento hídrico, a qualidade da água e riscos ambientais, com análise de boletins do IGAM, elaboração de ofícios técnicos e encaminhamento de reivindicações às autoridades competentes. A atuação da ATI resultou em manifestações técnicas junto ao Ministério Público e ao Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, assegurando que as demandas das pessoas atingidas fossem formalmente registradas e consideradas;
- **Disponibilização e ampliação do [acesso público à base de dados socioambientais e de saúde](#)** produzida pelo Instituto Guaicuy, com documentos anonimizados e acessíveis a pessoas atingidas, pesquisadores, instituições públicas e sociedade civil;
- **Lançamento do e-book “[Após a lama, o rio](#)”**, que reúne análises técnicas, depoimentos e dados do diagnóstico socioambiental do Baixo Paraopeba, Três Marias e comunidades do São Francisco. O material foi reconhecido como instrumento de democratização do conhecimento e de mobilização social em torno da reparação ambiental;
- **Realização de evento público e ações de divulgação** para apresentação da base de dados e do e-book, além da publicação de matérias, entrevistas e participações em programas de rádio e mídia especializada, fortalecendo o engajamento social e a visibilidade das questões socioambientais da Bacia do Paraopeba.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito da Reparação Socioambiental, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 22 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão no semestre; Plano de formação	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre
		PROD_ID20_Consolidado_R4.pdf PROD_ID20_Plano_R4.pdf	PROD_ID 20_Consolidado_R4.pdf PROD_ID 20_Relatório_R4.pdf	PROD_ID 20_R4_Consolidado.pdf PROD_ID 20_R4_Relatório.pdf	ID 20_Prod_R4.pdf
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Manual de Acesso à Informação Socioambiental e Consolidado de Materiais Elaborados no Semestre Relacionados ao Tema	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.
		PROD_ID21_Manual_R4.pdf	PROD_ID 21_Consolidado_R4.pdf PROD_ID21_Manual_R4	PROD_ID 21_R4.pdf	ID 21_Prod_R4.pdf
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Plano de realização do evento de lançamento da base de dados	Materiais de comprovação da realização do evento de lançamento da base de dados; Listagem atualizada de instituições e/ou pessoas que solicitaram acesso aos dados	Listagem atualizada de instituições e/ou pessoas que solicitaram acesso aos dados	Não se aplica
		PROD_ID22_Plano_R4.pdf	PROD_ID22_Evento e Listagem_R4	PROD_ID 22_R4 e R5.pdf	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **73** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico Reparação Socioambiental na Região 4, sendo **40** atividades coletivas e **33** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre a Reparação Socioambiental contaram com **381** participações, sendo **335** nas atividades coletivas e **46** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Reparação socioambiental.

Tabela 20 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Reparação Socioambiental	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		40	335
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	28	211
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	11	164
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	3	19

Fonte: Elaboração própria (2025)

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO:

O indicador “apoio no controle social da reparação socioambiental” procura mensurar o trabalho da ATI na formação de lideranças sobre a Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a busca pela inclusão da Região 5 no Plano. Partindo-se de um mapeamento inicial realizado no segundo semestre de 2023, foram traçadas as diretrizes pedagógicas gerais para atuação da ATI junto às comissões, que foram apresentadas no Plano Político Pedagógico preparado para ser desenvolvido em dois ciclos na Região 4 durante o ano de 2024.

As formações foram realizadas no segundo semestre de 2024. Durante a realização do Ciclo 1, as demandas por outros temas foram registradas e assim, novos assuntos e subtemas relacionados à Reparação Socioambiental e Estudos de Risco foram integrados ao levantamento anterior e subsidiaram as formações do Ciclo 2.

Desse modo, as comprovações que subsidiaram a mensuração do indicador estão relacionadas aos produtos ID 20, “Consolidado de solicitações de formação sobre reparação socioambiental” e “Relatório das Formações executadas no semestre” do segundo semestre de 2024. Neles é possível observar que o Instituto Guaicuy recebeu solicitações por formação de oito comissões e da Comunidade Quilombola Saco Barreiro, ou seja, nove solicitações por formação. As formações, por sua vez, atingiram oito comissões. Dos dados apresentados nos documentos observa-se que, dos nove grupos organizados atendidos na Região 4 (e que solicitaram formação), oito foram alcançados pelas formações realizadas.

Quadro 23 — Indicador do objetivo específico Reparação Socioambiental

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio no controle social da reparação socioambiental	(Número de formações em comissões realizadas / número de demandas por formação por comissão) x 100	$(8/9) \times 100 = 88,88\%$	PROD_ID 20_R4_Consolidado.pdf PROD_ID 20_R4_Relatório.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

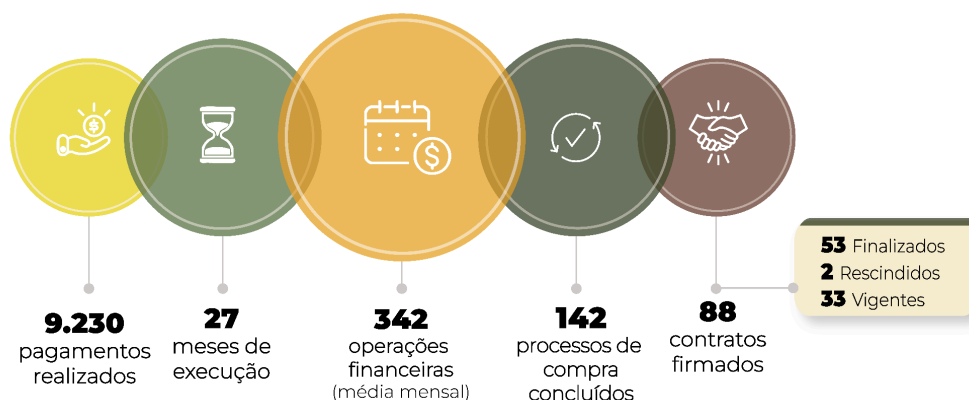
A meta desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, era de 80% do indicador “Apoio no controle social da reparação socioambiental”. Desse modo, verifica-se o atingimento da meta estabelecida para a Região 4.

6.2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Instituto Guaicuy passou por profunda reestruturação regimental, organizacional e metodológica no decorrer de 2023, estendendo-se para 2024, em razão da redistribuição de recursos imposta pelo Termo de Compromisso de 2023. Nesse contexto, as atividades administrativas e de gestão foram fundamentais para sustentar a execução finalística ao longo dos 27 meses do projeto, elas desempenharam papel essencial para garantir a integridade, a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos, assegurando que cada etapa fosse conduzida com responsabilidade técnica e institucional. A instituição manteve a diretriz de gestão responsável de recursos, buscando a maximização dos resultados, a redução de desperdícios e a eficiência na execução, conforme previsto no Termo de Compromisso.

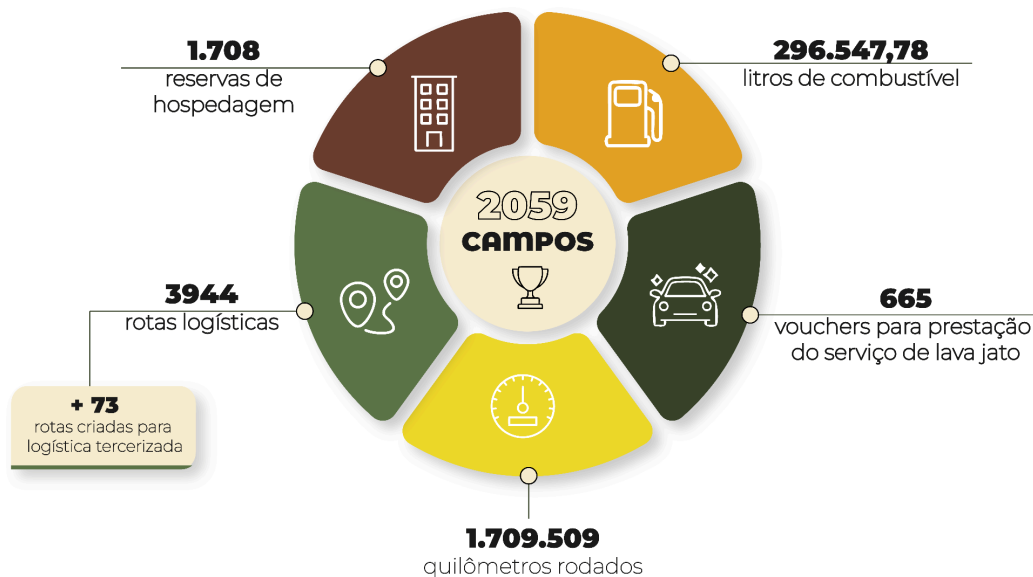
No âmbito **financeiro**, o período foi marcado por uma gestão rigorosa e contínua do teto orçamentário, especialmente diante dos desafios impostos pelos atrasos na liberação de parcelas e pela indefinição e falta de repactuação do plano de trabalho. O acompanhamento mensal das contas e a revisão sistemática das rubricas permitiram ao Instituto Guaicuy otimizar o uso dos recursos disponíveis, assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e manter a regularidade dos pagamentos. Destaca-se, ainda, a realização de ajustes estratégicos na alocação de despesas e a reavaliação constante das aplicações financeiras, buscando sempre a melhor rentabilidade.

Figura 8 – Síntese da Execução Financeira (jul/2023 a set/2025)



A gestão financeira manteve-se orientada pelos princípios de economicidade, legalidade e transparência, contando com controles internos consolidados, fluxos de conferência documental e suporte técnico contínuo à execução orçamentária dos eixos finalísticos. Mesmo em contexto de instabilidade institucional, foi possível preservar a credibilidade do Instituto e garantir que todos os processos de prestação de contas fossem conduzidos de forma clara e rastreável, em consonância com as diretrizes do Termo de Compromisso e das Instituições de Justiça.

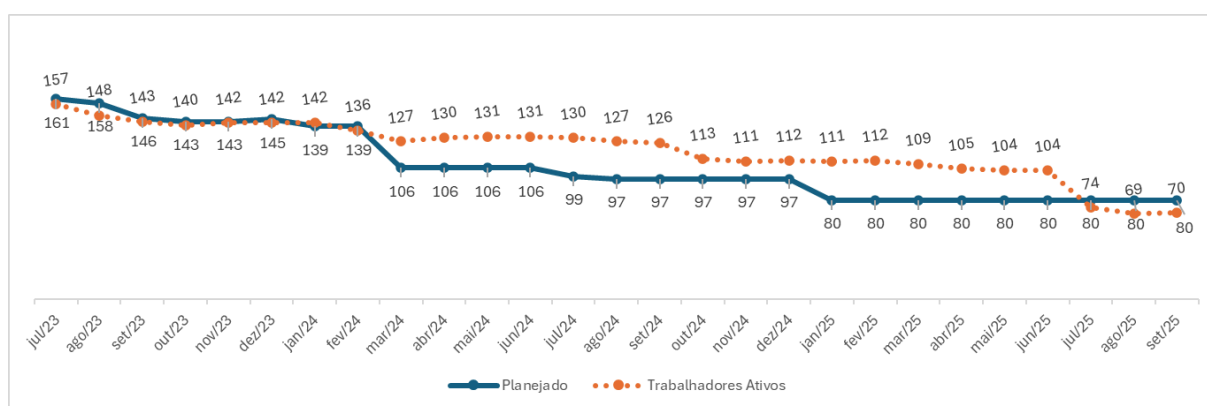
Seguindo o escopo de planejamento das equipes da área finalística, diversas atividades foram desenvolvidas em apoio às pessoas atingidas, demandando constante **suporte logístico**. A atuação estratégica da área de Logística foi fundamental para assegurar o bom andamento das ações, integrando planejamento, transporte e infraestrutura de apoio. O Instituto Guaicuy garantiu essa estrutura por meio de sua frota terceirizada e, quando necessário, da contratação de vans adicionais para atender picos de demanda.



Esse trabalho articulado permitiu otimizar recursos, assegurar o cumprimento das agendas de campo e viabilizar a execução das atividades planejadas, contribuindo diretamente para a efetividade das entregas e para o fortalecimento da atuação institucional junto às comunidades atingidas.

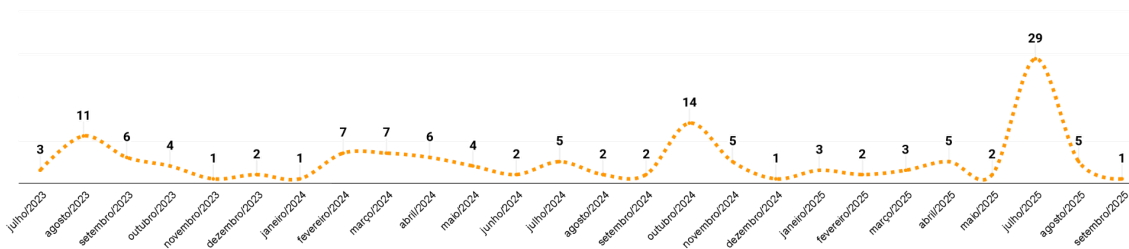
No que se refere aos **Recursos Humanos**, o desafio esteve em equilibrar a gestão de pessoas com as incertezas orçamentárias que marcaram os últimos semestres do projeto. As decisões relacionadas à desmobilização de pessoal foram pautadas pelo cuidado, pela comunicação transparente e pela observância integral dos direitos trabalhistas. A área de RH atuou para assegurar que a redução gradativa da equipe ocorresse de forma organizada, minimizando impactos e preservando o compromisso institucional com a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Figura 9: Curva de Desmobilização R4 e R5- Planejado x Realizado



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 10: Desligamentos/Transferências Realizadas R4 e R5



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Instituição buscou encontrar soluções para **mitigar os riscos de não-atendimento** mínimo adequado às pessoas atingidas suavizando a curva de desmobilização, **mantendo o atendimento com a qualidade** mínima necessária. Para isso, foi necessário um conjunto de ações coordenadas, iniciadas a partir de janeiro

de 2024, que demandaram uma gestão minuciosa de caixa mês a mês que otimizou os recursos financeiros disponíveis além do inicialmente previsto no Plano de Trabalho 06, sendo elas:

- **Adotar a desmobilização natural**, caracterizada pela diminuição gradual do quadro de trabalhadores em razão de desligamentos espontâneos, sem reposição imediata das vagas. Essa estratégia resultou em economia de recursos, uma vez que não houve necessidade de utilização do fundo rescisório destes, contribuindo para a otimização orçamentária e a manutenção do equilíbrio financeiro do projeto.
- Realizar **gestão ativa das aplicações financeiras**, visando melhores rendimentos: O rendimento das aplicações superou o valor inicialmente previsto em função de fatores macroeconômicos e de gestão ativa dos recursos. O aumento da taxa Selic ao longo do período elevou a rentabilidade das aplicações vinculadas a indicadores de juros, refletindo diretamente em maiores ganhos financeiros. Além disso, houve acompanhamento mensal das contas, permitindo a avaliação constante do desempenho das aplicações e a tomada de decisões estratégicas quanto à manutenção ou substituição dos investimentos, de forma a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a maximização dos rendimentos.
- **Reverter patrimônio inativo**, por meio da venda de bens e sua destinação ao Plano de Trabalho 06, conforme definido no Termo de Compromisso de 2023 cláusula 3 item 3.10, regulada pela CAMF por meio do Ofício Resposta Diretoria LATACI n.24/2023 e a Nota Complementar ao Ofício n.24, publicizada nos meios e detalhada para a Camf no dia 09/05/2025.
- **Utilização a partir de autorização judicial dos 30% anteriormente provisionados**: Decisão judicial de 24/11/2023 (ID 10122761713) que, em análise ao pedido das IJs de 13/11/2023 (ID 10110209205), ambos documentos juntados aos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 liberou o recurso dos 30% para uso no acordo judicial. Previamente comunicado 5 meses antes do uso no ofício 58/2024, reiterado no ofício 05/2025.

Importante reforçar que a tomada de decisão sobre a suavização da curva de desmobilização só foi possível mediante análise rigorosa do orçamento, escopo e tempo global. A instituição sempre esteve ciente da obrigação de cumprimento do Termo de Compromisso de 2023, com observância ao orçamento do Plano de Trabalho 06. **As decisões tomadas foram resultado de avaliações constantes e**

pautadas na boa-fé, na transparência e no compromisso institucional do Instituto Guaicuy com as pessoas atingidas.

Ao longo da execução, o Instituto Guaicuy manteve uma equipe técnica multidisciplinar e altamente qualificada, cuja atuação foi determinante para o alcance dos resultados finalísticos apresentados neste relatório. Foram promovidas capacitações internas, encontros de alinhamento e estratégias de acompanhamento individual e coletivo, reforçando a integração entre as equipes de campo e de gestão.

A experiência acumulada nesse processo constitui um importante legado institucional e evidencia o compromisso da ATI com a gestão ética, participativa e colaborativa. As áreas Financeira e de Recursos Humanos, ao garantirem o equilíbrio entre eficiência técnica e responsabilidade social, encerram este ciclo reafirmando o papel do Instituto Guaicuy como referência em gestão transparente e comprometida com as pessoas atingidas.

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DO INDICADOR DO EIXO:

O indicador “Desempenho Finalístico-Financeiro do Projeto” foi calculado com base na razão entre o valor executado acumulado e o valor global orçado. Esse indicador tem como finalidade demonstrar a taxa de execução financeira em relação ao orçamento previsto no Plano de Trabalho, evidenciando o grau de aderência entre o planejamento e a execução.

Além disso, busca-se, por meio deste indicador, reforçar a responsabilidade do Instituto Guaicuy quanto à gestão eficiente e transparente dos recursos orçamentários, no âmbito da execução do projeto.

O acompanhamento sistemático desse indicador permite avaliar não apenas a eficiência da execução financeira, mas também o alinhamento entre os recursos aplicados e os resultados finalísticos alcançados. Dessa forma, o “Desempenho Finalístico-Financeiro do Projeto” funciona como uma ferramenta estratégica de monitoramento, contribuindo para a transparência, a prestação de contas e a tomada de decisão ao longo da implementação do Plano de Trabalho.

A taxa de execução apurada reflete o esforço contínuo do Instituto Guaicuy em

cumprir as metas pactuadas, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável e em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

O valor **executado acumulado**, referente aos dispêndios realizados entre julho de 2023 e setembro de 2025, totaliza **R\$ 17.758.367,08** (Dezessete milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e oito centavos), o que representa **96,74%** do orçamento total planejado para o Projeto.

Esse resultado indica que o orçamento previsto foi alocado de acordo com as necessidades operacionais e estratégicas do projeto, refletindo uma execução financeira alinhada aos parâmetros estabelecidos.

Quadro 24 – Indicadores do eixo Estrutura Organizacional

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR ¹¹	COMPROVAÇÕES
Desempenho finalístico-financeiro do projeto	(Valor total executado no período/valor global orçado) x 100	(R\$ 17.758.36,08/R\$ 18.357.239)*100= 96,74%	Relatórios de prestação de contas trimestrais.

Fonte: Elaboração própria (2025).

¹¹ O valor total executado não contempla o fundo de reserva. Valor global orçado foi atualizado conforme item 5.7.1.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do Plano de Trabalho nº 06 na Região 4 consolidou um ciclo de 27 meses de intensa atuação do Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica Independente, marcado por avanços significativos na mobilização das comunidades, na ampliação da participação informada e na consolidação de instâncias locais e regionais de organização social e representação das pessoas atingidas. O conjunto das ações desenvolvidas consolidou um processo de assessoramento técnico pautado no diálogo, na escuta qualificada e na produção de conhecimento aplicado à reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

O trabalho foi conduzido em um contexto de grandes desafios operacionais e institucionais, resultantes de fatores externos ao escopo da ATI – como a morosidade nas deliberações sobre os Anexos do Acordo Judicial, os sucessivos atrasos para o início do trabalho da Entidade Gestora do Anexo 1.1, as mudanças nas orientações das Instituições de Justiça, as dificuldades de diálogo com órgãos públicos e prefeituras municipais e atrasos nos repasses de recursos de acordo com o previsto no Termo de Compromisso. Ainda assim, a equipe manteve presença constante no território, garantindo o cumprimento das atividades planejadas, a continuidade do acompanhamento técnico e a manutenção dos vínculos estabelecidos com as comunidades atingidas. Esses desafios exigiram capacidade de adaptação, flexibilidade metodológica e replanejamento contínuo, mas não comprometeram a qualidade nem a integridade do trabalho desenvolvido.

Ao longo da execução, a ATI realizou um total de **2.343** atividades na Região 4, envolvendo **8.024** participações de pessoas atingidas, entre ações coletivas, atendimentos individuais e familiares. Essas atividades alcançaram **22** comunidades e beneficiaram diretamente **1.457** indivíduos identificados na Região 4, assegurando a presença territorial e o acompanhamento contínuo de todas as etapas do processo de reparação.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade da metodologia territorial do Instituto Guaicuy e o impacto concreto de sua atuação. Entre os principais avanços, destacam-se: o fortalecimento das Comissões de Pessoas Atingidas e da Instância

Regional 4; a consolidação de espaços de governança no Anexo 1.1; a promoção de ações formativas e de comunicação popular; o assessoramento técnico no Programa de Transferência de Renda (Anexo 1.2); o apoio técnico às comunidades e aos Povos e Comunidades Tradicionais nos debates do Anexo 1.3; o acompanhamento das ações de reparação socioambiental, com o compartilhamento público de dados, realização de ciclos formativos e lançamento do e-book *“Após a lama, o rio”*; e a produção de centenas de materiais de comunicação popular, que fortaleceram a circulação de informações e o registro da luta por reparação.

Além dos resultados qualitativos, destaca-se a entrega de todos os relatórios de prestação de contas previstos, que foram submetidos dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Compromisso, sem qualquer atraso. Todos os relatórios foram publicados no site do Instituto Guaicuy, reafirmando o compromisso permanente com a transparência, a responsabilidade pública e o controle social. O quadro a seguir apresenta todos os Relatórios Trimestrais entregues desde o início da execução do Plano de Trabalho.

Quadro 24 — Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas entregues

Relatório	Período	Link
Relatório Trimestral 1	julho a setembro de 2023	Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_jul_set_2023.pdf
Relatório Trimestral 2	outubro a dezembro de 2023	02_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_out_dez_2023.pdf
Relatório Trimestral 3	janeiro a março de 2024	03_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_jan_mar_2024.pdf
Relatório Trimestral 4	abril a junho de 2024	04_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_abr_jun_2024.pdf
Relatório Trimestral 5	julho a setembro de 2024	05_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_jul_set_2024.pdf
Relatório Trimestral 6	outubro a dezembro de 2024	06_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_out_dez_2024.pdf
Relatório Trimestral 7	janeiro a março de 2025	07_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_jan_mar_2025.pdf
Relatório Trimestral 8	abril a junho de 2025	08_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_abr_jun_2025.pdf

Relatório Trimestral 9 julho a setembro de 2025 este relatório

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Cabe registrar, entretanto, que o prazo de 30 meses determinado para a execução deste Plano de Trabalho não se mostrou suficiente para abarcar todas as etapas do processo de reparação integral dos danos, sobretudo em razão dos significativos atrasos na execução dos Anexos do Acordo Judicial, em especial o Anexo 1.1. Tais atrasos, decorrentes de negociações externas ao Guaicuy, impediram o início de fases essenciais às quais as pessoas atingidas têm direito de receber assessoramento técnico. Por essa razão, encontra-se em curso a negociação da continuidade do trabalho das ATIs, visando garantir o assessoramento e apoio técnico no âmbito do Anexo 1.1, bem como a participação informada das comunidades atingidas nos demais Anexos do Acordo.

Mesmo diante das indefinições e da necessidade de gerir o caixa diariamente, o Instituto Guaicuy adaptou-se, buscando soluções de viabilidade em seus planos de trabalho propostos no período, dialogando com as instituições responsáveis sobre a transição entre esses planos e priorizando a continuidade do atendimento às pessoas atingidas.

Por fim, ainda que persistam desafios no campo institucional e na consolidação de políticas reparatórias de longo prazo, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Guaicuy na Região 4 reafirma o papel essencial das Assessorias Técnicas Independentes como um instrumento que qualifica e viabiliza a participação das pessoas atingidas nos processos de reparação pelos danos que sofreram, construindo pontes entre o conhecimento técnico e a realidade vivida pelas comunidades atingidas. O conjunto de resultados alcançados representa não apenas o cumprimento de metas, mas a construção de uma base sólida para que as pessoas atingidas sigam exercendo seu protagonismo e fortalecendo o processo de reparação como um direito coletivo, histórico e contínuo.